

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC)

PÂMELA PEREZ LEITE

**Jornalismo econômico como exercício da cidadania:
uma análise da divulgação econômica na mídia oficial
e nos veículos *Universo Online* e *O Estado de São Paulo***

Bauru
2010

PÂMELA PEREZ LEITE

**Jornalismo econômico como exercício da cidadania:
*uma análise da divulgação econômica na mídia oficial
e nos veículos Universo Online e O Estado de São Paulo***

Projeto experimental apresentado à Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) para obtenção do grau de bacharel do curso de Comunicação Social – habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente

Bauru
2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais por sempre se preocuparem com a minha educação e por terem me apoiado em todos os momentos; aos meus amigos Amanda, Eloiza, Laís, Letícia, Jaqueline, Mellina, Nádia e Marcel pela ótima companhia e pelos bons momentos de alegria e inspiração e aos meus mestres da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC) por me ensinarem preciosas lições que levarei para meu exercício profissional. Agradeço ao professor Max Vicente pela orientação e pela paciência. Sou igualmente grata aos meus professores da Faculdade de Engenharia (FEB), Vagner, Crepaldi e Gobbo, pelo desafio que me impuseram. Por fim, agradeço à Fapesp pelo patrocínio.

Penso, digo o que penso, logo existo
Lúcio Costa

RESUMO

O estudo presente teve por intenção demonstrar como a linguagem empregada pelas fontes oficiais de economia colabora para manter a limitação e a pouca acessibilidade do jornalismo econômico aos leitores não-especializados. Ao longo de duas semanas, foram comparadas as informações divulgadas nas editorias de economia do portal *Universo Online* e do jornal *O Estado de S. Paulo* com aquelas disponibilizadas nos relatórios oficiais citados. A partir da análise de mais de 50 matérias selecionadas para a amostra, observou-se como a linguagem técnica empregada pelas assessorias de imprensa oficiais dificulta o acesso à informação e ao exercício da cidadania. O estudo, além da comparação e da descrição das matérias, envolveu a análise do conteúdo empregado nos meios de comunicação. Notou-se a presença de abordagens tendenciosas e de matérias mal apuradas. A linguagem empregada, em muitos casos, não foi adequada ao tipo de público a que a notícia se dirigia. Um dos fatos mais graves, talvez, tenha sido a cópia e paráfrase de press-releases. Quanto aos relatórios, a maioria se mostrou limitado ao público especializado, contrariando o dever de transparência pública. Apesar de destacar os problemas, o estudo também apontou textos bem escritos que indicam um futuro promissor e cidadão para o jornalismo econômico.

Palavras-chave: jornalismo econômico; cidadania; mídia oficial; *Universo Online* (UOL); *O Estado de São Paulo* (OESP)

ABSTRACT

The present study had the intention to demonstrate how the language used by official sources of economy helps to keep the limitation and lack of accessibility of economic journalism to non-specialist readers. Over two weeks, we compared the disclosures in the economics editorial office of the site *Universo Online* and the newspaper *O Estado de S. Paulo* to those cited in official reports. From this analysis of more than 50 issues selected for the sample, was observed how the technical language used by the official press makes more difficult the access to information and citizenship. Besides the comparison and description of the reports, the study involved the content analysis employed in the media. It was noted the presence of biased approaches and materials poorly cleared. The language used in many cases was not appropriate to the type of audience for which the news was heading. One of the most serious problems, perhaps, was the copy and paraphrase of press releases. The reports, most are limited to the specialist showed, contrary to the duty of public transparency, while highlighting the problems, the study also showed well-written texts that indicate a promising future for citizen and economic journalism.

Key-words: economic journalism, citizenship, official media, *Universo Online (UOL)*, *O Estado de São Paulo (OESP)*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE: Agência Estado

AI: Ato Institucional

AIE: Aparelho Ideológico do Estado

ANAC: Agência Nacional de Aviação Civil

ARENA: Aliança Renovadora Nacional

BC: Banco Central

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD: Banco Mundial

BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento

CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina

CGU: Controladoria-Geral da União

CLT: Consolidação das Leis de Trabalho

CMN: Conselho Monetário Nacional

CNI: Confederação Nacional da Indústria

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento

Copom: Comitê de Política Monetária

CP: Comunicação Pública

DCA: Dados Comparativos Avançados

DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informações – Centro de Defesa Interna

FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo

FED: Federal Reserve

FGV: Fundação Getúlio Vargas

FHC: Fernando Henrique Cardoso

FMI: Fundo Monetário Internacional

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBPT: Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário

IGP-M: Índice Geral de Preços ao Mercado

INPC: Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IR: Imposto de Renda

JK: Juscelino Kubitschek

JT: Jornal da Tarde

LSPA: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

MDIC: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

OESP: O Estado de São Paulo

ORTN: Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PEGN: Pequenas Empresas Grandes Negócios

PIB: Produto Interno Bruto

PROCON: Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor

PT: Partido dos Trabalhadores

TBrasil: Transparência Brasil

UOL: Universo Online

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE QUADROS

- 1 Número de matérias analisadas
- 2 Média de caracteres
- 3 Média de jargões não repetidos e explicações dos mesmos
- 4 Média de estatísticas por matéria
- 5 Quantidade total de fotos e gráficos utilizados
- 6 Número de entrevistados por matéria
- 7 Número de fontes por matéria
- 8 Quantidade de matérias derivadas e complementares
- 9 Média de ocorrência de palavras de cunho adjetivo
- 10 Fontes de matérias no *UOL*
- 11 Matérias do *UOL* – Assinatura
- 12 Matérias do *OESP* – Assinatura
- 13 Relatórios analisados
- 14 Média de jargões não repetidos e explicações dos mesmos nos textos de assessoria
- 15 Média de ocorrência de palavras de cunho adjetivo nos relatórios
- 16 Média de caracteres e páginas por relatório
- 17 Quantidade de fotos, gráficos, tabelas e quadros utilizados nos relatórios
- 18 Média de estatísticas por texto de assessoria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 JORNALISMO	12
2.1 JORNALISMO ESPECIALIZADO	13
2.2 JORNALISMO DIGITAL	15
2.3 TEORIAS DO JORNALISMO	17
3 CIDADANIA	20
3.1 DIREITOS CONSTITUCIONAIS	21
3.2 RELAÇÃO COM O JORNALISMO	23
3.3 IDEOLOGIA DA TRANSPARÊNCIA	25
4 ECONOMIA	28
4.1 PENSAMENTO ECONÔMICO	29
4.2 ECONOMIA BRASILEIRA	35
5 JORNALISMO ECONÔMICO	49
5.1 CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO ECONÔMICO	52
5.1.1 AGENDAMENTO	53
5.1.2 LINGUAGEM	54
5.2 ÉTICA	57
5.3 IMPORTÂNCIA	59
6 ESTUDO DE CASO	61
6.1 OS VEÍCULOS ANALISADOS	61
6.1.1 O <i>UNIVERSO ONLINE</i>	62
6.1.2 <i>O ESTADO DE SÃO PAULO</i>	63
6.1.3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA	64
6.2 METODOLOGIA	66
6.3 A AMOSTRA	68
6.4 ANÁLISE DESCRITIVA	70
6.4.1 RELAÇÃO DE MATÉRIAS E RELATÓRIOS	72
6.5 ANÁLISE	75
7 CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS	98

1 INTRODUÇÃO

O nascimento do jornalismo econômico no Brasil ocorreu há mais de 90 anos e sua consolidação há cerca de 40. Desde os anos 1920, já existiam colunas jornalísticas que tratavam de assuntos econômicos, mas ainda em linguagem bastante técnica. A expansão do segmento começou na Era Vargas, quando a industrialização e a disseminação dos direitos trabalhistas passaram a chamar atenção mais popular. Pouco tempo depois, o desenvolvimentismo pregado por Juscelino Kubitschek acabou por embutir no pensamento do povo brasileiro a necessidade de crescimento econômico nacional para conquistar melhorias sociais e qualidade de vida.

A consolidação do jornalismo econômico se deu na Ditadura Militar, especialmente no período do Milagre Brasileiro. Mesmo com o fim do Milagre e com a redemocratização, o segmento continuou a conquistar espaço, especialmente pelo excesso de planos econômicos adotados para combater a crise inflacionária e pela repercussão nacional do confisco das poupanças durante o governo Collor.

A passagem do colunismo econômico para o jornalismo econômico trouxe questões importantes como a ética na editoria e a sua importância para a fiscalização das políticas públicas e para o desenvolvimento nacional. Além dessas claras funções enumeradas, o jornalismo econômico também desempenha um papel fundamental para a manutenção do regime democrático, atuando como uma ferramenta para o exercício da cidadania.

Apesar de desempenhar funções tão decisivas, algumas vezes práticas jornalísticas, como o gatekeeping das notícias, e mesmo a linguagem usada por este segmento impedem que tal contribuição seja consolidada.

Um número considerável de estudiosos do jornalismo econômico analisou a linguagem do jornalismo econômico, o “economês”, nos cadernos e editorias de veículos de comunicação de massa. O resultado é que, aparentemente, essa linguagem técnica seja de responsabilidade desses veículos. Contudo, as informações oficiais sobre economia não são restritivas apenas à compreensão do leitor comum, como também à dos próprios jornalistas não especializados. As fontes que pautam o jornalismo econômico, mediadas pelas assessorias de imprensa dos governos e de institutos de pesquisa e estatística, divulgam, em sua grande parte, informações em linguagem

dirigida a especialistas. Dessa forma, fatos restritivos na fonte serão restritivos no processo final.

Este estudo analisou as diferenças entre as informações econômicas publicadas pelas fontes oficiais – como governo e institutos – e pelos produtos finais – no caso, o jornal *O Estado de São Paulo* e o portal *Universo Online*. Para tanto, foram comparadas as informações entre os dois veículos selecionados e os dados divulgados pela mídia oficial, verificando diferenças de tratamento da notícia. O objetivo foi elucidar como as informações podem ser distorcidas e omitidas, ao longo do processo que as leva até o leitor final.

A investigação se mostrou útil para compreender as causas da tão comentada, criticada e restritiva linguagem do jornalismo econômico e para estudar novas possibilidades de democratização e disseminação do conhecimento em economia, fundamental para o genuíno exercício da cidadania no país.

A metodologia empregada neste estudo foi a análise de conteúdo. Foram criadas categorias quantitativas e qualitativas de análise das matérias e dos relatórios e conteúdos da mídia oficial. Como ferramenta auxiliar, foi utilizada a análise de enquadramento, para identificar ideologias e tendências implícitas nas notícias. Ao todo, foram analisados 56 matérias e 14 relatórios e textos oficiais.

Além dos dados obtidos pela análise, o estudo também se baseou em teorias de três pilares centrais: o jornalismo, a economia e a cidadania. Tais elementos, aglutinados, formam a essência do jornalismo econômico, que, por sua vez, é o tema central deste estudo. Assim, o estudo prévio desses pilares acabou por levar a uma análise mais minuciosa do jornalismo econômico, suas características, história, prática e ética.

Dessa forma, o leitor acompanhará nos capítulos a seguir uma introdução sobre jornalismo, economia e cidadania, para então chegar ao tema central, o jornalismo econômico. A partir da análise de todos esses elementos, partiu-se para o estudo de caso, com descrições de amostra, da metodologia, dos veículos analisados, das matérias e dos relatórios selecionados pelos critérios de amostra. A análise do corpus, por fim, é seguida pela descrição das características apuradas e finalizada com comparações e críticas ao jornalismo econômico das fontes oficiais e dos veículos de imprensa privados.

2 JORNALISMO

O jornalismo é definido por alguns estudiosos como Nelson Traquina (2005) como um retrato da realidade, um processo documental de arquivamento da história. Mais adiante, seria uma “atividade intelectual” exercida por meio de um controle empregatício com retorno monetário e controle temporal. Assim, a prática do jornalista seria contar histórias (em alguns casos estórias) e informar o público sobre os fatos mais relevantes para a manutenção do sistema democrático e práticas cidadãs.

O jornalismo é capaz de influenciar as pessoas e incitá-las a tomar decisões baseadas nas reportagens ou espelhadas em seus personagens. Resende (2005) lembra a ocasião em que Mário Lobo foi secretário da *Folha da Tarde* e publicou uma matéria na primeira página sobre um homem que matou a família porque estava desempregado. O próprio Lobo argumenta que nunca iria saber se foi por influência da matéria, mas nos dias que a seguiram, foram publicadas outras diversas notícias de pessoas desempregadas que mataram a família e se suicidaram.

O jornalismo atua como ferramenta de construção de uma realidade massiva. Ou seja, seleciona os conteúdos e expõe os mesmos a um público, que, na maior parte do tempo, configura-se de modo passivo em relação a tais informações.

Há de se destacar que as novas tecnologias desenvolvidas nos últimos anos colaboraram muito para uma maior independência do público quanto à seleção e elaboração das informações. Contudo, mesmo com a independência trazida pela internet, o público ainda atribui à imprensa um importante papel de seleção dos fatos mais relevantes do dia dentre todos aqueles que foram noticiados.

No Brasil a situação apresenta ainda algumas peculiaridades. Apesar da credibilidade de diferentes meios de comunicação, considerável parcela da população ainda elege apenas a televisão como meio de informação. Há certa dificuldade de interpretação dos fatos, pois uma parte do público os acompanha, mas não consegue compreendê-los. Além disso, boa parcela dos veículos de maior vendagem ou audiência – e não apenas os televisivos – são controlados por grandes grupos empresariais, cada um com interesses particulares. Não que o fato não seja economicamente previsível, mas nem sempre o leitor possui um acompanhamento de diferentes veículos a ponto de driblar as influências de cada um destes e conseguir construir suas próprias ideologias independentemente.

Algumas práticas jornalísticas também podem diminuir a pluralidade na imprensa. O chamado pool, a troca de informações nas apurações jornalísticas para evitar que os repórteres levem um furo do seu concorrente de setor, faz com que veículos concorrentes noticiem sempre os mesmos fatos e com abordagem semelhante. No jornalismo econômico, acredita-se que a prática tenha sido implantada pelos irmãos Rocha: Álvaro, Reinaldo e Ruy, do *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* e *Última Hora*, respectivamente.

Outra característica relativa ao jornalismo que não se pode ignorar é a sua atuação como aparelho ideológico. A ideologia dos grupos empresariais e do próprio Estado (até onde estes dois não se confundem) flui através da imprensa, direta – por meio das assessorias de imprensa – ou indiretamente – por meio da mediação dos veículos midiáticos. Recorrendo ao conceito definido por Althusser (2001), tais assessorias de comunicação encaixam-se na ideia de Aparelhos Ideológicos do Estado, ao difundir a informação governamental de maneira publicitária e favorável ao poder. A informação tendenciosa que chega das assessorias às redações, por sua vez, é repassada ao público leitor, mantendo assim a perpetuação e a sustentação das ideologias dominantes.

No Brasil, partindo da análise de Quintão (1987), pode-se concluir que o período do Milagre Econômico refletiu candidamente a ação dos AIEs. Havia uma euforia em torno das altas taxas de crescimento econômico. O entusiasmo teve reflexos nas aplicações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. E, enquanto isso, pouco se falou sobre o aumento da desigualdade e o avanço da censura.

A “financeirização” das atividades produtivas também contribuiu para aumentar a influência das ideologias dominantes nos meios de comunicação. Hoje, com a maior parte de suas receitas atreladas ao capital publicitário, os veículos da imprensa sofrem com certa dependência dos grandes anunciantes, entre eles o governo.

2.1 JORNALISMO ESPECIALIZADO

O jornalismo especializado pode ser interpretado como uma ferramenta para atender à demanda dos segmentos de mercado e de público. Assim, a reunião de leitores conforme afinidades permite ao mercado editorial identificar demandas de informações especializadas e aprofundadas sobre determinado assunto.

Ao contrário do jornalismo generalista, que tem por objetivo atender ao interesse público; o jornalismo especializado tem como finalidade satisfazer o interesse do público. Assim, os meios especializados são pautados pelos conteúdos solicitados por seu público, enquanto os generalistas são pautados pela importância da informação para a cidadania e para a democracia.

A subdivisão dos jornais em editorias foi um passo fundamental para o aparecimento do jornalismo especializado, como o jornalismo científico, o jornalismo cultural, o jornalismo econômico, entre outros.

No caso da economia, identificou-se o segmento de público formado por empreendedores, abrindo espaço para o surgimento de publicações especializadas em administração, caracterizada pelo jornalismo econômico de negócios. Tal categoria do jornalismo especializado tem claro apelo ao interesse do público. Contudo, no jornalismo econômico voltado à cobertura macroeconômica – que envolve os assuntos relacionados à economia pública nacional – a fronteira entre interesse público e interesse do público não é tão marcante, dada a importância das notícias econômicas para a democracia, a soberania e o desenvolvimento nacional.

O jornalismo especializado tem como característica marcante a presença de uma linguagem específica de cada área: o “economês”, o “esportês”, o “polítiquês”. Quando tal jornalismo especializado se destina ao atendimento de um público segmentado, o uso dos termos técnicos específicos da área não se mostra problemático, uma vez que tal público é conhecedor da maior parte dos termos que podem ser usados para confecção de um texto. Porém, quando o público alvo inclui pessoas com diferentes níveis de conhecimento sobre o tema, torna-se complexo contentar leitores tão diferentes com um mesmo texto.

Uma conseqüência do jornalismo especializado difícil de evitar é a rixa entre generalistas e acadêmicos. O especialista dá sua entrevista como se quisesse “fazer bonito” para seus companheiros de classe e carrega a fala com expressões próprias de sua área de atuação e constrói raciocínios que nem sempre estão claros para o jornalista ou para os leigos em geral. Do lado oposto, o jornalista, como mediador da informação da fonte especializada para o público leigo, tenta transpor a mensagem de forma mais simples para facilitar a compreensão de seu leitor, seja por meio da explicação ou da substituição dos termos técnicos, seja pela construção de relações de causa e conseqüência, muitas vezes simplistas demais para explicar a real situação de um fato.

Dentro do jornalismo econômico, a dificuldade é a mesma. Até mesmo algumas premissas já foram construídas e são empregadas como verdades incontestáveis. Para citar algumas: se a demanda subir, o preço também sobe; se a inflação subir é preciso aumentar a taxa de juros; se o país exportar mais, então a moeda vai se valorizar. Tais premissas não são absolutas. Os preços, por exemplo, não dependem apenas da demanda, dependem do estoque, da capacidade de produção, da concorrência externa e interna, entre outros fatores.

Contudo, tais premissas, se consideradas hipóteses em vez de verdades, podem constituir um banco de pautas em potencial. A partir dessas hipóteses e deduções, o repórter poderá investigar melhor os fatos e prestar um grande serviço ao seu público esclarecendo as reais causas e conseqüências de determinados acontecimentos pontuais aparentemente claros.

A necessidade de especialização do jornalista varia de acordo com o tipo de jornalismo especializado que ele exerce. Em alguns casos, o repórter já possui uma grande identificação com o tema e por isso já conhece a maior parte de seus termos e mecanismos, como é comum no setor de esportes. Já em outras áreas como economia, a necessidade de especialização se mostra mais evidente. Quando o jornalista trabalha dentro do segmento de direitos do consumidor, a tarefa é mais simples; porém se a área de cobertura é a macroeconomia ou o setor financeiro, a maior parte dos autores renomados no jornalismo econômico recomenda a especialização, entre eles Suely Caldas e Bernardo Kucinski.

2.2 JORNALISMO DIGITAL

O jornalismo digital no Brasil tem uma história relativamente recente. Os principais portais de informação jornalística brasileiros datam da década de 1990. Segundo Pena (2006), pode-se definir o jornalismo digital como “a disponibilização de informações jornalísticas em ambiente virtual, o ciberespaço, organizadas de forma hipertextual com potencial multimidiático e interativo”.

O advento da tecnologia digital trouxe novas possibilidades ao jornalismo. Ela facilitou o exercício da profissão e ampliou seu alcance. A busca de fontes de informação e de dados históricos tornou-se muito mais simples. A transmissão das informações de forma quase instantânea diminuiu as fronteiras geográficas e permitiu que a internet se igualasse a meios radiofônicos e televisivos nos critérios de agilidade.

A possibilidade de conciliação entre ferramentas impressas, radiofônicas e televisivas conferiu uma vantagem sobre os demais veículos. Além disso, não-limitação de espaço e tempo abriu uma janela para a grande reportagem e melhor apuração dos fatos. Por fim, as possibilidades de interatividade aproximaram o contato com o público.

Ocorre, porém, que nem sempre tais vantagens são aproveitadas. Em muitos portais, as fontes são sempre oficiais; poucas matérias contêm comentários de entrevistados e especialistas, a busca pelo furo de informação reduziu o tempo de apuração dos fatos e transformou a internet em um veículo menos confiável; o entendimento dessa rede digital como ponte de informação rápida diminuiu o tamanho das matérias e restringiu o exercício da grande reportagem; por fim, o uso de ferramentas audiovisuais e de interatividade se dá em casos de assuntos muito especiais e nem sempre fazem parte do cotidiano de produção.

Apesar de seus defeitos, o jornalismo digital possui ampla projeção no país. Os maiores portais brasileiros contam com mais de um bilhão de visitas mensais. O *Universo Online*, analisado neste estudo, possui mais de 2,5 milhões de assinantes. Como, no Brasil, apenas 41,7% da população tinha acesso à rede até setembro de 2010 segundo o IBGE, a previsão é de que o setor cresça a taxas robustas. Desde 2008, mais de 12 milhões de pessoas participaram da inclusão digital no país.

Outra questão sobre o jornalismo digital está na generalidade ou especialidade do público. Autores como Basile (2002) classificam a internet como “um veículo segmentado por natureza”. A partir dessa premissa, haveria espaço então para a linguagem técnica, como é possível verificar em sites especializados em economia, por exemplo.

Uma questão mais ambígua, porém, ocorre com a segmentação dentro de um próprio veículo. Um portal generalista que cobre diferentes assuntos para um público não especializado poderia ter editorias especializadas? Sim, desde que a área especializada não se misture com a não especializada, do contrário o tratamento da informação desagradará tanto o público generalista quanto o específico.

No que diz respeito ao veículo analisado, o *Universo Online*, a editoria *UOL Economia* apresenta textos ora especializados, ora não especializados. O que diferencia a linguagem de cada matéria é o assunto que esta envolve. Notícias relacionadas ao consumidor e contribuinte em geral são redigidas com linguagem simples, enquanto as relacionadas ao setor financeiro apresentam considerável quantia de jargões.

Recentemente, a produção de conteúdos e a participação nas redes sociais têm levado um novo paradigma ao jornalismo digital. A inclusão de novas plataformas, ferramentas de interatividade e possibilidade de elaboração do conteúdo são artifícios modernos para conquistar uma nova geração de leitores com características e comportamentos típicos da chamada geração Y, também conhecida como geração da internet. O *Universo Online* tem se reformulado aos poucos para atender este novo público. Na editoria de economia, o portal incorporou um simulador de bolsa de valores, que estimula o aprendizado e a competição entre os navegantes.

A capacidade da internet de congregiar diferentes formas de conteúdo – texto, áudio, vídeo, etc – tem levantado uma questão sobre a extinção de meios como os jornais impressos. As opiniões são diversas neste caso, mas há de se ressaltar que, com os dados obtidos pela análise realizada neste estudo, as formas de apresentação do conteúdo na internet e nos jornais impressos se mostram bastante distintas. Enquanto os veículos digitais se preocupam com a divulgação rápida e breve das informações, os meios impressos apresentam os dados de forma mais completa e com análises mais eficientes. Nesse ponto, como a proposta dos dois meios se mostra bastante diferente, acredita-se que a extinção dos veículos impressos seja de difícil ocorrência, mesmo a longo prazo.

2.3 TEORIAS DO JORNALISMO

O jornalismo possui algumas teorias a respeito de sua rotina e sua repercussão frente ao público. Dentre tais teorias, foram selecionadas para breve exposição as que estão relacionadas à análise do estudo aqui presente. A seguir, enumeram-se as teorias do espelho, do gatekeeping, organizacional, da ação política, construcionista, estruturalista, interacionista, dos definidores primários e do agendamento. As definições foram baseadas, principalmente, nas obras de Nelson Traquina (2005) e Felipe Pena (2006).

Teoria do espelho: considera o jornalismo como uma fotografia ou um espelho da realidade. Assim defende a possibilidade de um jornalismo informativo e imparcial, que não interfira na mediação dos fatos, mas apenas os transmite com fidelidade absoluta. Pressupõe que os jornalistas e os meios de comunicação são desinteressados, honestos e guiados pelo critério da objetividade.

Teoria do gatekeeping: também conhecida como teoria da ação pessoal, aborda os processos de escolha efetuados pela linha editorial e pelo jornalista durante a confecção da notícia. Assim, a informação bruta passaria por diversos portões (“gates”) sendo filtrada e resumida até a sua versão final. Segundo a teoria, tais processos de escolha do que será publicado e do que não será envolvem critérios subjetivos do repórter e do editor baseados em juízos de valor e repassados à informação veiculada. De certa forma, o espaço destinado à publicação das matérias ou o tempo de locução ou exibição do vídeo reforçam ou atenuam a ação do gatekeeper.

Na análise realizada no fim deste estudo, notou-se a ação dos gatekeepers em noticiar com mais ou menos frequência determinado fato e com maior ou menor quantidade de informações. Se comparadas aos relatórios de origem, a maior parte das matérias representou uma filtragem expressiva das informações originais.

A ação do gatekeeper facilita a condução da informação segundo determinada linha ideológica, uma vez que fragmenta o contexto e isola os fatores mais positivos ou negativos de determinado fato ou acontecimento.

Teoria organizacional: para o criador deste pensamento, Warren Breed, a dinâmica organizacional, ou seja, as relações dentro da redação formatam e influenciam o jornalista por meio da política editorial, da hierarquia de trabalho, do plano de carreira profissional, da dependência salarial, da rotina de produção, entre outros.

Teoria da ação política ou instrumentalista: trata os meios de informação como elementos dotados de ideologias e que as informações divulgadas pelos mesmos defendem seus interesses políticos por meio da distorção dos dados. Na interpretação esquerdista da teoria, os meios estariam alinhados ao sistema capitalista e atuariam como disseminadores da ideologia dominante; na interpretação de direita, os veículos são utilizados para questionar o sistema capitalista. Segundo os teóricos, a imprensa utilizaria ferramentas como a ocultação, a fragmentação, a inversão, a indução e a falsa apresentação completa da realidade para manipular o público e distorcer as informações.

Na análise realizada no fim deste estudo, notou-se a manipulação e distorção dos fatos por meio do uso de quatro das cinco ferramentas descritas pela teoria instrumentalista. A maior parte dessas matérias também tendeu para o alinhamento ao sistema capitalista.

Teoria construcionista: também conhecida como newsmaking, considera o jornalismo não como um espelho da realidade, mas como uma ferramenta de construção da mesma. Assim, tudo o que é publicado é real, enquanto o que não é fica restrito ao

conhecimento dos agentes envolvidos. Desse modo, a realidade seria composta pelos fatos que apresentam valor-notícia, ou seja, que possuem apelo noticioso junto ao público.

Teoria estruturalista: defende a mídia como reprodutora das ideologias dominantes, ou seja, como Aparelho Ideológico do Estado.

Teoria interacionista: para essa teoria, os jornalistas vivem sobre a tirania do tempo. Assim, a notícia estaria diretamente relacionada ao cotidiano e tempo de fechamento. Além disso, o jornalista estaria exposto a um excesso de informações frente à falta de tempo, sendo assim, obrigado a se sujeitar a uma rotina de produção em que recorrer às fontes oficiais de informação é mais simples e rápido. Dessa forma, para a teoria interacionista, o jornalismo também atua como difusor da ideologia dominante, representada pelas fontes oficiais.

As matérias que representam a teoria interacionista geralmente possuem como características erros ortográficos, falta de apuração, tamanho pequeno e presença de poucas fontes de informação.

Teoria dos definidores primários: aborda a influência dos definidores primários, fontes privilegiadas como autoridades governamentais, na interpretação do fato noticioso feita pelos jornalistas.

No caso da comunicação realizada pelas entidades públicas a respeito de fatores econômicos é notória a prevalência do discurso das fontes oficiais nas matérias. Tais discursos são, então, levados aos veículos de mediação, que raras vezes consultam outra fonte com opinião divergente.

Teoria do agendamento: diz respeito à influência que os temas abordados na mídia exercem sobre o cotidiano dos receptores. Assim, segundo a teoria, a mídia pautaria as conversas de seu público, que consideraria os assuntos noticiados como os mais importantes.

Adicionando um aspecto à teoria, observa-se que hoje o agendamento não se dá apenas do jornalista na direção do público como também do assessores em direção aos jornalistas. Em outras palavras, as assessorias de comunicação e imprensa de instituições públicas e privadas conseguem cada vez mais pautar as editorias dos meios de comunicação.

3 CIDADANIA

A cidadania envolve a ideia de pertencimento a um Estado em que o indivíduo possui direitos e deveres. Trata-se de uma forma de inserir as pessoas na sociedade conforme as regras e as práticas de sua nação.

Desde a Antiguidade grega, quando a cidadania separava a parcela da população que tinha direitos da que não tinha, o conceito está ligado à imersão e à participação política. Da revolta que levou à promulgação da Lei das 12 Tábuas 450 anos antes de Cristo e que deu origem ao Direito Romano até a Revolução Francesa, no século XVIII, o conceito de cidadania sofreu influências que levaram à chamada “prática cidadã”. Tal prática consistiria na ação pela qual as diferentes instâncias de uma sociedade exercem influência por meio de seu direito de protesto para requerer ou contestar medidas governamentais ou mesmo cobrar os direitos frente ao Estado e os deveres que ele deveria garantir, mas que, na prática, não garante.

Um dos principais marcos que levaram a esse questionamento do Estado como poder absoluto foi o Iluminismo. A ideia da abdicação dos direitos em função de um poder supremo foi introduzida por Thomas Hobbes (1588-1679). Para o teórico, a sociedade deveria se submeter a um contrato, que garantiria o poder nas mãos de um soberano e evitaria o caos social, o *Leviatã*. A doutrina absolutista de Hobbes, porém, logo foi contestada por John Locke (1632-1704), um dos precursores do Iluminismo.

A concepção de uma sociedade ideal passou a ser defendida como aquela em que a organização seria feita com o objetivo de garantir o bem-estar social e os direitos humanos. A partir da ideologia, o papel do governo deixou de ser absoluto para ser subordinado: os governantes seriam escolhidos como representantes do povo e a estes deveriam prestar contas e garantir os direitos de liberdade, felicidade, igualdade e paz. Assim, o contrato defendido por Hobbes, que só garantia poderes ao soberano, transformou-se no “contrato social”, de Rousseau (1712-1778), que valorizava os direitos dos cidadãos.

Um traço importante na concepção de cidadania de Rousseau é a preocupação em não separar a igualdade (mais ligada ao aspecto econômico) da liberdade (cujo vínculo é mais político). Isso fica mais claro quando ele reitera que nenhum homem pode ser tão rico a ponto de sua posição lhe permitir comprar o outro, e tampouco um outro tão pobre a ponto de se vender. (COVRE, 1995, p. 28).

As teorias e movimentos levariam, mais tarde, à concepção dos direitos fundamentais, que passariam a ser garantidos constitucionalmente. Há, contudo, a necessidade de apontar as diferenças entre teoria e prática: mesmo garantidos pela lei, muitos direitos não são aplicados e estendidos a toda população. Depois Revolução Francesa, quando se promulgou o direito de igualdade, a constituinte garantiu direitos políticos apenas a uma parcela da burguesia. A questão prosseguiu em outros países que adotaram o modelo liberal e permanece bastante contundente até os dias atuais. Há casos de Estados que ignoram os direitos do cidadão, exemplos de governos que não conseguem suprir as necessidades sociais básicas por meio dos serviços públicos e existem situações em que políticas populistas usam a promoção dos direitos fundamentais como mero marketing político.

3.1 DIREITOS CONSTITUCIONAIS

A noção de direitos fundamentais remonta do século XVII e teve como seus grandes marcos a as revoluções liberais Inglesa (1688), Francesa (1789) e Norte-americana (1776).

Iniciada em 1642, a Revolução Inglesa contestou o poder absoluto do rei, culminando com a condenação à morte de Carlos I, em 1649. A revolução teve como consequência a aprovação da “Bill of Rights” (Declaração dos Direitos), em 1689, pelo parlamento inglês. A defesa do princípio de liberdade teve continuidade no movimento francês, em 1789, que afirmou os princípios iluministas que abrangiam não apenas a liberdade, como, também, a igualdade e a fraternidade, garantidas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. No mesmo ano em que explode a Revolução Francesa, os Estados Unidos incorporam ao seu texto constitucional a emenda “Bill of Rights”, baseada nos movimentos inglês e francês, que consistia de 10 artigos reunindo uma série de direitos do cidadão, como a liberdade de religião e a liberdade de imprensa.

Os direitos fundamentais são divididos em categorias não-hierárquicas: direitos de primeira, segunda, terceira e quarta geração, segundo o estudo atualizado de Napolitano. Os primeiros estão ligados ao conceito de liberdades política e civil e aos assuntos que dizem respeito à relação do cidadão com o Estado. Os direitos de segunda geração correspondem àqueles relacionados ao princípio de igualdade em todos os seus âmbitos: social, econômico, cultural, etc. Por fim, os de terceira geração, para amarrar

os princípios da Revolução Francesa, estão ligados ao conceito de fraternidade e defendem, entre outros, a paz, a família e a qualidade de vida.

Há, no entanto, uma linha de teóricos que entendem que os direitos fundamentais vão além dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Para eles, há ainda uma componente relacionada diretamente ao governo e aos meios de comunicação.

Observe-se, também, que alguns autores apontam à existência de uma quarta geração. Nesta linha de raciocínio encontram-se os trabalhos de Bonavides (200), Sarlet (1998) e Schäfer (2001), para quem o direito à democracia e à informação seriam típicos direitos de quarta geração. (NAPOLITANO, 2009, p. 15)

Os dois direitos citados na suposta quarta geração de direitos fundamentais são, evidentemente, complementares, quando não dependentes. Em outras palavras, a manutenção do sistema democrático depende, diretamente, do acesso à informação, que deve ser fornecida não apenas pela imprensa privada, como também, pelo Estado.

Os cidadãos precisam de acesso à informação pública para exercerem seus direitos de acesso ao poder político, de modo que o direito à informação é necessário ao exercício dos demais direitos da cidadania (GENTILI, 2005, p.128). Desse modo, o acesso à informação é um “direito-meio”, que dá acesso aos demais direitos, entendidos como “direitos-fins”. É por meio da informação que os cidadãos podem fazer escolhas e julgamentos de forma autônoma, de modo que ela os auxilia a exercerem suas prerrogativas, tornando, por meio de sua difusão, mais acessíveis os demais direitos. (SOARES, 2009, p.59)

No Brasil, a Constituição da República Federativa de 1988, que apesar de suas falhas, possui um dos textos mais democráticos do mundo, traz no Artigo 5º uma relação dos “Direitos e Garantias Fundamentais”. O texto trata de assuntos relacionados à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Em meio às declarações, existem incisos relacionados diretamente à comunicação e aos seus meios. Entre eles, destacam-se:

Inciso IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

[...]

Inciso XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

[...]

Inciso XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

[...]

(PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1988)

Estes três incisos tratam, basicamente, do direito do cidadão de informar, informar-se e ser informado. O parágrafo 1º do Artigo 37 da Constituição ainda trata da publicidade das ações do governo e da necessidade de seu caráter informativo e educativo, o texto, porém, não considera o serviço como obrigatório. Assim, o governo tem a prestação de contas de suas ações como um direito e não um dever. Isso faz com que o cidadão tenha limitado o seu papel de fiscalizador do Estado, garantido pelo Artigo 5º:

Inciso LXXIII: qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1988)

Como já foi dito, para o exercício efetivo dessa ação popular, a informação é fundamental. A partir dessa dependência, estabelece-se uma ligação íntima entre a cidadania e a imprensa. A abordagem desse relação é discutida no item seguinte.

3.2 RELAÇÃO COM O JORNALISMO

A comunicação – e a mídia, como canal – exerce um papel importante, e mesmo decisivo para a cidadania e, conseqüentemente, para a democracia. É por meio da comunicação que os cidadãos informam suas necessidades ao governo e o governo presta contas aos cidadãos. Os meios de comunicação atuam, assim, como mediadores entre a população e o governo, colocando em pauta os assuntos mais relevantes para a sociedade e respeitando as regras democráticas.

Segundo Vicente (2009), “a comunicação desempenha um papel relevante na afirmação e consolidação da cidadania e dos direitos da sociedade notadamente por impulsionar as pessoas a se considerarem sujeitos dos seus direitos”.

Como intermediários, e mesmo representantes, da cidadania e suas necessidades, os meios de comunicação, especialmente os jornalísticos, possuem deveres éticos baseados em valores democráticos que devem suplantar os valores mercadológicos dos meios como empresas de comunicação.

O detalhe fundamental e talvez muito implícito dada sua importância está no compromisso do jornalista para com seu público. O pacto de confiança e lealdade entre o jornalista e o leitor deve estar sempre acima do pacto empregatício entre o jornalista e o jornal. As notícias não são apenas uma fonte de renda. Escrevê-las pode ser o serviço de um repórter, mas é necessário que este tenha em mente que notícias não são simples prestações de serviço, são a materialização do direito à informação exercido pelos cidadãos. O pacto empregatício entre o jornalista e o veículo corresponde a um serviço, mas o pacto entre o jornalista e seu leitor envolve lealdade, transparência, honestidade, compromisso, entre tantos outros fatores éticos fundamentais para o bom exercício da profissão.

A comunicação verbal, apoiada pela mídia, exerce sua ação de cidadania e ética ao ter coragem de denunciar, mesmo que de forma sigilosa, algo que contrarie as regras desse bem-estar social, ainda que seja um bem-estar individual, visando posteriormente um bem-estar coletivo. Exercer a ética é exercer cidadania apoiada por qualquer tipo de comunicação, verbal, não-verbal ou midiática (PEDRAZZA, 2009, p. 4)

Um jornalista só é bem sucedido quando consegue fazer com que o seu leitor compreenda sua mensagem. Se esta não for apreendida a responsabilidade não pode ser inteiramente atribuída à má formação do público. O jornalista deve saber quem é o seu público e qual a forma mais adequada de tratamento do conteúdo para facilitar a compreensão do mesmo para o leitor.

Mais que isso, o jornalista não tem o direito de destinar pautas para cada tipo de leitor de maneira arbitrária. Assuntos sobre saúde não devem ser escritos apenas para médicos, assuntos sobre informática não devem ser pensados apenas para técnicos ou engenheiros e assuntos sobre economia não devem ser veiculados apenas para economistas e administradores. Dessa forma, os veículos de comunicação não deveriam direcionar notícias sobre assuntos de interesse público apenas para uma parcela deste.

Unindo os dois fatos, um jornalista que escreve sobre economia não deve limitar o acesso ao leitor leigo, especialmente nos assuntos que dizem respeito à gestão pública.

Não importa o quão técnico seja o assunto, não se pode impedir que o cidadão exerça seu direito de fiscalização, disponibilizando os dados de forma jargonizada.

É tão difícil explicá-las [as notícias econômicas] que boa parte dos jornalistas de economia preferiu desistir. Criou-se no Brasil, nos últimos anos, um mito segundo o qual as notícias de economia são chatas. E que, como o leitor não as lê, não merecem ser buscadas, e muito menos explicadas ao grande público. (BASILE, 2002, p. 6)

3.3 IDEOLOGIA DA TRANSPARÊNCIA

A expansão das ideias sobre os direitos fundamentais e sobre a necessidade de participação cidadã na democracia disseminou uma nova concepção que considera essencial a transparência nas ações da máquina pública nacional. A ideologia da transparência nasceu com a informação dos dados ligados à administração federal de diferentes países.

Em 1993, é criada a organização não-governamental *Transparência Internacional*, cujo principal objetivo é o combate à corrupção. Todo o ano, o portal da ONG disponibiliza o *Índice de Percepção da Corrupção*, um ranking das nações menos corrompidas às mais corruptas. Sete anos depois, nasce a *Transparência Brasil*, influenciada pela organização alemã, a *TBrasil* disponibiliza pesquisas sobre a corrupção no país.

A ideologia da transparência pública se materializou no âmbito público brasileiro em 2004, quando a Controladoria-Geral da União (CGU) lança o *Portal da Transparência do Governo Federal*. Em 2005, aprovou-se o decreto que instituiu o *Portal da Transparência do Poder Executivo Federal*, transformando a prestação de contas públicas federais em lei. Os portais teriam por objetivo divulgar as prestações de contas da administração pública federal, reunindo informações sobre direcionamento de verbas, gastos, receitas, licitações, contratos, execução orçamentária, convênios, diárias e passagens.

Entre as entidades federais que possuem uma página de transparência atualmente estão: Advocacia e Controladoria Geral da União, Presidência da República e 23 ministérios. Em 2008, o *Portal da Transparência do Poder Executivo Federal* já superava 1,3 milhão de visitas anuais, com mais de 14 milhões de páginas visitadas. Curiosamente, nos dois anos seguintes a média de visitas caiu drasticamente para 420

mil em 2009 e 295 mil até julho de 2010. Já o *Portal da Transparência da Presidência da República* bateu o recorde de acessos no mês de maio de 2010, recebendo mais de 730 mil acessos de abril a junho do mesmo ano.

Além de entidades federais, estados e municípios também possuem seus próprios portais e, com a disseminação da ideologia, algumas empresas e ONGs também passaram a disponibilizar seus dados administrativos e balanços sociais em seus sites.

A consolidação o ideário de transparência estendeu o conceito, passando a defender a democratização de acesso a todas as informações de interesse público. Assim, o novo paradigma aprofundou o debate da necessidade de divulgação do trabalho exercido pelos representantes governamentais e dos resultados obtidos a partir das políticas públicas.

No moderno contexto de democratização das sociedades tem havido uma crescente mobilização no sentido de que os administradores públicos ampliem a transparência sobre as suas ações. Objetivando dar respostas concretas a essa demanda contemporânea, estão sendo introduzidas modificações operacionais nos governos, com uso intensivo da Tecnologia da Informação e da Internet. Esse conjunto de ações tem sido denominado de Governo Eletrônico. (TRISTÃO, 2002, p.1)

Dessa forma, no ramo econômico, por exemplo, é sustentável a ideia de exposição das contas relativas à conjuntura nacional de forma mais democrática. Por essa visão, o conjunto de cidadãos teria direito de acesso não apenas às contas da administração pública, como também às contas, indicadores, resultados e desempenho da economia do país.

Diversos órgãos públicos de informação adotaram tal filosofia, disponibilizando os relatórios que envolvem a economia brasileira em seus domínios digitais. Contudo, existem algumas entidades que passaram a usar o termo “transparência” em propagandas e campanhas eleitorais. A estratégia tem por objetivo destacar e corroborar supostas práticas democráticas, mesmo quanto o “demo” (povo) não alcança o “kratos” (poder, governo).

Em muitos casos o emprego da terminologia “transparência” assemelha-se à prática publicitária. Quando não estão desatualizados, alguns dos veículos dos órgãos públicos – entre eles, aqueles relacionados à economia nacional – publicam informações de interesse público de forma tendenciosa e/ou demasiadamente técnica. Assim, a tal “transparência” se limita apenas aos elucidados. Como disse José Marques de Melo

(1986), “constitucionalmente, são direitos [à educação e à informação] líquidos e certos. Na prática, são privilégios reservados a uma minoria da população”. Assim, o cidadão comum, que não tem a mesma formação acadêmica e que, teoricamente, teria o mesmo direito de acesso a tais informações, nem sempre conta com informações compreensivas e mecanismos explicativos.

Se considerarmos, ainda, que as significações levam a tendências de ação, então se pode pensar que a falta de clareza nos conteúdos repercutirá negativamente na existência de estratégias consistentes para a formação cidadã, portanto, no sucesso de processo de consolidação democrática. (VICENTE, 2009, p. 72).

A partir dessa prática, a população comum fica submetida à mediação dos fatos pelos veículos de imprensa e à manipulação, omissão ou distorção dos mesmos por suas respectivas linhas editoriais. Mais além, os cidadãos também ficam à mercê da utilização dos dados estatísticos em campanhas eleitorais como comprovação irrefutável, sem que possam conferir a veracidade de tais números.

No debate econômico, abusa-se de falácias, argumentos com premissas aparentemente corretas, mas cujas conclusões falsas. A mais freqüente é a falácia estatística. Quase tudo pode ser provado em economia, manipulando-se estatísticas. (KUCINSKI, 2000, p.24)

Um fato recorrente que confirma a observação de Kucinski é a rotineira publicação de notícias sobre o desempenho econômico nacional que ressaltam alguma manobra contábil para obtenção das metas planejadas pelo governo, como ocorreu em uma das matérias da amostra publicada pelo *Estadão*.

Após discutir alguns pontos básicos sobre o jornalismo e aspectos a respeito da cidadania, mostra-se necessário introduzir algumas considerações sobre a economia, suas principais doutrinas e sua história no Brasil. A partir desta terceira base de sustentação do jornalismo econômico, poder-se-á, então, partir para o estudo deste último e para a análise dos materiais coletados.

4 ECONOMIA

De um modo geral, pode-se dizer que a economia consiste no sistema como se administram os recursos escassos. Trata-se de uma ciência social que estuda a produção e distribuição dos bens e serviços, segundo a definição neoclássica de Mankiw (2008).

A economia possui dois setores: a microeconomia e a macroeconomia. A primeira se encarrega dos comportamentos individuais e a segunda estuda a soma desses mesmos comportamentos em um contexto, situação e/ou local. A microeconomia estuda as decisões tomadas por famílias ou empresas individualmente, enquanto a macroeconomia reúne os dados dessas mesmas produzindo indicadores nacionais, estaduais e municipais.

Existem diferentes tipos de análise econômica. A análise encarregada da descrição econômica tal como ela é, chama-se análise positiva. Já aquela cuja característica é apontar como a economia deveria ser é denominada análise normativa. Os dois tipos de análise estão ligados e são essenciais ao exercício governamental, atuando como mecanismos de auxílio para a tomada de decisões sobre políticas públicas.

A ciência econômica é colocada em prática por meio da administração ou gestão. Esse modo de administração está intrinsecamente ligado à doutrina econômica adotada como ideal. Para o pensamento econômico dominante atualmente, o capitalismo ortodoxo, por exemplo, segundo N. Gregory Mankiw, a economia é baseada em dez princípios:

- 1 As pessoas enfrentam escolhas conflitantes
- 2 O custo de alguma coisa é aquilo de que se desiste para obtê-la
- 3 As pessoas racionais pensam nos extremos
- 4 As pessoas reagem a incentivos
- 5 O comércio pode ser bom para todos
- 6 Os mercados são geralmente uma boa maneira de organizar a atividade econômica
- 7 Às vezes os governos podem melhorar os resultados dos mercados
- 8 O padrão de vida de um país depende de sua capacidade de produzir bens e serviços
- 9 Os preços sobem quando o governo emite moeda demais MONETARISMO

10 A sociedade enfrenta uma escolha conflitante de curto prazo entre inflação e desemprego

As doutrinas econômicas têm por objetivo elaborar modos de produção que combinam a gestão da mão de obra com a transformação de recursos naturais visando à transformação desses em bens econômicos, ou seja, produtos comerciáveis. Como nenhum sistema econômico é perfeito na prática, é necessário o suporte de uma ideologia que sustente tais práticas, justificando as relações ligadas ao sistema adotado.

A economia e os sistemas econômicos foram evoluindo e se reinventando ao longo dos tempos. Geralmente, o motivo de tal renovação está diretamente ligado a uma crise econômica. O item a seguir abordará alguns dos principais pontos históricos que modificaram a economia e o pensamento econômico.

4.1 PENSAMENTO ECONÔMICO

Assim como as ideologias que compõem diferentes ciências, o pensamento econômico evoluiu ao longo do processo histórico e dos ciclos econômicos. Na visão de HUNT e SHERMAN:

Os sistemas econômicos organizam o esforço humano para transformar os recursos dados pela natureza em artigos úteis, em bens econômicos. As ideologias constituem sistemas de ideias e crenças destinadas a justificar moralmente as relações econômicas e sociais que caracterizam determinado sistema econômico. (HUNT; SHERMAN, 2001, p.219)

Dessa forma, pode-se dizer as doutrinas organizam a sociedade sob um modo de produção e distribuição de papéis para a mão de obra visando a possibilidade de convivência em grupo e satisfação das necessidades básicas no mesmo.

Apesar de algumas doutrinas serem típicas de determinados momentos, recorrentemente economistas e gestores recorrem a premissas de diferentes eras para resolver um problema atual. É comum a divergência entre economistas e escolas de economia a respeito de determinados fenômenos, especialmente aqueles que envolvem a macroeconomia e, portanto, a esfera pública.

A seguir, enumeram-se alguns desses pensamentos e doutrinas desenvolvidos ao longo do tempo, com ênfase na ideologia capitalista, que norteia as decisões

governamentais brasileiras. A exposição oferece bases para a compreensão da ideologia por trás das políticas públicas e debates mediados pela imprensa, que envolvem a análise deste estudo aqui presente.

O pensamento econômico pode ser dividido conforme as eras históricas: Antiguidade, Idade Média, Moderna e Contemporânea marcadas por diferentes sistemas econômicos e ideologias: Pré-capitalismo (Escravidão), Feudalismo, Capitalismo Comercial (Mercantilismo), Capitalismo Industrial (Liberalismo clássico), Socialismo, Capitalismo Financeiro (Liberalismo Neoclássico), Keynesianismo, Neoliberalismo e Pós-keynesianismo. A divisão comentada a seguir varia conforme cada autor, porém, este estudo baseou-se em obras mais atualizadas, como as de Mankiw (2008), Souza (2008) e Hunt e Sherman (2001).

A antiguidade foi marcada pelo sistema pré-capitalista. Durante os impérios grego e romano, a economia baseava-se em um modo de produção escravocrata. A sociedade era dividida em classes, segundo as quais apenas 20% da população era livre. A economia era agrícola e fortemente ligada ao poder da terra. Assim, a quantidade de guerras em busca de melhores solos era justificada economicamente. Além disso, os perdedores eram transformados em escravos. A ideologia do sistema era baseada na premissa de que apenas parte da população, indivíduos “superiores”, teria direitos e estaria isenta do trabalho. Tal filosofia era sustentada por teóricos como Aristóteles e Platão.

Fundamentado no poder da propriedade rural, surge na Idade Média o Feudalismo, baseado na fidelidade entre o senhor feudal e seus vassalos. O sistema, apesar de amplamente explorador da mão-de-obra, não é considerado escravocrata, pois os vassalos não eram considerados mercadorias, embora não fossem livres. Segundo o sistema, o vassalo deveria ser leal, oferecer sua produção, trabalho, auxílio militar, entre outros, ao senhor feudal em troca de bens duráveis e licença para ocupar um pedaço de terra da propriedade rural do senhor.

O Feudalismo era amplamente apoiado pelas ideologias cristã e judaica paternalistas, esta última pregava a presença de líderes, indivíduos mais “fortes e ricos”, aos quais a parcela “mais fraca” da população deveria se submeter em troca de proteção e cuidados “paternais”. A moral paternalista cristã também pregava o auxílio aos pobres e condenava a riqueza, a ganância, o materialismo, a avareza e o egoísmo. A ideologia, no entanto, apoiava a riqueza quando esta era destinada a prover os mais necessitados, justificando a posição “superior” de determinados indivíduos da sociedade. O

pensamento cristão paternalista teve como uma de suas principais vozes Santo Tomás de Aquino.

Quando, os pilares do pensamento cristão começaram a ser questionados, o sistema econômico também passou a ser questionado. O Feudalismo era caracterizado pela quase inexistência do comércio. Ele sustentava que as mercadorias deveriam ser trocadas de acordo com o “preço justo”, condenando, assim, o lucro.

Em meados do século XI, a incorporação tecnológica aos modos de produção agrícola dos feudos levou-os a gerar um excesso de produção que necessitava ser comercializado. O crescimento do comércio e da população provocou um crescimento dos centros urbanos, onde se passou a questionar a ideologia cristã.

Com o abalo de seus principais sustentadores, o Feudalismo perdeu força e abriu espaço para o Capitalismo Comercial, no século XV. O novo sistema estava fortemente relacionado à noção de mercado e comércio, definidos pelo pensamento mercantilista. Além de buscar novas terras para explorar, o Mercantilismo se baseava na acumulação de capital por meio da exportação, na proteção contra as importações, na grande intervenção do Estado na economia. Ocorrem a descoberta de novos continentes, a implantação do colonialismo, o crescimento do comércio internacional e o acúmulo de capitais nas metrópoles. Surge o pensamento individualista, promovido pelo Protestantismo e pelo Calvinismo que, ao contrário do Cristianismo, apoiavam a acumulação de bens materiais e serviram como justificativas morais para os Estados mercantilistas.

Na componente política, o Mercantilismo foi sustentado pelo Absolutismo, caracterizado pela concentração do poder nas mãos de um único soberano. O sistema surgiu a partir das competições entre grandes senhores feudais pelo poder, que culminaram com a unificação dos Estados, formando as monarquias nacionais. Entre os principais defensores da ideologia absolutista estão Thomas Hobbes, Nicolau Maquiavel e Jacques Boussuet. Em sua obra, *Leviatã* (1651), Hobbes interpretava o homem como um ser egoísta por natureza, sendo necessária a submissão a um poder absoluto para evitar-se o caos. Já Maquiavel defendia a supremacia do “príncipe” frente os conceitos morais por meio do princípio de que “os fins justificam os meios”. Boussuet, por fim, considerava sagrada a autoridade monárquica, defendendo o direito divino dos reis.

Mais tarde, a partir do século XVII, surgem novas ideias que condenavam a ação do absolutista do Estado. Em meados dos anos 1600, Sir Dudley North afirma a

necessidade de livre concorrência entre os homens para garantir o bem-estar público. Em 1776, Adam Smith lança a obra *Riqueza das nações*, pregando o pensamento individualista e a ação da “mão invisível do mercado” que dariam bases ao liberalismo clássico e ao capitalismo em sua essência. Segundo o economista, o progresso econômico só poderia ser conquistado com a divisão do trabalho e a acumulação do capital.

O comércio acentuado e as condições favoráveis de um país específico, a Inglaterra, fizeram com que houvesse espaço para a Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX. A época foi marcada pelo surgimento de novas tecnologias, pelo aumento da produção, pela forte urbanização, pelo crescimento populacional e pelo aumento do consumo. Surge o modo de produção industrial e a forte exploração da mão-de-obra, que não gozava de qualquer direito. A economia baseava-se no Liberalismo, apoiado pelas correntes individualista e racionalista que pregavam o *laissez-faire*, ou seja a não-intervenção do Estado na economia. Assim consolida-se o capitalismo industrial, sustentado pelo imperialismo e pelo domínio econômico informal.

No fim do século XVIII, o também economista Thomas Malthus escreve o “Ensaio sobre a população”, em que argumentava que a população crescia a ritmo mais acelerado que a produção, elevando, assim, os níveis de miséria. Mais além, Malthus pregava que os governos nada deveriam fazer para ajudar a população pobre.

A forte exploração dos trabalhadores, as péssimas condições de trabalho e a ausência de direitos colaboraram para o surgimento do Socialismo. A doutrina defendia a igualdade sócio-econômica e o fim da propriedade privada dos meios de produção em protesto contra a desigualdade social e a piora das condições de vida. Marx foi o principal defensor da sociedade sem classes. Para ele, os trabalhadores eram explorados por meio da “mais-valia” e mantidos em uma condição de alienação estabelecida pela divisão do trabalho. No *Manifesto Comunista*, o autor relatou a impossibilidade de melhoria das condições sócio-econômicas por meio de reformas promovidas pelo Estado. Para ele, a perspectiva de mudança seria utópica se não conquistada por meio de uma revolução, já que o Estado era controlado pela classe dominante.

Assim como previa Marx, a partir do século XIX o capitalismo baseado na livre concorrência passou a ter duros embates empresariais, com alta agressividade e capacidade de competição destrutiva. A concorrência desigual levou ao fechamento das pequenas indústrias e à concentração monopolística. O crescimento desse domínio

exercido por grandes corporações veio a caracterizar a doutrina da época, o Capitalismo Corporativo, que se sustentava no poder dos grandes monopólios.

A partir da demasiada concentração de poder político e econômico nas mãos de grandes corporações e pequena parcela da população, a teoria liberal clássica reinventou-se, defendendo a presença de pequenas empresas e consumidores incapazes de interferir no mercado por conta de sua pequena magnitude. Assim, a teoria neoclássica aprofundou-se no conceito da competição perfeita, afastando-se da realidade econômica.

A partir de 1930, a economia neoclássica desenvolveu um instrumental matemático extremamente complexo, favorecendo a elaboração de novas interpretações teóricas no campo da ciência econômica moderna.

[...]

À medida que foi se tornando hermético, deixando de ser uma doutrina acessível para os leigos como era a princípio, o liberalismo clássico perdeu muito de sua eficácia enquanto ideologia popular do capitalismo. (HUNT; SHERMAN, 2001, p 183)

No início do século XIX, os Estados Unidos, que logo viriam a se tornar a maior potência econômica mundial, passaram por um grande crescimento. No mesmo período, os defensores do capitalismo monopolista se disseminavam sob a máscara de uma falsa imagem ética e paternalista. O imperialismo se manifestou mais claramente, representado especialmente pelos norte-americanos, sendo refutado pelo Socialismo, instaurado na União Soviética em 1917.

As duas guerras mundiais e as crises econômicas, ocorridas no início do século XX, levaram a uma maior intervenção do Estado na economia. A partir de então, este teria como obrigação a manutenção do bem-estar social e a alavancagem econômica. Nos Estados Unidos, a política foi marcada pelo New Deal, plano gerenciado pelo Estado norte-americano para recuperar a economia após a crise de 1929.

As medidas tinham como base a doutrina desenvolvida por John Maynard Keynes. Para o economista, o valor dos bens produzidos em determinado período era igual ao valor da renda recebida durante o mesmo. Dessa forma, a economia baseava-se em um fluxo circular entre empresas/produtores-trabalhadores/consumidores. Keynes, contudo, identificou fontes de desvio nesse círculo: a popança, os impostos e as importações. Assim, o britânico defendia a ação do Estado para converter o excesso de

poupança em bens sociais, além de estimular o crescimento e combater o desemprego. O pensamento keynesiano permaneceu em alta até a década de 1970, representado pelo “Estado de bem-estar social” e pelo desenvolvimentismo.

A corrente keynesiana produziu uma nova ideologia na América Latina. Elaborado pelo argentino Raúl Prebisch e pelo brasileiro Celso Furtado, o Estruturalismo surgiu após a criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). A corrente criticava o liberalismo clássico e apontava o desenvolvimento desigual dos países e a hierarquia das relações comerciais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A ideologia estruturalista ofereceu bases para a implantação do nacional desenvolvimentismo no Brasil e até hoje é defendida por agentes políticos e econômicos no país.

O período do pós Segunda Guerra Mundial foi marcado pela reconstrução da Europa por meio do Plano Marshall e pelo aumento da tensão entre as duas potências da época: Estados Unidos e URSS, culminando com a Guerra Fria. O período se caracterizou pela afirmação militar, política e econômica, esta representada pela doutrina capitalista versus a doutrina socialista.

A expansão dessas doutrinas pelo mundo ocorreu de forma rápida com a exigência de alinhamento a uma das potências inimigas (EUA ou URSS). Os Estados Unidos, por exemplo, chegaram a estimular e, mesmo, a financiar a instauração de ditaduras militares nos países subdesenvolvidos da América do Sul para evitar alinhamento ao bloco comunista.

A partir dos anos 1970, com os choques do petróleo, a economia capitalista passa por uma nova mudança, resgatando as ideias do liberalismo econômico clássico. A nova doutrina emergiu em função da impossibilidade da manutenção dos Estados de Bem-Estar Social sem o acúmulo de déficits públicos. O Neoliberalismo, que teve como articulistas pensadores monetaristas como Milton Friedman, afirmou-se com o fim da União Soviética e de seu modelo socialista. Entre os pontos da doutrina capitalista neoliberal estão a liberdade de mercado e de concorrência, a não-intervenção do Estado na economia, a redução do Estado por meio da privatização das empresas estatais, a abertura comercial, com fim de subsídios e taxas alfandegárias, a defesa da estabilidade monetária, a disseminação das transnacionais, a globalização financeira e comercial e a desregulamentação dos mercados e atividades econômicas.

O monetarismo se baseia na premissa de que é possível garantir a estabilidade por meio da intervenção monetária. Para pensadores dessa corrente, a inflação é causada

pura e exclusivamente pelo excesso de moeda em circulação. Assim, medidas como o aumento do juro e diminuição do crédito colaborariam para a queda dos índices inflacionários. A manutenção de uma alta taxa de juros, por sua vez, faz com que haja maior dificuldade no pagamento dos encargos da dívida externa. Dessa forma, os governos que adotam esse pensamento econômico, são obrigados a controlar gastos, estabelecer uma alta taxa de impostos e estimular as exportações para geração de um superávit primário (economia para pagamento de juros da dívida) suficiente o bastante para pagar os juros da dívida.

A prática do neoliberalismo teve algumas conseqüências como o aumento das desigualdades nacionais e internacional, acentuadas pela ação especulativa de capitais financeiros. A desregulamentação e livre circulação desses capitais geraram crises ao longo do fim do século XX e culminaram com a crise financeira internacional deflagrada em 2007. Frente à liberdade especulativa nos mercados, alguns governos aumentaram sua ação regulatória na economia, o que tem aberto espaço para a ideologia pós-keynesiana. Reformulada, a teoria prega a intervenção estatal sobre a economia de modo a garantir um ambiente estável para o investimento, a distribuição de renda e o desenvolvimento econômico sustentável.

4.2 ECONOMIA BRASILEIRA

A economia brasileira nasceu com base no colonialismo, marcado por tratados comerciais de subordinação à metrópole, Portugal. Mesmo com a vinda da família real em 1808, a economia brasileira manteve-se obediente, embora desde então pudesse fazer negócios com as “nações amigas”, Portugal e Inglaterra. A nação britânica mais tarde viria a ser a nova metrópole (no sentido econômico) do Brasil, mesmo após a independência em 1822.

Surgido com base em um sistema escravocrata, o modo de produção logo passou a se embasar na mão de obra dos imigrantes, que tiveram papel fundamental na economia do Brasil cafeeiro. A substituição dos escravos gerou uma ampla massa de desempregados e a implantação da Lei de Terras, em 1850, impediu que os negros, agora livres, pudessem ser donos de terras. Esses fatores viriam posteriormente a ser alguns dos motivos dos altos índices de desigualdade no país.

O modelo agroexportador de café se sustentou até a quebra da bolsa de Nova York, em 1929, quando o produto de comercialização, considerado supérfluo, foi

cortado da lista de importações no exterior. A falta de uma economia diversificada levou a uma profunda crise, que, por sua vez, abriu espaço para uma drástica mudança política.

Entra em vigor o modelo nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. Baseado em um sistema de substituição das importações e transformação do paradigma econômico agroexportador para outro urbano-industrial. Dentre as medidas, Getúlio Vargas cancelou parte do pagamento da dívida externa, implantou um sistema de controle cambial, desvalorizou a moeda brasileira, elevou as tarifas de importação, congelou a remessa de lucros para outros países, acabou com os estoques de café. Vargas, apoiado pela ideologia industrialista de Roberto Simonsen, também transferiu renda do café para as indústrias, facilitou a importação de bens de capital, aproveitou certa capacidade ociosa remanescente dos surtos industriais (como o ocorrido na Primeira Guerra Mundial), implementou a indústria de base. No que diz respeito às medidas relacionadas à cidadania, Getúlio editou a CLT, implantou o voto secreto, criou a Justiça Eleitoral e do Mandato de Segurança, permitiu o voto feminino.

A política econômica do período de 1946 a 1951, caracterizado pelo afastamento de Vargas e pela presidência de Eurico Gaspar Dutra, sofreu intervenções de ideologias externas. A vitória do Aliados na Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria abriram espaço para concepções liberalistas no Brasil. Durante o período em que Dutra esteve no poder, a política econômica foi marcada pela menor intervenção do Estado na economia e pela liberdade de ação do capital estrangeiro. O resultado foi o aumento da dívida externa, a diminuição das reservas internacionais e o avanço da inflação.

Vargas ainda voltaria ao poder em 1950, mas interrompeu seu mandato em 1953. Após o suicídio do populista, a presidência ficou com Café Filho, que passou a privilegiar setores da burguesia, descontentando os nacionalistas que apoiavam o presidente anterior.

A partir de 1956, a eleição de Juscelino Kubitschek garantiu o retorno do nacionalismo desenvolvimentista, porém, sem restrições aos investidores externos. O período foi marcado pelo aumento da participação do capital estrangeiro na indústria nacional, pelo crescimento das importações e da dívida externa. Com o bordão “50 anos em 5”, JK pôs em prática o Plano de Metas e deu início a uma série de obras, sustentadas pela emissão de papel-moeda, gerando PIBs acima de 7,5% a partir de 1957 com um aumento inflacionário.

O plano de metas talvez tenha sido um dos pioneiros no uso de planos e medidas econômicos como impacto de marketing político. O slogan dos “50 anos em 5” e a promessa do Brasil desenvolvido foram amplamente utilizados pelo governo populista de JK e conferiram-lhe um alto índice de aprovação entre os brasileiros, que se reflete até os dias atuais.

Foi a partir dos anos 50, também, que se deu a instalação das indústrias transnacionais de bens de consumo no Brasil. Assim, com a abertura às importações, ao capital externo e às propagandas capitalistas da Guerra Fria, houve a disseminação da ideologia do consumo, que foi sustentada pelos meios de comunicação de massa e não apenas em seu segmento publicitário, como também pelo jornalístico.

Após a passagem de JK pela presidência, novamente uma crise econômica colaborou para uma turbulência política. Houve um esgotamento do sistema nacional desenvolvimentista por conta da recusa dos grupos internacionais em fornecer capital e tecnologia para o modelo sem obter em troca algumas garantias. Tais garantias dificilmente seriam aceitas por um governo democrático, já que despertariam uma alta impopularidade.

A presidência de Jânio Quadros foi caracterizada por uma tensão política entre os grupos de poder conservador e progressistas. Jânio adotou políticas econômicas que interessavam aos investidores estrangeiros. O presidente acreditava que a alta da inflação era causada pelos aumentos de salários e congelou os mesmos, o que provocou uma elevação do custo de vida. Como consequência, as medidas levaram à queda da demanda e, assim, da produção. A popularidade do governo estava em baixa e este já não gozava mais do apoio político de antes. Assim, Jânio Quadros renunciou, abrindo lugar para o seu vice, João Goulart.

Jango sofreu, antes mesmo de sua posse, uma restrição de seus poderes com a aprovação do Parlamentarismo no Brasil. O modelo perdurou até 1963, quando um plebiscito garantiu a volta do presidencialismo. Para resolver os problemas trazidos pela crise, Jango pretendia implantar as Reformas de Base e o Plano Trienal, elaborado pelo ministro do Planejamento, Celso Furtado.

O planejamento envolvia as reformas agrária e tributária, a restrição de algumas liberdades ao capital estrangeiro e a extensão dos direitos trabalhistas. O Plano Trienal, por sua vez, visava o combate à inflação, o que exigiria medidas impopulares, como o congelamento de salários e a contenção de crédito. O Plano Trienal não chegou a ser

implantado e a tensão se agravou, com grupos de representação popular exigindo as reformas.

No início de 1964, Goulart enviou a mensagem “Caminho Brasileiro” ao Congresso, com a apresentação das reformas e, mais tarde, assinou um decreto que encampava as refinarias de petróleo privadas. O governo norte-americano reagiu, bloqueando o crédito internacional ao Brasil e, com o assassinato de Kennedy e a posse de Lyndon Johnson, passou a apoiar o golpe militar em países sul-americanos.

O Golpe Militar ocorreu em primeiro de abril de 1964 e trouxe grandes conseqüências econômicas, políticas e sociais para o país. A introdução do Estado de Exceção, caracterizado pelo direito do Executivo em emitir atos e decretos-lei sem influências dos demais poderes, ceifou a participação popular no governo. Implementou-se a censura via Lei de Imprensa, os partidos políticos foram cassados, a instabilidade empregatícia aumentou com o endurecimento CLT, a perseguição cresceu sustentada pela Lei de Segurança Nacional. Na economia, o governo atendeu aos interesses externos para maior entrada de capital estrangeiro no país, buscou medidas para assegurar a lucratividade empresarial, aprovou a concessão de incentivos fiscais e financeiros por parte do Estado, aumentou impostos, limitou o crédito e congelou os salários.

Em primeiro lugar, a contenção salarial que daí haveria de resultar levaria ao aumento da taxa de lucro exigida para a retomada de investimentos internos e retorno à esfera internacional por parte do lucro aqui extraído.

Em segundo lugar, essa nova política tentava criar as condições institucionais e políticas para garantir a continuidade da acumulação de capital estrangeiro. Isto porque criaria um “ambiente de confiabilidade” para investimentos estrangeiros, ambiente que havia desaparecido com o aguçamento das lutas que vinham ocorrendo antes do golpe. (SOUZA, 2008, p. 65)

As medidas logo levaram à redução da inflação. Os ministros da Fazenda e do Planejamento, respectivamente, Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos, e o presidente do BC, Mário Henrique Simonsen, puseram em prática o controle dos gastos públicos, do crédito e do salário. As medidas se baseavam na ideia monetarista de que a inflação é provocada pelo excesso de moeda em circulação. Contudo, conforme a corrente keynesiana, quando ainda há capacidade ociosa (que era o que ocorria no período), um aumento da produção evitaria a recrudescimento da inflação. O resultado foi uma insatisfação pelo aumento do custo de vida e pela ampliação da quantidade de

falências devido à concorrência desleal das transnacionais. A crise econômica ainda se manteve até 1967, devido ao baixo investimento estrangeiro conforme as expectativas e à alta remessa de lucros para os países de origem.

O período de 1968 a 1970 teve como marcas a utilização dessa capacidade ociosa e o investimento público, que dariam bases ao período de grande crescimento econômico nos anos seguintes, denominado Milagre Brasileiro. Outros fatores decisivos para o crescimento econômico foram a dinamização do mercado financeiro, a expansão do crédito, a melhoria da taxa de exportação e a volta do capital estrangeiro. O período do Milagre apresentou baixa inflação e altos índices de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), sustentados pelo endividamento do setor público. A construção de grandes obras de infra-estrutura teve papel importante tanto para o crescimento, quanto para o endividamento. Durante o Milagre, construíram-se estradas, hidrelétricas, redes de telefônicas e executadas obras para o metrô, o saneamento e a habitação.

Na época, o ministério da Fazenda tinha à frente Delfim Netto, o homem do “fazer o bolo crescer para depois reparti-lo”. A única questão é que não se explicou quanto o bolo teria que crescer para depois repartir. A consequência foi o aumento da desigualdade social no país, fato comprovado por um estudo do próprio IBGE, que destacava o aumento da produção com baixa salarial e aumento da jornada de trabalho.

O Milagre Econômico pode ser considerado um fenômeno de curto prazo. A partir de meados dos anos 1970, os choques do petróleo aumentaram os preços do produto, disseminando uma crise econômica por todo o globo. A crise brasileira, no entanto, teve também outras causas, como a extrema dependência do capital externo, a vulnerabilidade à especulação, a dependência do Estado para movimentar a economia, a queda do poder de consumo da população e o alto endividamento externo.

A bonança econômica não passou de 1974 e expôs a fragilidade do modelo econômico e, conseqüentemente, do político. As conseqüências trazidas pela dependência externa abriram espaço para a reafirmação das correntes nacionalistas dentro do próprio Regime Militar. O descontentamento atingia não apenas setores nacionalistas do governo, como a sociedade e a iniciativa privada.

Foi também em 1974 que o Regime passou por uma modesta abertura. A expansão da bancada do MDB depois das eleições legislativas alertou os militares sobre a falência de suas políticas. Houve um abrandamento na repressão, com menor autonomia dos órgãos de segurança, como o DOI-CODI, e com a revogação do AI-5 em 1979.

Na economia, o II Plano Nacional de Desenvolvimento retomou a política de substituição das importações para aliviar as contas externas. Houve um rompimento do acordo militar com os Estados Unidos e uma nova aliança, agora com a Alemanha, para a construção de três usinas nucleares. O governo aumentou a taxa de investimento e elevou a participação das Estatais na economia.

A política econômica garantiu um crescimento em torno dos 6% de 1974 a 1980. O governo, porém, recorreu a empréstimos para resolver a crise, o que fez com que a dívida externa chegasse 49 bilhões de dólares em 1979 e a inflação a 76,8%. Em 1977, a *Folha de S. Paulo* publicou a pesquisa do Banco Mundial que apontava a inflação brasileira de 1973 em 22,5%, enquanto o governo divulgara um índice inferior a 15%. O dado gerou movimentos grevistas, já que a inflação é utilizada para o cálculo do reajuste salarial.

A partir de 1979, começa uma nova crise mundial que duraria até 1982. O aumento da taxa internacional de juros comprometeu o orçamento brasileiro por conta dos encargos da dívida externa e levou o país a uma nova negociação com o FMI. Ocorre um novo choque do petróleo, provocando uma queda brusca nas relações de troca entre o Brasil e o mundo.

Durante o governo de João Baptista Figueiredo, a economia brasileira sofreu os efeitos da crise, com amplos aumentos da dívida externa e da inflação. O PIB registrou seu pior desempenho desde a crise de 1929. Houve uma redução do investimento, falências, desemprego, especulação financeira e queda dos salários. O período se caracterizou pela “estagflação” (estagnação econômica aliada à inflação), que na época chegou a 160%.

Do ponto de vista político, adotaram-se bases para a abertura, com a Lei de Anistia em 1979, a reforma partidária e as eleições diretas para governador. O período foi marcado por atentados dos grupos reacionários do Regime, como as bombas usadas contra bancas de jornal que vendiam publicações oposicionistas, o carro-bomba explodido na sede do *O Estado de S. Paulo*, a carta-bomba enviada à OAB e o episódio do Riocentro.

O controle da oposição nos principais estados após as eleições de 1982 fortaleceu a luta política deflagrando o movimento das Diretas já. O movimento, apesar de extremamente popular, não obteve sucesso, já que a eleição de Tancredo Neves foi indireta. Mais que isso, com a morte de Tancredo e a posse de Sarney, a população viu o

ex-ARENA e principal articulador contra a emenda Dante Oliveira (que defendia as eleições diretas) assumir a presidência.

Em 1986, o governo Sarney visa ao combate à inflação e apresenta Plano de Estabilização Econômica, conhecido como Plano Cruzado. O poder federal lança a moeda (o cruzado), congelando preços e salários, reduzindo os juros e desindexando a economia por meio da eliminação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). As medidas provocaram um menor rendimento das aplicações, inclusive na poupança, e estimularam o consumo. A população saiu às compras como “fiscais do Sarney”, verificando se as empresas respeitavam a tabela de preços estipulada pelo governo. Enquanto a demanda aumentou rapidamente, a oferta crescia a taxas possíveis, graças a certa capacidade ociosa das indústrias. O Plano gerou uma distribuição de renda mais eficiente frente aos demais planos adotados anteriormente, por meio do ajuste salarial. Além disso, o aumento da produção gerou mais empregos e o PIB chegou aos 7,5%.

Contudo, o congelamento dos preços desestimulava o investimento em produção. Alguns empresários, inclusive, passaram a estocar matérias primas esperando o fracasso do plano. A falta de mercadorias fez a inflação disparar após o fim do congelamento em 1986, atingindo os 65,04% ao ano. Além disso, a demanda requisitou os itens antes exportados e fez com que as importações crescessem. Dessa forma, as contas externas se deterioraram, os encargos da dívida subiram e as reservas cambiais caíram mais de 50% em um único ano, o que, mais tarde, no início de 1987, obrigaria o governo a decretar a moratória.

Com equipe renovada, o governo Sarney apresenta em junho de 1987 o Plano Bresser, congelando salários e preços por três meses, abrindo exceção para algumas tarifas que foram reajustadas. Adotou-se um indexador trimestral e uma política de corte de gastos públicos.

Novamente o governo encabeçou uma política de controle da demanda e dos gastos e investimentos públicos como forma de acabar com a inflação. Contudo, a medida monetarista ortodoxa não teve sucesso na resolução dos problemas econômicos nacionais.

Assim entra em campo a ideologia mais ortodoxa de Mailson da Nóbrega, novo ministro da Fazenda. Em 1989, é lançado o Plano Verão, que implantou o cruzado novo, manteve os juros altos, cortou gastos públicos, congelou preços, entre outros. A

“política do feijão com arroz” mostrou-se simplista para enfrentar a inflação, que chegou aos 1764% em 1989.

No fim dos anos 1980 e início dos 1990 o mundo passou por importantes transformações. A derrocada da União Soviética e o fim da Guerra Fria confirmaram os Estados Unidos como principal potência e o modelo capitalista afirmou-se frente ao socialista. A Terceira Revolução Industrial deflagrou um movimento de globalização intenso, marcado pela expansão das transnacionais, encolhimento do Estado, abertura dos mercados comerciais, globalização e desregulamentação financeiras. Inicia-se o que os estadunidenses classificaram de Nova Ordem Mundial, sustentada pela ideologia neoliberal, afirmada no Consenso de Washington, em 1989. Como principais articuladores da doutrina e instituições de pressão, agiam o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, além do próprio governo norte-americano.

As ideias neoliberais, contudo, foram adotadas com maior retidão pelos países subdesenvolvidos. As nações ricas mantiveram suas taxas alfandegárias, adotaram novas políticas protecionistas e aumentaram os subsídios concedidos às empresas e produtores nacionais.

Nesse contexto, assume a presidência Fernando Collor. O jovem presidente e a ministra da Economia, Zélia Cardoso, anunciaram o plano Brasil Novo, mais tarde conhecido por Plano Collor. O plano previa o confisco das contas poupança, correntes e de outros tipos de aplicações financeiras; a substituição do cruzado novo pelo cruzeiro; o congelamento dos preços e dos salários; a abertura comercial; a eliminação de subsídios; a isenção e redução das tarifas de importação; a privatização das estatais; a criação e elevação de impostos; entre outras medidas.

O fato histórico veio a colaborar na ampliação da importância do jornalismo econômico no Brasil e abriu espaço para o jornalismo de serviços, voltado para as finanças pessoais do consumidor. É verdade que o jornalismo de serviços já havia ganhado grande espaço durante o Regime Militar, mas desta vez, por envolver a caderneta de poupança, o foco foi ainda mais generalista.

Em 1990, o PIB obteve a marca de - 4,3%, 1% no ano seguinte e nova queda de 0,5% em 1992. A taxa de desemprego subiu quase 5% em três anos e a inflação, descontrolada, atingiu a marca dos 1157,9% em 1992.

Em 1991, o governo lança o Plano Collor II, mais maleável com reajustes, o plano estabeleceu indexadores, cortou gastos públicos pela metade e quase triplicou a taxa de juros, fazendo a dívida externa subir exacerbadamente.

Os Planos Collor I e II tiveram seu fracasso escancarado em 1992 com a volta marcante da inflação e a recessão econômica, como demonstrado anteriormente. Os escândalos de corrupção envolvendo o presidente adicionaram uma crise política à econômica, culminando com o impeachment de Collor em 30 de dezembro de 1992.

Embora tenha causado danos imensos ao mercado interno, a política neoliberal foi mantida pelo novo presidente, Itamar Franco. Em 1994, o presidente e o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anunciam o Plano Real. As medidas do plano foram anunciadas com quase dois meses de antecedência para que os preços pudessem ser atualizados e para evitar surpresas no mercado. Além disso, adotou-se o plano em etapas, diferentemente dos planos anteriores, implantados em pacote. Entre as principais medidas estavam a criação da Unidade Real de Valor (URV); a substituição do Cruzeiro pelo Real; a diminuição acentuada de emissão de moeda; a elevação dos juros; a diminuição do crédito com restrição a vendas a prazo; a facilitação das importações; a paridade Real-Dólar; a proibição de indexação; a renegociação da dívida; a privatização das estatais.

Na prática, os salários foram congelados pela ausência de indexação; a demanda controlada por conta dos salários e da falta de crédito; os preços mantidos, devido à concorrência externa e à diminuição do consumo.

O Plano Real fez com que a inflação caísse dos 47% para os 3% ao mês em um período de seis meses. O resultado abriu caminho para FHC rumo à presidência e reduziu as chances da esquerda em ocupar o Planalto.

Após as eleições de 1994, o novo presidente, antes ministro, Fernando Henrique, poderia colocar em prática as demais medidas do Plano Real, que incluíam as reformas legislativa, trabalhista, tributária e previdenciária. O objetivo era diminuir a desigualdade social e estimular o crescimento econômico. As reformas, porém, tardaram a ser encaminhadas ao Congresso e propunham alterações modestas na Constituição.

A inflação permaneceu controlada por meio da sobrevalorização da moeda, contudo, a medida também trouxe impactos negativos como a deslealdade de competição entre as empresas nacionais e internacionais, que provocou falências e facilitou o processo de monopolização da economia. No período de cinco anos desde a implantação do Plano Real, o setor industrial cresceu abaixo de 1% ao ano. As conseqüências foram o aumento do desemprego e a queda na arrecadação de impostos. Do outro lado, a sobrevalorização da moeda também dificultou as exportações

brasileiras e facilitou as importações, dessa maneira, a situação das contas internacionais se agravou, atingindo um déficit de mais de 33 bilhões de dólares na conta corrente em 1998. Para financiar o rombo, o governo recorria a empréstimos e financiamentos, oferecendo em troca juros altíssimos. A medida provocou o aumento da especulação na economia nacional e a maior dependência ao capital externo.

No período do primeiro mandato de FHC, o PIB cresceu a uma média de 2% ao ano, com elevação da dívida externa de 25% para 40% do PIB e piora dos indicadores sociais. Em 1995, com uma nova crise econômica, o país viu os especuladores retirarem seu capital do Brasil, expondo o país à volatilidade do mercado.

O presidente recebeu críticas por conta dos acordos políticos que visavam garantir a aprovação do Congresso para a reeleição presidencial. Apesar de a economia já sinalizar ameaça de explosão das contas externas no início de 1997, as medidas de correção foram adotadas tardiamente para não afetar a popularidade do presidente e candidato à reeleição. Outro ponto que gera discussões até hoje envolve as privatizações das estatais, cotadas por grupos internacionais a um preço abaixo do valor de mercado e vendidas em troca de moedas podres e, ainda, com financiamento público do BNDES.

Em 1997, ocorre a crise asiática, fazendo com que o Brasil perdesse mais de 10 bilhões de dólares de reservas em apenas quatro meses. O governo cortou investimentos e incentivos; dobrou a taxa de juros e aumentou impostos. Com o agravamento da situação na Coreia e na Rússia, o governo federal teve que recorrer a um empréstimo do FMI.

Apesar da situação econômica nacional desfavorável, FHC se reelegeu em 1998. No início do segundo mandato, já quase sem reservas cambiais para sustentar o déficit externo e o real desvalorizado, o governo foi obrigado a iniciar o processo de desvalorização da moeda, instaurando o câmbio flutuante pouco tempo depois.

Com o novo paradigma cambial, o executivo adotou uma nova estratégia de combate à inflação: o sistema de metas. Concomitantemente, elevaram-se os juros a 45% para evitar a fuga de capitais e controlar a inflação, na visão monetarista ortodoxa.

A desvalorização do real começou a produzir efeitos no ano 2000, com o aumento das exportações e os conseqüentes aumento da produção e queda do desemprego. A dependência do capital estrangeiro e a pressão da alta dívida externa, no entanto, permaneceram inalteradas. No ano seguinte, a crise argentina, a desaceleração da economia mundial e a crise energética no Brasil, levaram o governo a fazer um segundo empréstimo do FMI.

Em 2002, ano de eleições, o câmbio se desvalorizou vertiginosamente, chegando a atingir apenas 25% do valor do dólar. O governo pregava que os investidores previam instabilidade econômica devido à eleição do candidato da oposição para a presidência, Luiz Inácio Lula da Silva. As causas do desgaste do real, porém, envolviam outras questões mais importantes, como o gargalo no pagamento das obrigações com o capital externo. O terceiro acordo com o FMI teve como exigências do fundo a elevação dos juros, o aumento do superávit primário e a formalização de um acordo com todos os candidatos a presidente, pelo qual concordariam em respeitar os compromissos com o órgão.

A estagnação econômica em 2001-02, na verdade, reproduziu o comportamento que caracterizou a economia brasileira durante toda a gestão de Fernando Henrique: o crescimento médio do PIB de 1995 a 2002 foi de apenas 2.3% ao ano, menor do que a performance da década perdida (2,9%). Se considerarmos que a população cresceu a 1,36% no período, a renda per capita cresceu a apenas 0,95% ao ano. Mas, como a força de trabalho cresceu a 2.4%, a produção por trabalhador literalmente estancou (SOUZA, 2008, p. 284).

Em 2003 assume o novo governo, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar de ter como base o Partido dos Trabalhadores, da oposição, algumas políticas do governo anterior foram mantidas. Entre estas, permaneceram a obediência ao FMI, o Sistema de Metas de Inflação e a política monetarista. Por outro lado, diferentemente da gestão FHC, o novo governo procurou alianças com outros países, recorrendo a novos acordos além do eixo Brasil-Estados Unidos; interrompeu o programa de privatizações; incentivou o investimento em empresas nacionais; procurou estimular a diversificação comercial das exportações.

A economia brasileira voltou a crescer a taxas mais robustas; nas contas externas, passou-se a obter superávits comerciais com auxílio da desvalorização da moeda e crescimento das exportações; o desemprego caiu, promovendo melhoras sociais. Entre os aspectos econômicos negativos, a carga tributária cresceu e a dívida pública brasileira superou 1 trilhão de dólares em dezembro de 2005, exigindo superávits cada vez maiores para honrar os encargos.

No terceiro ano de governo, a expansão da produção esbarrou no fim da capacidade ociosa verificada nos anos anteriores. Dessa forma, para obter novos crescimentos, a equipe econômica teria de estimular o investimento na capacidade produtiva interna. Assim, até meados de 2006, o governo baixou sistematicamente a

taxa básica de juros, visando o estímulo ao crédito e aproveitando-se da queda da inflação e da melhoria do índice de confiança dos investidores no país, conhecido como Risco Brasil.

No âmbito do desenvolvimento econômico, o país passou por uma melhora na distribuição de renda com aumento salarial; facilidade de crédito para trabalhadores e aposentados; implantação e ampliação de políticas sociais e programas de transferência de renda e assistencialismo; diminuição da pobreza e ascensão popular para a classe média.

Em 2005, o governo Lula passa por uma crise política provocada pelo chamado “escândalo do mensalão”, que entre outras irregularidades, envolvia o desvio de verbas públicas e pagamento de propina a políticos em troca de favores e aprovação de medidas governamentais. As discussões entre governo e oposição permaneceram exaltadas em função das eleições presidenciais que ocorreriam em 2006. O esquema englobou importantes nomes do governo petista e derrubou, entre outros, o ministro da Casa Civil, José Dirceu. No início de 2006, além de já acusado pelo mensalão, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, foi denunciado por conta de um suposto esquema de corrupção no período em que fora prefeito de Ribeirão Preto. O político foi, então, demitido do ministério pelo presidente Lula, que indicou Guido Mantega, economista e presidente do BNDES, para o cargo.

Durante a campanha presidencial de 2006, Luiz Inácio Lula da Silva lança o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O programa previa uma série de estímulos e investimentos em infra-estrutura para promover o crescimento econômico sustentado, além de auxiliar o governo em questões publicitárias e eleitoreiras. Lula foi reeleito sem dificuldades e no primeiro ano do novo mandato iniciou a execução do programa.

O PAC teve à sua frente a principal representante desenvolvimentista do Partido dos Trabalhadores, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. A partir de meados de 2009 a ministra ganharia a designação de “mãe do PAC” pelo presidente. Naquela altura, Lula e o PT já haviam decidido que a economista seria indicada à sucessão presidencial no ano seguinte.

Após o lançamento do PAC, em 2006, consolidaram-se três aspectos da nova política do governo Lula: o planejamento de curto e longo prazo, a doutrina desenvolvimentista da economia e a intervenção do Estado como sujeito da regulação

econômica e financeira e de incentivo ao investimento, às melhorias sociais e ao crescimento.

No início de 2008 chega ao Brasil uma nova crise econômica internacional deflagrada em 2007 no mercado imobiliário norte-americano. Disseminando-se rapidamente pelo mundo desenvolvido, a crise gerou insegurança nos investidores, provocando uma diminuição do crédito internacional e expondo o país à volatilidade financeira. A intervenção dos governos foi pesada, com pacotes que atingiram os 700 bilhões de dólares nos Estados Unidos. Governos americano, europeus e asiáticos baixaram os juros com intuito de atrair novamente os investidores e reativar a economia com a facilitação do crédito. O Brasil também baixou o juro básico a uma taxa de 8,75% e, além disso, concedeu isenções fiscais a uma série de produtos e serviços.

A situação econômica brasileira antes da crise, diferentemente de outros momentos do passado, estava mais favorável. O país desfrutava de uma reserva de mais de 200 bilhões de dólares, obtinha superávits comerciais com ampla diversidade de produtos de exportação, vivia um crescimento do mercado interno a partir da ascensão de uma parcela da população à classe média. Assim, quando a crise chegou ao país, algumas medidas governamentais como as já citadas, a facilitação do crédito por meio dos bancos públicos, o incentivo ao investimento e a alavancagem do consumo, fizeram com que o mercado interno se mantivesse aquecido, atenuando os efeitos da crise.

O Brasil foi um dos últimos países a entrar na crise internacional e um dos primeiros a se recuperar. Em 2009, o PIB chegou a ser negativo em 0,2%, segundo o Ministério da Fazenda, no entanto, vale destacar que o último trimestre do mesmo ano já indicou uma forte recuperação. No início de 2010, o real iniciou um processo de valorização e houve pressão inflacionária, que levaram o governo a elevar novamente os juros. A economia internacional que, anteriormente, sinalizava uma melhora no cenário econômico, voltou a sofrer abalos com a crise grega, a fragilidade da Irlanda – e da Europa como um todo –, além da recuperação demasiadamente lenta dos Estados Unidos.

Em função dessa instabilidade do quadro econômico, os Estados Unidos diminuíram a taxa de juros e passaram a desvalorizar a moeda artificialmente, por meio do aumento da emissão de dólares e da liquidez controlados pelo FED, o “banco central” norte-americano. Como consequência, as medidas ianques aumentaram a quantidade de dinheiro em circulação naquele país e provocaram uma fuga de capitais – especialmente o especulativo – para países em desenvolvimento, que possuem maiores

taxas de juros e apresentam uma saída mais sólida da crise internacional. Assim, a entrada desses dólares no Brasil vem causando a valorização da moeda nacional, prejudicando as exportações e gerando inflação no mercado.

Já no último trimestre do ano, governos brasileiro e de diversas economias em desenvolvimento reclamaram da política estadunidense durante a reunião do G-20 – que reúne as 19 maiores economias do mundo e a União Europeia – na Coreia do Sul em clima de guerra cambial. Além dos Estados Unidos, a China também é a adepta da política de desvalorização monetária como artifício para o bom desempenho econômico, política a qual o país comunista tem recorrido há anos. Em resposta a essa desvalorização artificial das moedas, diversos países, inclusive o Brasil, adotaram medidas de proteção da economia nacional. No caso brasileiro, o governo elevou as tarifas sobre o investimento estrangeiro e pode vir a tomar novas medidas como já sinalizou a presidente eleita, Dilma Rousseff.

A partir dos pontos discutidos, teorias explicitadas e contextos esclarecidos nas três esferas que sustentam este estudo – jornalismo, cidadania e economia – pode-se, agora, levantar e discutir com maior embasamento características e práticas do jornalismo econômico, tema central da pesquisa, exposto no capítulo a seguir.

5 JORNALISMO ECONÔMICO

Pode-se classificar o jornalismo econômico como um segmento especializado do jornalismo que tem por objetivo realizar a cobertura noticiosa dos fatos econômicos e financeiros.

Esse jornalismo é caracterizado pela difusão sistemática de fatos e temas relacionados com os problemas macroeconômicos ou da economia de mercado, cujas fontes são economistas, banqueiros, projetos, balanços e relatórios originários de segmentos privados ou de instituições estatais. Introduzem no discurso noticioso uma linguagem acadêmica e tecnicista e um vocabulário recheado de estrangeirismos, neologismos, siglas e gráficos. Seu texto torna-se por isso hermético, razão pela qual deve ser veiculado por jornalistas especialmente treinados na área da Economia. Sua edição é executada também por especialistas, que surgem no período com o nome de Editores de Economia, e em páginas próprias e nobres destinadas à veiculação exclusiva desse noticiário. Seu público leitor é limitado às próprias fontes de informação, localizando-se por isso entre as camadas mais privilegiadas da sociedade. (QUINTÃO, 1987, p. 168)

O Jornalismo econômico tem uma história recente no país e desenvolveu como características marcantes a linguagem especializada, a dificuldade de penetração junto às massas e o agendamento de pautas.

No início do século XX, a prática resumia-se ao colunismo. Era comum a presença de economistas, de profissionais especializados e até de outras áreas nas redações. Segundo Caldas (2008), nos anos 1920, por exemplo, o jornal *O Estado de São Paulo* veiculava a coluna diária “Magnos problemas econômicos”, do promotor público e político, Cincinato Braga. Nos anos 1940, o jornalista e doutor em economia, o alemão Frederico Heller inaugura sua coluna no *O Estado de S. Paulo* e no início da década seguinte é a vez de Roberto Appy.

A tendência ao colunismo permaneceu até meados de 1950 e foi exercido tanto por estrangeiros quanto por brasileiros especializados. Tratava-se de textos de linguagem técnica e baseados em influências político-ideológicas. A prática destoava da ética jornalística de imparcialidade e isenção, uma vez que os próprios colunistas mantinham relações muito próximas com suas fontes, quando não eram empregados do próprio setor público.

O crescimento econômico promovido por Vargas abre espaço para novas publicações como o caderno de “Economia & Finanças” da *Folha de S. Paulo* e o “Suplemento Agrícola” do *Estado de S. Paulo*. A política econômica desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek acaba por levar o caderno econômico aos jornais mais atrasados. No entanto, Quintão (1987) lembra que, por vezes, as páginas de economia tinham matérias de outras editorias para preencher o espaço que sobrava; não havia cobertura do mercado de capitais, os repórteres não eram especializados e a linguagem era carregada de termos técnicos econômicos e políticos, uma vez que as fontes eram os partidos e seus representantes.

A consolidação do jornalismo econômico como editoria, deu-se, principalmente, durante a Ditadura Militar. A censura dos fatos políticos e o bom desempenho da economia nacional fizeram com que os jornais reduzissem as páginas de política e aumentassem as econômicas proporcionalmente. Foi nesse período que a editoria começou a se destacar das demais. Os jornalistas econômicos passaram a desfrutar de melhores salários e espaços, além de um certo ar de autoridade.

Diante das restrições ao noticiário político e social e da expansão econômica do País, os jornais reforçaram suas editorias de economia. Isso significou o desenvolvimento de um jornalismo econômico vigoroso, tanto nos títulos especializados, quanto nos de informação geral. Essa expertise se revelaria de extraordinária utilidade para a imprensa e para a população nas décadas de 1980 e 1990, quando o Brasil, em menos de dez anos, passou por três presidentes, 11 ministros da Fazenda, nove diferentes políticas econômicas e seis padrões monetários. Se a população e a economia suportaram tamanha instabilidade, isso se deveu, em grande medida, à capacidade dos jornais de bem informar a respeito. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, [s.d.], p. 12)

A Ditadura, especialmente durante a época do Milagre, trouxe conseqüências positivas e negativas para o jornalismo econômico. Apesar de estar mais livre que o jornalismo político, o segmento econômico também sofreu censura, especialmente, quanto aos assuntos macroeconômicos.

Em 1972, o *Jornal do Comércio* teve um caderno especial barrado devido a uma crítica, feita com base em dados do IBGE, à política econômica. A jornalista Suely Caldas (2008), lembra da restrição sofrida durante a crise do petróleo, em que foi proibida de publicar “comentário, análise, resultados, comparações sobre a recessão

econômica no país”. Além da própria censura, também ocorreram casos de ameaças e autocensura.

Por conta destes fatos que Basile (2002) chegou a classificar o governo militar como um “grande lobista” por conseguir publicar apenas matérias que lhe interessavam.

Por outro lado, o Milagre favoreceu o ramo empresarial, o que teve por consequência a desmistificação de um setor mal visto pelo jornalismo econômico. O jornalismo de negócios era entendido como publicidade. O foco em microeconomia era muito tímido. Os jornais queriam evitar a sensação de “matéria paga” e a cobertura limitava-se aos jornais de comércio, que mais publicavam balancetes, editais de cartório, atas e comunicados. Contudo, já em meados da década de 1960, a Folha de São Paulo começara aquilo que seria o embrião das publicações de negócios com a coluna “Empresas & Negócios”.

Segundo Quintão (1987), a consolidação desse jornalismo de negócios ocorreu no encarte do *Correio da Manhã*, o *Diretor Econômico*. Apesar do foco em negócios, a cobertura também envolvia as políticas macroeconômicas do governo.

O *Diretor Econômico* adota uma linha editorial crítica, esclarecedora do mercado, denunciadora das práticas contábeis maliciosas, seja pelas empresas ou pelo Governo. Um grande número das matérias torna transparente para o público na política econômica o que o Governo quer esconder. (QUINTÃO, 1987, p. 78)

A publicação, no entanto, sofreu um duro golpe com o boom da Bolsa do Rio de Janeiro, em 1971. A queda bruta das ações prejudicou a reputação do *Diretor* e gerou uma crise de confiabilidade no leitor, que estendeu-se até o próprio *Correio*.

Algum tempo depois, em 1974, a já tradicional *Gazeta Mercantil*, com mais de 50 anos de história, passou por um processo de modernização, dirigido pelo editor-chefe, Roberto Müller Filho. O jornal especializado e de alcance nacional foi considerado como o segundo a ser lido pelo leitor, que daria preferência ao jornal regional. A saída foi, então, buscar pautas originais e aprofundar assuntos já discutidos em outros meios. Assim, o jornal conseguiu sair da fórmula do agendamento e das assessorias de imprensa, fugindo, conseqüentemente, do bloqueio imposto pela censura militar.

O periódico chegou a uma tiragem de mais de 140 mil exemplares, número expressivo frente aos seus concorrentes especializados e significativo para um jornal

segmentado. A última edição da *Gazeta* circulou no dia 29 de maio de 2009. O motivo da interrupção foi a rescisão do contrato de licenciamento por conta de dívidas trabalhistas que somavam mais de R\$ 200 milhões.

O jornalismo de negócios também encontrou grande representação nas revistas. Desde a década de 1960, com a introdução da política desenvolvimentista do Brasil, o número de publicações especializadas cresceu expressivamente. Segundo Quintão (1987), somente em 1964 teriam nascido 182 publicações. Dentre os veículos mais apontados por autores da área estão a *Exame*, a *Conjuntura Econômica*, a *Isto É Dinheiro*, a *PEGN*, a *Época Negócios*, e a *Visão*. Mais tarde, com a ênfase distribuída do mundo dos negócios para o mundo das finanças pessoais, abriu-se espaço para editoriais e, até mesmo publicações, especializadas na área de carreiras e desenvolvimento profissional, como a *Você S/A*, publicada a partir de julho de 1998.

No ano 2000, surge o jornal *Valor Econômico*, a partir da parceria entre a *Organização Globo* e *Folha de S. Paulo*. O jornal tem como foco principal as áreas financeira e de negócios e conta com quatro cadernos diários, quatro suplementos e sete anuários e revistas. A maior parte dos leitores do *Valor* possui aplicações financeiras e 90% deles são das classes A e B.

Para concorrer com o *Valor*, surge em 8 de outubro de 2009 o jornal *Brasil Econômico*, do grupo português *Ongoing*. O grupo aproveitou-se do espaço deixado pela *Gazeta Mercantil*. Houve uma especulação na época sobre o interesse de compra do jornal de Hebert Levy, contudo, o grupo português teria desistido devido à alta dívida trabalhista vinculada à *Gazeta*.

O *Brasil* rompeu com a imagem do jornalismo econômico no país, criado pelas diagramações do *Valor Econômico* e da própria *Gazeta Mercantil*. O jornal adotou uma imagem semelhante à do britânico *Financial Times*, com papel salmão e formato Tablóide. Com relação ao conteúdo, o jornal também se diferencia das linhas editoriais de publicações especializadas: em vez de focar apenas em negócios e mercado financeiro, o jornal apresenta reportagens sobre macroeconomia, política e sociedade.

5.1 CARACTERÍSTICAS DO JORNALISMO ECONÔMICO

O jornalismo econômico possui algumas características marcantes que o diferencia dos demais tipos de jornalismo especializado. As principais envolvem o agendamento das pautas e a linguagem especializada.

5.1.1 AGENDAMENTO

Todos os dias as redações são inundadas de press-releases e pautas oficiais. Em muitos casos, a cobertura dos fatos é obrigatória, especialmente, dos acontecimentos que dizem respeito à administração pública. No caso do jornalismo econômico, determinados assuntos são obrigatórios e acabam ocupando boa parcela do espaço da editoria. Notas dos ministérios, pesquisas de institutos oficiais, como IBGE e IPEA, são de publicação obrigatória na maior parte dos casos.

Nos momentos de pressa, de fechamento, quando alguma pauta cai, a recorrência a esses releases se mostra muito cômoda, como demonstram as teorias já citadas. Não é preciso muito esforço para que o editor tenha seu caderno cheio e, na editoria de economia, o fato parece crônico.

No geral, a pauta de assuntos é mais burocratizada do que deveria ser. Os temas de agenda estão lá, sempre. É a coletiva do ministro da Fazenda [...], é a reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) que vai decidir a taxa de juros. Cobre-se seminário de mais e faz-se reportagem de menos. Alegria do pauteiro é a agenda cheia de acontecimentos. Não deveria ser assim. (CALDAS, 2008, p 47).

Além da gravidade desse agendamento, há um agravante: muitos jornalistas fazem apenas uma transcrição do release e publicam sem ao menos consultar uma segunda fonte. Assim, se desenvolve outra questão que envolve a predominância das versões oficiais dos fatos e, portanto, a apuração incompleta dos meios. Tal prática contribui para a desinformação do público, uma vez que as assessorias de imprensa representam os interesses de seus clientes, em que a supervalorização de dados positivos e a ocultação de informações desfavoráveis constituem uma realidade.

Uma das formas insidiosas de ceder à burocracia é a de se deixar pautar pelos outros. O impulso de ceder diante disso é muito grande porque todos os emissores de informação que giram em torno da imprensa econômica estão continuamente agindo para obter a assimilação, pelo jornalista e pelo veículo que ele representa, dos pontos de vista que esses emissores desejam, e não necessariamente a verdade dos fatos. (BASILE, 2002, p. 99)

O agendamento de notícias econômicas é um problema recorrente no Brasil desde os tempos da Ditadura Militar. A inundação das redações com informações oficiais é essencial, por um lado, e prejudicial, por outro. A prática exige dos jornalistas a constante reinvenção do modo de cobertura do assunto e perspicácia para detectar pontos encobertos na linguagem dos assessores. Já em meados da década de 1970, autores identificavam os desafios impostos pelas assessorias de imprensa oficiais:

[...] seus press-releases reprimem a criatividade e o desejo de investigar do repórter e servem como intermediários entre o jornalista e a fonte, manipulando os repórteres de tal modo que suas reportagens e comentários sejam mantenedoras da boa imagem da organização ou empresa [...]. (VERGILI, 1979, p.3)

A recepção de grandes quantidades de press-releases e o curto espaço de tempo para interpretar os relatórios oficiais acaba refletindo na qualidade dos textos e das pautas. Em alguns casos, as matérias são totalmente baseadas nos materiais oficiais e a linguagem técnica acaba sendo transposta, sem preocupação com o conhecimento do leitor a respeito dos termos. A questão envolvendo a linguagem, contudo, merece um aprofundamento maior, disponível no próximo item.

5.1.2 LINGUAGEM

Para driblar os conhecimentos específicos da economia e os termos técnicos empregados pelas fontes, os veículos passaram a buscar repórteres especializados, já em meados de 1960. Na época, houve certo consenso de que jornalistas sem conhecimento especializado em economia não estariam aptos a compreender e interpretar as informações sobre o assunto, sem estarem sujeitos a uma dependência das fontes e a uma influência ideológica.

Com exceção de alguns nomes que tiveram formação no exterior, boa parte dos interessados procurou cursos oferecidos por entidades públicas como o Banco Central, o Banco do Brasil, ministérios da Fazenda e do Planejamento; além de cursos oferecidos por universidades, institutos como o IPEA e entidades privadas, como bancos e bolsa de valores.

Ainda assim com essa especialização, continuou-se observando o uso da linguagem tecnocrata por algum tempo. Isso, porque alguns jornalistas simplesmente

absorveram os termos ou porque pensaram no texto para que outro jornalista – e não o público geral – lesse. É o que Beting (1973) chamou de “ vaidade profissional do entendido, do especialista (ou especializado) ou o do ‘por dentro’ ”. Trata-se do jornalista que quer despertar elogios em seus demais colegas, demonstrando um conhecimento que os demais não têm, ou, ainda, arrancar louvores dos próprios especialistas em economia como um jornalista diferenciado. Assim, ocorre a limitação das informações a uma pequena esfera de leitores.

[...] e os 200 mil leitores que se danem. Espécie de comunicação de circuito fechado, pior que aquela comunicação denunciada pelo frasista Chesterton, para quem o jornalismo é a arte de tapar espaços vazios não cobertos pela propaganda comercial... (BETING, 1973, p. 34)

A linguagem especializada do jornalismo econômico, porém, tem sua fonte: além dos peritos entrevistados, as assessorias de imprensa e porta-vozes também utilizam tal socioleto¹. Os relatórios, boletins e pesquisas econômicos, como já é de se esperar, são escritos com jargões econômicos próprios de cada área. Contudo, nem todas as assessorias de imprensa transpõem essa linguagem a termos mais simples antes de repassar os dados aos jornalistas e aos cidadãos.

Essa prática, muitas vezes, tem por propósito mascarar o mau desempenho governamental em determinada área. Por meio de alguns eufemismos nas situações desfavoráveis e adjetivos positivos das situações neutras até as favoráveis, as assessorias de imprensa conseguem cumprir com seu papel: construir uma imagem positiva de seus clientes frente à imprensa e à sociedade. Não por acaso, a assessoria de imprensa do Ministério da Fazenda se consolida justamente durante o Regime Militar.

Ela (a linguagem tecnocrática) ameniza a descrição ou o sentido da denúncia da existência de problemas sociais graves, contida na retórica do discurso dos políticos, dissimulando dessa maneira a realidade.

O “desemprego” passa a ser tratado no discurso oficial como “emprego informal”; “população de baixa renda” explica o problema daqueles que não dispõem de salário algum ou recebem remunerações insuficientes ou irregulares; “bolsões de ressentimento” ou “pobreza absoluta” substitui uma categoria surgida no mundo político-ideológico e que espelha uma realidade brasileira reconhecida no período: a “miséria”. (QUINTÃO, 1987, p. 103)

¹Socioleto: “plano de expressão de subespécies de linguagens reconhecíveis pelas variações semióticas que as opõem umas às outras e que se utiliza de palavras e expressões específicas de uma área para explicar, desenvolver ou analisar a realidade sócio-política”. (GREIMAS E COURTÉS. 1979, p. 438)

Assim, a linguagem técnica e, algumas vezes, tendenciosa, acaba sendo ocasionalmente levada dos releases para as matérias.

Segundo Basile (2002), o primeiro jornalista que tentou explicar os termos econômicos para o público leigo foi Joelmir Beting, em 1970. “Com ela [a coluna diária], desbravei o economês, vulgarizei a informação econômica, fui chamado nos meios acadêmicos enciumados de ‘Chacrinha da Economia’” (RESENDE, 2005). O próprio Beting satiriza os jornalistas:

Tomemos alguns exemplos parodiados dos jornais, das revistas, do rádio e da televisão:

Economês: “A problemática de meu orçamento-programa emana da insuficiente alocação de recursos de liquidez exigidos por uma complementação transicional de capital de retorno da alienação de meu fator de produção menos escasso, o trabalho”. (Tradução: Estou sem dinheiro neste fim de mês.) (BETING, 1973, p. 33)

Ao longo dos acontecimentos histórico-econômicos que envolveram a população leiga no assunto – como o boom da bolsa em 1971, a crise inflacionária dos anos 1980 e o confisco no fim da mesma década – procurou-se cada vez mais essa ampliar o alcance das notícias por meio do esclarecimento dos termos técnicos e do uso racionalizado do socioleto econômico.

Apesar de tal ganho, a linguagem empregada em alguns textos ainda apresenta preciosismos que poderiam ser elucidados pelo uso de recursos como tabelas, esquemas, infográficos, quadros explicativos, entre outros. Há de se reconhecer, que o uso dessas ferramentas de apoio cresceu muito dentro do contexto brasileiro, mas não é preciso muita investigação para notar que muitas informações que amarram o texto e dificultam sua leitura poderiam ser subtraídas deste e dispostas por meio de elementos gráficos. A impressão é que muitas vezes o uso de gráficos, tabelas, infográficos e de outros artifícios parece estar mais ligado a uma estética gráfica que a um apoio à leitura do texto.

Algumas vezes, linguagem do jornalismo econômico é caracterizada por vulgarização equívoca dos jargões, já que nem sempre o jornalista tem conhecimento e/ou compreensão de todos os termos. Outras vezes, os veículos midiáticos entendem que o seu público deve conhecer a função e as características da série de indicadores

que são utilizados para corroborar ideologias defendidas em linhas editoriais. Dessa forma, selecionam a que público determinado assunto deve ser dirigido.

Curioso é o caso de matérias que demonstram excesso de preocupação com termos mais comuns e conhecidos e falta de atenção com outros mais técnicos, como na matéria OESP 16 da amostra, que explica o que são os fatores sazonais, mas não traduz os termos “PIB”, “ritmo anualizado”, “base de comparação”, “Selic”, entre outros. O problema também se manifesta nos órgãos oficiais de economia. O relatório do ministério do Desenvolvimento, por exemplo, explica o significado de “déficit”, um termo mais popular no jornalismo econômico, enquanto ignora os jargões “balança comercial” e “fluxo comercial”.

Há, ainda, ocorrências de textos em que não existe preocupação com o quão técnica pode ser a linguagem de um entrevistado ou um recorte de um relatório oficial. Algumas notícias, inclusive, passam a citar os termos dos entrevistados, incorporando os jargões sem necessidade. Também não é muito difícil encontrar notícias que são perfeitas transcrições de releases enviados por assessorias de imprensa. Nesses casos, os textos são mais enxutos e não apresentam entrevistas tampouco qualquer tipo de discussão ou aprofundamento.

Durante a análise da amostra, a autora teve a oportunidade de analisar uma matéria que, por não obedecer aos critérios de seleção, teve que ser excluída da amostra. A matéria do *UOL*, intitulada “Preços no país têm desaceleração em fevereiro, diz FGV”, do dia 1º de março de 2010, foi um exemplo de transcrição parcial de release encontrado logo no primeiro dia de coleta da amostra bruta. Para se ter uma noção, o texto mediado e o texto do relatório oficial tinham exatamente o mesmo número de estatísticas: 33. Curioso o fato de não apenas o número ser o mesmo, como, também, as próprias estatísticas serem iguais. Outra característica que aponta a transcrição do relatório é a substituição da assinatura do repórter pelo termo “da Folha Online” – outra assinatura comum nesses casos também é “da redação”.

Discutidas as principais características do jornalismo econômico, pode-se partir para seus aspectos éticos e sua importância para a sociedade. Vale ressaltar que, durante a análise da amostra deste estudo, a autora identificou outras características do jornalismo econômico nem sempre discutidas pelos autores mais renomados. As características estão no item 6.4, denominado análise.

5.2 ÉTICA

As diretrizes éticas destinadas ao jornalismo em geral são, talvez, as melhores técnicas que um jornalista pode utilizar para exercer sua profissão de forma eficiente. O jornalismo, como fonte de influência ideológica e como ponte entre o cidadão e o poder político-econômico tem como base fundamental o respeito aos códigos éticos e ao interesse público.

Por estar ligado à realização das necessidades da população e, às vezes, por ser a condição da garantia de exercício da cidadania, o jornalismo possui uma função social que deve se sobrepôr a quaisquer outras funções: política, econômica ou mercadologia.

O jornalista tornou-se um dos principais agentes da democracia, cabendo a ele revelar segredos do poder, informar, educar e esclarecer a população e, portanto, contribuir para a construção da cidadania e do exercício dos direitos civis. Esse é o objetivo principal do jornalismo segundo a ética dominante no jornalismo das democracias pós-industriais. Os dois princípios fundamentais do padrão ético do jornalismo das democracias liberais são os de que a imprensa é considerada essencial à existência da democracia e de que cada jornalista é inteiramente responsável pelo que escreve e pelos resultados de sua ação, na medida em que ela é necessariamente intencional e consciente (KUCINSKI, 2000, p. 174)

Apesar de ser uma área especializada com uma rotina um tanto diferente dos demais segmentos, o jornalismo econômico é regido pela ética geral do jornalismo. Assim, entre os principais pontos do código, ressaltam as seguintes necessidades:

- a) de apuração incansável,
- b) de isenção ideológica,
- c) de liberdade de ação frente as fontes de informação e à política editorial,
- d) de não-promiscuidade do jornalista para com as fontes,
- e) de respeito ao interesse público,
- f) de afirmação da opinião própria em vez da autocensura,
- g) de comprometimento com a democracia,
- h) de conferir voz a todos os lados da notícia de maneira igualitária
- i) de compromisso com a objetividade e com a verdade,
- j) de proteção da fonte quando preciso,
- k) de não-favorecimento de indivíduos ou instituições,

- l) de defesa dos direitos fundamentais do cidadão,
- m) de corrigir os erros cometidos e permitir o direito de resposta

O código de ética do jornalismo envolve outros inúmeros itens que devem ser respeitados. Contudo, de um modo geral, a ética de uma profissão não difere muito da ética e do respeito à moral exercida cotidianamente. Nas palavras de Cláudio Abramo:

Sou jornalista, mas gosto mesmo é de marcenaria. Gosto de fazer móveis, cadeiras, e minha ética como marceneiro é igual à minha ética como jornalista – não tenho duas. Não existe uma ética específica do jornalista: sua ética é a mesma do cidadão. (ABRAMO apud PENA, 2006, p. 114)

5.3 IMPORTÂNCIA

O jornalismo econômico desempenha um papel fundamental para o bem-estar público e para o desenvolvimento nacional. É por meio dos debates que ele propõe em suas pautas, que a cidadania exerça seu direito de opinião e decisão frente às políticas públicas. Mais além, pode-se dizer ainda que o jornalismo econômico, ao promover a discussão de assuntos nacionais buscando diferentes opiniões e correntes econômicas, contribui para o desenvolvimento nacional não apenas econômico como também social. Portanto, como ferramenta, ele ocupa um espaço importante na manutenção do regime democrático, prestando serviço ao Estado, às instituições privadas e, especialmente, aos cidadãos.

Além disso, dentro das especialidades de cobertura do jornalismo econômico, a população pode, dentre outros, cuidar de suas contas, conhecer seus direitos financeiros, obter dados sobre o mercado de trabalho, entender o funcionamento econômico do país e do mundo e, especialmente, vigiar e fiscalizar seus representantes governamentais.

Outra questão importante do jornalismo econômico diz respeito à sua relação com o debate político. Desde a Revolução de 1930, passando pela industrialização, milagre econômico, crise inflacionária, minimização do Estado até a nova crise financeira atual, a economia vem aumentando seu peso na política e, conseqüentemente, no poder. A idéia do bom gerenciamento econômico como controlador da inflação, garantidor do poder de compra, da empregabilidade e da qualidade de vida da população atrelou o sucesso econômico ao sucesso político. Assim, a prática do jornalismo

econômico acaba contribuindo para o debate político eleitoral, que por sua vez, auxilia a cidadania a escolher os melhores caminhos para a nação.

6 ESTUDO DE CASO

Este estudo teve por objetivo a análise das diferenças entre as informações publicadas pelas fontes oficiais e pelos veículos de mediação. A intenção foi evidenciar se a limitação e a transparência não funcional dos sites oficiais de economia atrapalham a mediação da imprensa e a compreensão das mesmas informações pelo cidadão comum.

Teve-se como objetivo específico comparar as abordagens das informações oficiais feitas pelo *UOL* e pelo *Estado de São Paulo* para evidenciar diferenças no tratamento da notícia entre estes veículos.

Foram analisados os modos e ferramentas de publicação dos dados oficiais de modo a identificar novas possibilidades para seu entendimento de forma mais ampla, relacionando a prática do jornalismo econômico como mediadora para a promoção da cidadania e da transparência. Além disso, estudou-se como o jornalismo econômico realiza a cobertura de tais notícias oficiais.

A partir da análise, objetivou-se identificar novas características do jornalismo econômico, seus problemas e suas tendências. A investigação se mostrou útil para compreender as causas da tão comentada, criticada e restritiva linguagem do jornalismo econômico e para estudar novas possibilidades de democratização e disseminação do conhecimento em economia, fundamental para o genuíno exercício da cidadania no país.

6.1 OS VEÍCULOS SELECIONADOS

Para a composição do corpus de pesquisa deste estudo, foram escolhidas as matérias de economia publicadas no portal *Universo Online* e no jornal *O Estado de São Paulo*.

Procurou-se escolher diferentes plataformas de informação – uma digital e outra impressa – para enriquecer a comparação entre o exercício profissional em diferentes veículos. Além disso, a escolha das plataformas baseou-se na possibilidade de cobertura completa dos fatos: as mídias impressas e a internet têm como característica comum uma maior possibilidade de aprofundamento na cobertura jornalística em relação a mídias como televisão e rádio, uma vez que possuem menor limitação de espaço e/ou tempo.

Os próximos itens trazem algumas considerações a respeito dos veículos escolhidos e sobre a comunicação pública e suas instituições representantes. Vale lembrar que, durante a análise das notícias, foram mencionadas as seguintes entidades públicas: ANAC, BC, CONAB, IBGE, IPEA, MDIC, MF, MPOG, MPS, MTE, PROCON, RF, TNB. O item “comunicação pública” traz, igualmente, algumas informações básicas sobre tais instituições cujos relatórios foram analisados.

6.1.1 O UNIVERSO ONLINE

O portal *Universo Online*, mais conhecido como *UOL*, surgiu em abril de 1996. O portal teve sua origem a partir do site da *Folha de S. Paulo*, o *Folha Web*, lançado em 1995. No fim de 1996, o *UOL* fundiu os grupos empresariais da *Folha* e da editora *Abril*, que detinha o portal concorrente *BOL*. Desde 2003, contudo, não há mais participação da *Abril* no portal, que pertence ao Grupo Folha e à PT-Multimedia.com, ligado à Portugal Telecom.

Atualmente, o portal se auto-intitula o “principal portal de conteúdo do Brasil”, contando com “o mais extenso conteúdo em língua portuguesa do mundo”. Segundo dados do Ibope, divulgados pelo próprio *UOL*, o portal “atrai sete em cada dez internautas brasileiros” e ocupa a posição de liderança entre seus semelhantes nacionais, com audiência de 27,8 milhões de visitantes e mais de 4,326 bilhões de páginas vistas por mês.

O *Universo Online* mescla conteúdos informativos, de entretenimento, esportes e também oferece serviços, contando com, entre outros, uma loja de compras online e um simulador da bolsa de valores. Seus conteúdos são dispostos por meio de textos, fotos, infográficos, áudio, vídeos, podcasts, entre outras ferramentas, inclusive interativas.

O portal congrega conteúdos informativos de outros veículos comunicativos, além de blogs individuais. Na área de economia, figuram entre os parceiros a *Folha Online*, o *Valor Online*, a *Reuters*, o *Infomoney*, a *Agência Brasil*, a *BBC Brasil*, entre outros.

O *UOL* possui cerca de 2,5 milhões de assinantes, que também têm acesso a conteúdos de veículos de imprensa nacional e internacional, entre eles mais de 100 revistas, e cerca de 40 jornais impressos.

6.1.2 O ESTADO DE SÃO PAULO

Surgido em 4 de janeiro de 1875, *O Estado de S. Paulo* é o mais antigo jornal paulistano em circulação. Chamado inicialmente como *A Província de S. Paulo*, durante o Império, teve seu nome mudado em 1890.

Logo no início, já apresentava uma tiragem relativamente alta: 2 mil exemplares, mais de 6% da população da cidade na época. O jornal se auto-intitula “o primeiro grande jornal engajado no ideário republicano e abolicionista”, quando comparado aos seus concorrentes na época, *Correio Paulistano* e *Diário de São Paulo*.

Ao longo de sua história, o periódico comprova seu engajamento político, participando de diversos movimentos e campanhas. Entre estes estão o apoio à Campanha Civilista, à fundação do Partido Democrático (1926), à candidatura de Getúlio Vargas (1930) e à Revolução Constitucionalista de 1932. O apoio a esta última rendeu-lhe um atrito com Vargas e o exílio de parte da diretoria, incluindo Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita.

O veículo manteve sua oposição a Vargas, que durante o Estado Novo, autorizou a invasão do jornal pelo Dops, em 1940. Fechado e, mais tarde, confiscado, *OESP* foi comandado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) por cinco anos até que o Superior Tribunal Federal o devolvesse aos seus antigos donos.

A história seguinte foi semelhante. O jornal passou a apoiar a saída de João Goulart da presidência e sustentou o Golpe Militar de 1964. Porém, a aliança se rompeu com a publicação do Ato Institucional que dissolvia os partidos políticos.

Já em 1968, o *OESP* passou a sofrer forte censura, a ponto de ter sua circulação impedida no dia 13 de dezembro do mesmo ano, por conta do editorial “Instituições em frangalhos”. O resultado foi o conhecido protesto por meio da publicação de poemas de *Os Lusíadas*, de Camões, nos espaços que seriam destinados às notícias censuradas. Os censores só deixaram a redação no dia em que o veículo completou 100 anos, em 1975.

O jornal teve 16 fundadores e, em 1902, passou às mãos de Júlio de Mesquita. Com a morte deste em 1927, o comando passou a Júlio de Mesquita Filho. A administração do jornal sofreu dificuldades em 1968 – quando começou a censura – com a morte de Júlio Filho e de seu irmão Francisco Mesquita. Já em 1969, Júlio Neto assume a direção, onde ficaria até 1996.

Hoje o jornal é dirigido por Ruy Mesquita, irmão de Júlio de Mesquita Neto. Sua tiragem média de 212.844 mil exemplares (dados de 2009), de acordo com a Associação

de Jornais do Brasil, garante-lhe o quinto lugar entre os jornais mais vendidos no país. Trata-se de um dos veículos mais tradicionais e de forte linha editorial no país.

O Grupo Estado, também detém outros meios como o *Jornal da Tarde* (criado em 1966), a *Agência Estado* (1970), a rádio *Eldorado* (1972) e o espaço “wiki” (“site” onde todos podem interagir com produção e edição do conteúdo) *Limão* (2007). No ano 2000, o grupo também cria o portal *estadão.com.br* a partir da fusão dos sites da *AE*, do *OESP* e do *JT*. Já em 2003 o portal superou a marca de um milhão de visitas mensais.

6.1.3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Segundo Quintão (1987), foi durante a Ditadura Militar que se fortaleceu a assessoria de imprensa do ministério da Fazenda, como meio de legitimação da política econômica conduzida pelo ministro Roberto Campos.

Nesta época, também, surge o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ligado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Criado no primeiro ano do Regime, o instituto elaborava estudos para desenvolvimento de políticas de longo-prazo. Suas publicações, também abertas à imprensa e ao público, serviram de apoio a jornalistas em uma época em que a acessibilidade a informações econômicas era mais difícil. Durante os anos 1970, inclusive, as pesquisas divulgadas pelo órgão incitaram dúvidas sobre o Milagre Econômico a partir da discussão sobre a distribuição de renda no país.

A consolidação das assessorias de comunicação e imprensa das entidades públicas ocorreu acompanhando os períodos caracterizados por acontecimentos econômicos nacionais importantes, que levaram a imprensa a cobrir com maior frequência e profundidade as políticas econômicas do Estado.

Assim como os meios jornalísticos privados, a comunicação pública e as fontes de informação governamentais e de instituições do terceiro setor também figuram como comunicadoras comprometidas com questões éticas, como transparência, prestação de serviços e de contas e atos públicos.

É importante lembrar ainda a corrente que entende a CP (Comunicação Pública) como aquela efetuada entre o Estado e seus cidadãos. [...] Em suas mais diversas esferas, sejam elas do executivo, legislativo, judiciário ou ainda terceiro setor. Essa comunicação governamental é chamada de CP por alguns

autores pelo fato de que a mesma se propõe a ser uma espécie de prestação de contas cidadã, onde o governo mostra à sociedade o que vem executando e de que forma pretende contemplar sua plataforma estratégica de gestão da máquina estatal, instigando assim o debate público acerca de seu próprio trabalho. (KOSSA, *apud* BRANDÃO, 2009, p. 2)

Na análise realizada neste estudo, foram identificados sete representantes públicos dotados de assessorias de comunicação. Para um melhor embasamento na interpretação dos dados, mostram-se necessárias algumas considerações a respeito de cada uma dessas instituições:

a) Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

A ANAC é vinculada ao ministério da Defesa e se encarrega dos assuntos ligados à aeronáutica e aos serviços aéreos. O órgão regulatório tem poder de repressão de infrações contra o direito do consumidor além de fornecer concessões. O órgão conta com assessorias de comunicação social, de imprensa, jurídica, parlamentar e técnica.

b) Banco Central (BC)

Ligado ao ministério da Fazenda, o BC é a principal autoridade monetária do país, responsável pela emissão de moeda, regular bancos, realizar operações financeiras, intervir e fiscalizar instituições financeiras, administrar a taxa de juros, entre outras. O BC é uma das instituições que mais publica relatórios econômicos. Contraditoriamente, o site do órgão é um dos mais difíceis de se navegar.

c) Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)

A CONAB é responsável pelo acompanhamento da produção agrícola desde o plantio até a distribuição. O órgão é atrelado ao ministério da Agricultura e elabora diferentes pesquisas que auxiliam as autoridades na definição de políticas públicas.

d) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

O IBGE é subordinado ao ministério do Planejamento e é responsável pela confecção de pesquisas que têm por objetivo nortear as ações do ministério. Entre os indicadores da instituição, figuram índices sobre os setores produtivos, a administração pública, indicadores macroeconômicos, estatísticas sociais e populacionais, além de definições geocientíficas.

e) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

O IPEA possui papel semelhante ao do IBGE, com a diferença de estar ligado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. A entidade produz 16 tipos de publicações fixas e é uma das mais críticas de toda a administração federal.

f) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC):

O MDIC tem por obrigações estabelecer políticas e de desenvolvimento da produção, do comércio e dos serviços. O ministério também tem como áreas de competência a propriedade intelectual, a normalização, a qualidade industrial, a defesa comercial, o registro das atividades de comércio, entre outras.

g) Fundação de Proteção dos Direitos do Consumidor (PROCON)

Dividida em unidades estaduais, a fundação atua na proteção e defesa dos consumidores prestando orientações; elaborando publicações em forma de artigos, revistas, cartilhas, informes; realizando pesquisas e executando projetos.

6.2 METODOLOGIA

A principal metodologia empregada no desenvolvimento deste estudo foi a análise de conteúdo. Conforme afirma Bardin, entende-se esta metodologia como “uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BERELSON apud BARDIN, 2009).

Entende-se que a pesquisa em questão possui caráter descritivo, explicativo e bibliográfico. Descritivo, pois parte da observação da realidade para esmiuçar episódios específicos e suas respectivas características. Explicativo, porque busca causas e conseqüências desses mesmos episódios. E bibliográfico, porque recorre ao apoio teórico existente para elaborar, corroborar ou contestar as descrições e explicações propostas.

As etapas metodológicas aplicadas à análise envolvem o recorte da amostra bruta segundo critérios de seleção objetivos e homogêneos; definição de categorias de pesquisa quantitativa; descrição quantitativa e qualitativa de dados textuais e não textuais; descrição analítica da informação contida nas mensagens com base nos dados

quantitativos obtidos; aplicação de dados bibliográficos; interpretação dos dados; inferência relativa aos critérios de produção dos textos analisados e à forma de recepção das mensagens pelo leitor/internauta.

[...] a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efectuada pelo analista, do conteúdo das comunicações, não é, ou não é unicamente, uma leitura «à letra», mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes, para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes, ou de significados (manipulados), outros «significados» de natureza psicológica, sociológica, política, histórica. Etc. (BARDIN, 2009, p. 43)

Por mais científicos que sejam os métodos, reconhece-se aqui que, contudo, todos estão sujeitos a imperfeições. Seja no método que aplica a sociolinguística, a lexicologia, a análise de conteúdo ou no que aplica a análise de discurso, a definição de categorias, especialmente, está sujeita a subjetividades dos autores e muitas vezes, do próprio corpus de análise.

No estudo aqui discutido, houve exemplos de subjetividade quanto ao significado de algumas palavras do corpus de análise. Entre as categorias enumeradas pela autora, há aquela que busca relacionar as palavras de cunho adjetivo. Durante a coleta dessas palavras, algumas se mostraram marcas ora de parcialidade no texto, ora de neutralidade. A palavra “maior”, por exemplo, apresentou essa “anomalia”. Em alguns textos ela foi empregada para dizer, simplesmente, que “2 é maior que 1”, falando genericamente. Já em outras matérias, o dado foi arbitrariamente escolhido entre outras estatísticas que poderiam ser usadas, assim, em vez de dizer que “o crescimento de 3% nesse mês foi maior que o de 2% do mês passado” (falando genericamente), o autor preferiu dizer “a taxa de crescimento foi a maior entre os últimos x meses”. Desse modo, enquanto quantitativamente poderia haver um desvio quanto à suposição de parcialidade, qualitativamente tal desvio foi potencialmente corrigido.

Aliado à análise de conteúdo, este estudo tem por base complementar a análise de enquadramento ou, originalmente, Frame Analysis. Assim, a partir de dados

fragmentados das notícias, procurou-se buscar o sentido implícito das mensagens, discutindo ideologias embutidas às informações denominadas pelos meios de comunicação como imparciais.

A análise de enquadramento tem por intuito explicitar o modo como a imprensa interpreta os fatos e a maneira como esta repassa esse enquadramento ao público leitor. Tal metodologia parte do pressuposto de que os jornalistas, como mediadores, acrescentam interpretações e percepções próprias aos dados, conferindo-lhes ideias complementares.

Neste estudo, a revelação de tais desvios de interpretação feitos pela mídia é realizada a partir da análise das explicações de termos técnicos, do tamanho das notícias, das palavras com cunho adjetivo, da escolha das fontes de informação, da presença ou ausência de fotos e gráficos, da organização destes mesmos elementos e da comparação entre os textos da imprensa e seus correspondentes originais das assessorias. Nos quadros de análise, a interpretação destes dados se encontra nos itens “comparação com relatório” e “observações”.

A análise de enquadramento ofereceu bases para identificar marcas de parcialidade e vieses políticos. Dessa forma, auxiliou na identificação das ideologias dominantes e do modo como este domínio desequilibra o debate democrático e dificulta a ação cidadã.

Contudo, antes de partir para a análise, mostra-se necessário descrever algumas características da análise e informações acerca da mesma.

6.3 AMOSTRA

Durante o período de duas semanas, coletou-se boletins, relatórios, pesquisas e afins de *sites* oficiais de economia, pesquisa e estatística, cujas informações foram citadas em matérias dos veículos escolhidos: *UOL* e *O Estado de São Paulo*.

Dentre os *sites* oficiais, selecionaram-se apenas os atrelados diretamente ao governo, ou seja, os que possuem extensão “.gov.br”. Tal seleção foi realizada com base segundo os critérios de direitos e deveres públicos. Como já discutido até o momento, entende-se que o Estado, como prestador de serviços à cidadania, tem o dever de ser transparente para com esta, informando-a sobre suas atividades, propostas e resultados de forma clara e objetiva. Desse modo, entre os sites que tiveram seus conteúdos selecionados para a amostra, estão: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Banco Central (BC), dos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, entre outros.

A amostra foi coletada de 01 de março a 14 de março no *Universo Online* e de 01 de março a 15 de março no *Estado de São Paulo*. A diferença de datas se justifica pela instantaneidade do veículo eletrônico. Notou-se que a abordagem de determinado assunto no *UOL* ocorria um dia antes do *OESP*, sendo assim, necessário coletar o jornal impresso até o dia seguinte, 15 de março.

A seleção das matérias da primeira página do *UOL Economia* ocorreu sempre após as 17h. Observou-se que, quando havia a divulgação de um relatório oficial pela manhã, o *UOL Economia* noticiava os dados quase instantaneamente e ao longo do dia emitia outras matérias sobre o mesmo assunto, mas atualizadas. Dessa forma, buscou-se selecionar as matérias após as 17h, pois se entende que, com um maior intervalo, o repórter teve mais tempo para analisar o relatório oficial e escrever uma matéria mais densa e independente do texto oficial. Percebeu-se também, que após as 17h a mudança das manchetes na primeira página do *UOL Economia* se deu com ocorrência mínima frente aos demais períodos do dia. Por fim, a seleção das notícias que estavam na primeira página foi baseada no destaque conferido a estas, como as mais importantes do dia segundo o julgamento do portal. Além disso, selecionar apenas as notícias da primeira página seria uma forma de evitar matérias que se repetem ao longo do dia, o que poderia estender demasiadamente a amostra, tornando-a inviável.

Quanto aos critérios de seleção, foram escolhidas as matérias que enquadram-se em todos os itens a seguir:

- 1 Envolveram assuntos divulgados em relatórios oficiais de entidades governamentais, ou seja, as que possuem domínio “.gov.br”;
- 2 Ocorreram nos dois veículos (*UOL* e *OESP*);
- 3 Citam um relatório oficial
- 4 Foram derivadas das matérias factuais sobre determinado relatório oficial. Entende-se aqui por “derivadas”, as matérias secundárias, não ligadas apenas ao dado factual. Tais matérias envolvem, por exemplo, uma análise sobre o desempenho de indicadores descritos no relatório oficial, ou seja, são complementares às matérias factuais.

Pelos mesmos critérios de seleção, excluíram-se as matérias que se enquadram em qualquer uma das seguintes características:

- 1 Ocorreram em apenas um dos veículos (*UOL* ou *OESP*);
- 2 originaram-se a partir de depoimentos ou informações que não têm por base ou fonte um relatório oficial, pois entende-se que as matérias não baseadas em relatórios fogem do tema de estudo desta análise;
- 3 Foram divulgadas por entidades que não pertencem ao governo. Entende-se que enquanto o governo tem a obrigação de prestar conta aos cidadãos, as entidades privadas ou não-governamentais estão parcialmente isentas de tal tarefa. A obrigação destas é prestar contas aos seus clientes, que, em determinados casos, podem constituir uma classe de pessoas com alto conhecimento em economia, justificando o uso de uma linguagem especializada;
- 4 Envolveram assuntos sazonais, como a declaração do imposto de renda. Compreende-se que as matérias relacionadas ao IR ocorrem com maior frequência em um período do ano, justamente o período de coleta da amostra. Assim, notou-se um esforço das redações em divulgar matérias de serviço para o contribuinte, o que representa uma ação sazonal, ou seja, que não reflete a realidade das pautas sobre o assunto ao longo do ano.
- 5 Não foram veiculadas no caderno *Economia & Negócios*, no caso do *Estadão*; e não foram veiculadas na primeira página do *UOL Economia*;
- 6 Referiram-se à economia de outros países;

Assim, atenderam às regras descritas 56 matérias, baseadas em 14 relatórios oficiais.

6.4 ANÁLISE DESCRITIVA

As análises descritivas, disponíveis nas pastas que acompanham este relatório, obedecem a uma organização planejada. Vale ressaltar mais uma vez, que as matérias que se enquadraram nos critérios de análise apresentam datas não equivalentes devido à diferente periodicidade dos veículos impresso e online. Dessa forma, as matérias veiculadas no jornal *O Estado de São Paulo* foram publicadas sempre no dia seguinte daquelas veiculadas no *Universo Online*.

Retomando a organização das análises, como o número de matérias analisadas foi relativamente grande, a íntegra das matérias e das análises está disponível nos

apêndices disponibilizados em cada uma das pastas. Procurou-se organizá-los seguindo a ordem:

Inicialmente são expostas as matérias veiculadas pelo *Universo Online* e seus respectivos quadros de análise. Em seguida, dispuseram-se as matérias publicadas pelo *O Estado de S. Paulo* seguidas por suas análises. Por fim, disponibilizou-se o texto divulgado pelo veículo oficial ao qual as matérias se referem como fonte de informação, também seguidos por sua análise.

As publicações oficiais foram apresentadas de várias formas pelos veículos oficiais. Em alguns casos, a assessoria de imprensa do órgão disponibilizou um texto destinado ao público geral – tais textos são alvo desta pesquisa – indicando a possibilidade de download e/ou consulta da pesquisa, relatório, boletim ou semelhante na íntegra. Em outros casos, apenas a pesquisa é disponibilizada e, muitas vezes, sem qualquer tipo de texto, sendo compostas apenas por gráficos, tabelas e afins. Entende-se aqui que tais pesquisas, realizadas por especialistas da área econômica para outros especialistas da mesma área, possuem linguagem técnica justificada pela área de atuação profissional dos mesmos. Assim, observa-se que o dever de transpor a linguagem técnica para uma linguagem acessível cabe, sobretudo, às assessorias de imprensa e aos demais órgãos de comunicação dos órgãos oficiais. Mais uma vez, coloca-se que tal tarefa é um dever público pelo direito de todos os cidadãos, inclusive dos leigos, em consultar tais dados e exercer seu papel cidadão de fiscalizador do Estado.

Foram estabelecidos os seguintes atributos das matérias para análise:

1. Data de veiculação;
2. Manchete (título da matéria);
3. Veículo emissor e em que a matéria foi publicada;
4. Assinatura (nome do repórter que escreveu ou, em alguns casos, redação do veículo responsável);
5. Assuntos descritos;
6. Relatório de origem;
7. Fontes citadas;
8. Entrevistas;
9. Jargões;
10. Explicações dos termos técnicos;

11. Quantidade de estatísticas;
12. Adjetivos ou palavras adjetivadas que marquem tendências opinativas;
13. Fotos e gráficos (elementos gráficos em geral);
14. Tamanho (quantidade de caracteres com espaço);
15. Comparação com o relatório;
16. Observações

Para facilitar a visualização das análises, utilizaram-se cores para destacar algumas categorias:

Amarelo: fontes e entrevistas

Verde: jargões

Roxo: explicações de termos técnicos

Cinza: estatísticas

Vermelho: adjetivos e palavras adjetivadas

Os apêndices foram separados conforme o relatório de origem, assim, alguns dias possuem mais de um apêndice. As pastas disponibilizadas junto desta pesquisa contém todos os apêndices. Cada pasta contém a(s) matéria(s) do *UOL*; a(s) matéria(s) do *O Estado de São Paulo*; o texto das assessorias de imprensa (quando houve); o(s) gráfico(s), infográfico(s), quadro(s), a(s) tabela(s) e afins da(s) matéria(s) do *Estadão* digitalizados; o(s) relatório(s) oficial(ais) na íntegra.

5.4.1 RELAÇÃO DE MATÉRIAS E RELATÓRIOS

Obedecendo à ordem de publicação e semelhança de assunto, segue a lista de matérias e relatórios analisados.

APÊNDICE A – 01 de março de 2010:

UOL 01: “Mercado eleva projeção da inflação para 4,9% em 2010, aponta BC”

OESP 01: “Mercado põe mais pressão sobre o BC”

OESP 02: “Banco Central não dá indicações de alta de juro, diz Mantega”

OESP 03: “Indústria e varejo vão crescer no mesmo ritmo”

Relatório: “Focus” de 26 de fevereiro - BC

APÊNDICE B – 01 de março de 2010:

UOL 02: “Brasil tem queda de 78% no superávit da balança comercial em fevereiro”

UOL 03: “Governo estuda estímulos para elevar exportações, afirma ministério”

OESP 04: “Superávit comercial é de US\$ 394 milhões”

Relatório: “Balança comercial brasileira – fevereiro 2010” do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

APÊNDICE C – 03 de março de 2010:

UOL 04: “Movimento de câmbio fechou fevereiro negativo em US\$ 399 milhões”

OESP 05: “Fluxo cambial fica negativo pela 1ª vez após 11 meses”

OESP 06: “Crise da Grécia afetou aplicações”

Relatório: “Fluxo cambial fevereiro” – Banco Central

APÊNDICE D – 04 de março de 2010:

UOL 05: “Produção industrial tem em janeiro melhor resultado desde 1995”

OESP 07: “Indústria tem melhor janeiro desde 1995”

OESP 08: “Produção industrial mostrou acomodação, diz economista”

Relatório: “PIM-PF Brasil (Produção Industrial Mensal – Produção Física)” - IBGE

APÊNDICE E – 05 de março de 2010:

UOL 06: “Educação pressiona, e IPCA é o maior desde maio de 2008”

OESP 09: “IPCA de fevereiro é o mais alto desde 2008”

Relatório: “Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – IPCA / INPC” - IBGE

APÊNDICE F – 08 de março de 2010:

UOL 07: “Mercado eleva estimativa de inflação neste ano para 4,99%”

OESP 10: “Projeção de inflação sobe de novo”

Relatório: “Focus” de 05 de março - BC

APÊNDICE G – 09 de março de 2010:

UOL 08: “Safr de grãos este ano deve superar em 8,5% a de 2009, estima IBGE”

OESP 11: “IBGE prevê segunda maior safra da história”

OESP 12: “Conab eleva estimativa da safra de grãos”

Relatório: “Estatística da Produção Agrícola - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)” - IBGE

Relatório: “Safra de grãos” - CONAB

APÊNDICE H – 10 de março de 2010:

UOL 09: “IPEA: Brasil vai gerar 2 milhões de empregos em 2010; 700 mil serão em SP”

UOL 10: “Paraná e Santa Catarina podem sofrer "apagão" de profissionais em 2010, diz IPEA”

OESP 13: “IPEA prevê falta de mão de obra em quatro setores”

Relatório: “Emprego e oferta qualificada de mão de obra no Brasil: impactos do crescimento econômico pós-crise” – IPEA

APÊNDICE I – 10 de março de 2010:

UOL 11: “Produção industrial cresce em 13 de 14 regiões; ES é destaque”

OESP 14: “Indústria de São Paulo retoma nível pré-crise”

Relatório: “Pesquisa Industrial mensal – Produção Física Regional” - IBGE

APÊNDICE J – 11 de março de 2010:

UOL 12: “Aviação doméstica registra crescimento recorde de 42,89% em fevereiro”

OESP 15: “Tráfego aéreo tem alta recorde no Brasil em fevereiro”

Relatório: “Manual dos Dados Comparativos Avançados (DCA) para empresas brasileiras de transporte aéreo regular” – ANAC

APÊNDICE K – 11 de março de 2010:

UOL 13: “PIB do Brasil recua 0,2% em 2009, mas cresce 2% no 4º trimestre”

UOL 14: “Desempenho do PIB brasileiro é o 6º melhor do G20 em 2009”

UOL 15: “Taxa de investimento fica em 16,7% do PIB em 2009”

UOL 16: “Apesar de queda do PIB, Brasil mantém posição no ranking de economias”

UOL 17: “Mantega diz que PIB de 2009 foi “razoável” e vê alta de 5,7% neste ano”

UOL 18: “Veja quem acertou ou errou a previsão do PIB em 2009”

UOL 19: “Apesar da queda, PIB aponta para saída brasileira da crise”

- UOL 20: “IBGE revisa para cima dados trimestrais do PIB do ano passado”
- UOL 21: ”Lula culpa empresas privadas por estagnação do PIB em 2009”
- UOL 22: “PIB estagnado em 2009 ameaça valorização do salário mínimo“
- OESP 16: “Economia roda hoje ao ritmo de até 8% ao ano“
- OESP 17: “PIB caiu 0,2% em 2009, mas já cresce como antes da crise”
- OESP 18: “PIB do Brasil em 2009 foi um dos melhores do G-20”
- OESP 19: “Comércio exterior despenca na crise”
- OESP 20: “Consumo cresce pelo 6º ano seguido”
- OESP 21: “Mais afetados pela crise, indústria e investimento retomam crescimento”
- OESP 22: “Mantega já prevê alta acima de 5,7%”
- OESP 23: “Expansão é vigorosa, diz Meirelles”
- OESP 24: “Consumo sustenta PIB, mas poupança limita”
- OESP 25: ”Alguma desaceleração terá de ocorrer”
- OESP 26: “Provavelmente, a economia vai crescer em ritmo mais acelerado”
- OESP 27: “Depois do vendaval”
- OESP 28: “Consumo tem alta de R\$ 500 bilhões”
- OESP 29: “Lula diz que viu satisfação na divulgação da queda do PIB”
- Relatório: “Contas Nacionais Trimestrais: Indicadores de Volume e Valores Correntes - outubro/dezembro 2009” – IBGE

APÊNDICE L – 12 de março de 2010:

- UOL 23:” Telefônica lidera ranking de reclamações no Procon pelo 4º ano”
- UOL 24: “Telefônica diz que reduziu em 78,6% reclamações de clientes”
- OESP 30: “Telefônica lidera ranking de queixas pelo 4º ano seguido”
- Relatório: “Cadastro de Reclamações Fundamentadas” - Procon

APÊNDICE M – 12 de março de 2010:

- UOL 25: “Carga tributária do país cai para nível de 2007, diz IPEA”
- OESP 31: “Carga tributária recuou a 34,28% do PIB em 2009”
- Relatório: “Estimativa da Carga Tributária de 2002 a 2009” - IPEA

6.5 ANÁLISE

A partir da leitura, categorização, análise, comparação e interpretação dos dados foram observados alguns atributos dos textos jornalísticos econômicos, dos veículos analisados, das assessorias dos meios de comunicação públicos e dos materiais elaborados pelos mesmos.

Ao todo, foram analisadas 56 matérias de ambos os veículos, *Universo Online* e *Estado de S. Paulo*. A distribuição das matérias se deu da seguinte forma:

Número de matérias analisadas

Veículo	Quantidade
OESP	31
UOL	25

Entre os atributos relativos aos textos analisados por este estudo, destacam-se: descontextualização da informação, indícios de gatekeeping secundário, pressa na redação da notícia, transcrição de releases, transposição das características dos textos oficiais, distância do leitor comum, diferentes tipos de linguagem, dualidade no tratamento das estatísticas, falta de fontes, falsa impressão de cobertura completa, apuração histórica, aprofundamento direcionado e posicionamento político.

É importante observar que algumas matérias se adequaram a apenas uma categoria e outras a mais de uma. Porém, nenhuma delas se encaixou em todas. A seguir, discutem-se tais características, destacando-se alguns exemplos de matérias que as possuem.

a) Descontextualização e fragmentação da informação

Em alguns casos houve uma descontextualização dos fatos. Os dados dos relatórios foram colocados de maneira isolada, sem causas ou conseqüências, acontecimentos anteriores ou posteriores, influências, etc. As notícias se mostraram fragmentadas e a informação econômica aparece desvinculada de seu contexto histórico ou social. A ocorrência de matérias desse tipo se mostrou maior no *Universo Online* (UOL 01, UOL 07, UOL 09, UOL 11, UOL 12, OESP 15, UOL 15, UOL 20, entre outras).

O *Estadão* aparentemente possui uma política editorial para cobertura dos relatórios mais extensos: o jornal separa o relatório, escrevendo uma matéria específica

para cada fragmento do mesmo, tratando-os isoladamente e ignorando as demais informações do relatório oficial (OESP 03). Na matéria OESP 01, por exemplo, o repórter relaciona a inflação ao juro, contudo só fornece a expectativa da primeira, sendo que a previsão da taxa de juro também estava presente no mesmo relatório de base, o Boletim Focus. Tal previsão, foi noticiada em outra matéria independente.

Além disso, é importante ressaltar que em muitos casos, a quantidade de informações descrita no relatório foi bastante filtrada ou resumida, mesmo quando tais dados poderiam render uma nova matéria (OESP 04, UOL 04, UOL 09, UOL 11, OESP 30).

Em nenhum dos meios a média de caracteres por notícia ultrapassou os três mil. As matérias do *UOL* apresentaram mais variação de número de caracteres por matéria, com algumas que não chegaram aos 1.300 e outras que ultrapassaram os 5.000.

Média de caracteres

UOL	2214,06
OESP	2981,51

Curioso é o fato de que, apesar de não ter o limite de espaço de um jornal impresso, as matérias do *Universo Online* foram menores que as do *Estadão* e contaram com menos recursos gráficos.

b) Gatekeeping secundário

Pode-se dizer que os jornalistas realizam um gatekeeping secundário para a confecção de algumas matérias. Há inicialmente o gatekeeping primário, que seleciona os assuntos (pautas) que serão noticiados ou não. Num segundo momento, o jornalista exerce seu poder de veto para selecionar as informações do relatório que serão publicadas das que não serão. Como é de se esperar, nenhum relatório oficial foi publicado na íntegra pela imprensa, assim, os repórteres escolheram conforme seus julgamentos as informações com maior valor-notícia presentes nos textos oficiais.

c) Pressa na redação da notícia

Algumas matérias, quase transcrições dos releases oficiais, foram publicadas no UOL pouco tempo após a divulgação dos relatórios. A pressa na elaboração das notícias, simplesmente para ser o primeiro veículo a colocá-las no ar, comprometeu a

qualidade em muitos casos. Na matéria UOL 06, por exemplo, a pressa de confecção ficou explícita até mesmo por simples erros de digitação, o que revela que mal houve tempo para corrigir o texto antes de publicá-lo.

d) Transcrições de releases

Os casos de transcrição – a maior parte parcial – ocorreram, especialmente, nos casos de notas informativas. Embora as ocorrências tenham sido maiores no *UOL* (UOL 12, UOL 23), também houve casos no OESP, como OESP 12, OESP 15. Nesses eventos, algumas matérias chegaram a citar parte do relatório como fonte entre aspas (UOL 09, OESP 31).

e) Transposições do relatório ou texto da assessoria

Observou-se uma tendência de transposição de características dos relatórios para as notícias. Um relatório carregado de estatísticas tendeu a gerar matérias com mais números, relatórios com linguagem simples resultaram em notícias de texto simples e assim por diante. Um exemplo destacável dessa ocorrência na amostra é a matéria UOL 08, típica de matérias derivadas dos relatórios do IBGE.

f) Distância do leitor comum

Muitas notícias de ambos os veículos se mostram distantes do universo do leitor comum, (UOL 01, OESP 01, OESP 02), mas algumas, em especial, destacaram-se não pela distância do tema, mas pela distância da linguagem. Foi o caso da matéria OESP 09, que aborda a inflação nacional. O tema de alta proximidade do leitor comum passa a ser restrito pela linguagem sem preocupação com termos técnicos e pela escolha das fontes, distantes do universo popular. Outro caso é o da matéria UOL 09, que apesar de falar sobre o emprego, não traz o lado da notícia representado pelos empregados ou pelos desempregados. Há, ainda, a matéria OESP 20, que fala sobre o papel do consumo para a economia brasileira em uma linguagem inacessível ao consumidor comum. Por último, a matéria UOL 23 relata o ranking de reclamações ao PROCON, mas não traz a palavra de nenhum consumidor.

Em alguns desses casos, o jornalista tinha espaço à disposição para elaborar quadros elucidativos para os leitores, contudo tal espaço não foi bem aproveitado. Foi o caso da matéria OESP 31, que aborda a carga tributária, com uso considerável de termos

técnicos não elucidados. A página conta com uma foto relativamente grande que em nada ajuda na interpretação da notícia.

g) Diferentes tipos de linguagem

Algumas matérias possuem um bom exemplo de simplificação dos termos técnicos por meio do uso de apostos explicativos. Nesses casos, a maior parte das ocorrências se deu por iniciativa do repórter em ser claro e não pela presença desses mesmos apostos nos relatórios oficiais em que seus textos se basearam (UOL 02).

Em movimento inverso, outros textos não mencionam as explicações dos termos técnicos contidas nos relatórios, gerando um paradoxo: o relatório técnico é algumas vezes mais educativo, explicativo e linguisticamente simples que a notícia (OESP 04). Um caso curioso foi o da matéria UOL 15, que usou um aposto mais complexo que o jargão para tentar explicá-lo, definindo “taxa de investimento” como “percentual que a Formação Bruta de Capital Fixo apresenta do PIB”.

Houve, também, casos de matérias que possuem um texto mais maleável que o relatório sem, contudo, abolir os termos técnicos. O resultado é alcançado simplesmente pela capacidade de elaboração de um texto mais bem escrito que o oficial (UOL 05).

O uso de um número razoável de jargões ocorreu especialmente de acordo com o tema central de discussão da matéria. Um exemplo bastante ilustrativo ocorre na matéria OESP 05. Por abordar o fluxo cambial, um assunto que na visão editorial se destina a uma gama de investidores e público especializado, a notícia traz 18 tipos de termos técnicos, dos quais apenas três são explicados. Uma curiosidade é que na própria explicação de um desses jargões existem outros quatro termos técnicos, o que comprova o direcionamento do texto a um público seletivo. Além disso, o gráfico educativo disponibilizado pelo BC é transformado em uma ferramenta de leitura mais complexa pelo repórter; assim, ocorre a inversão no papel do jornal, que em vez de democratizar mais a informação, restringe-a a um público menor.

Um exemplo inverso ocorreu na matéria UOL 22, que discute a relação entre o PIB e o salário mínimo. Por este se tratar de um tema que interessa, especialmente, ao público comum, a notícia foi escrita de modo bem acessível e didático.

Além de ocorrerem na matéria OESP 05, o excesso de termos técnicos e a necessidade de conhecimento dos fenômenos econômicos também foram observados nos textos OESP 06, UOL 16, UOL 19, entre outros.

De um modo geral, a média de jargões foi mais aceitável no veículo virtual. Ainda assim, dos 90 tipos de jargões empregados pelo *UOL*, apenas 16 foram explicados. No *Estadão*, o indicador é ainda pior: dos 225 tipos de jargões utilizados, só 21 contaram com aposto explicativo, menos de 10% do total.

Média de jargões não repetidos e explicações dos mesmos*

Veículo	Média de jargões*	Média de explicações
UOL	3,6	0,64
OESP	7,25	0,67

*não são considerados os jargões já repetidos. Assim, se o texto utiliza a palavra “inflação” uma ou cinco vezes, apenas uma das ocorrências foi registrada.

h) Dualidade no tratamento das estatísticas

Com relação às estatísticas observou-se que em alguns casos, ocorridos em sua maioria no *OESP*, o excesso de estatísticas provenientes do relatório foi filtrado. Em uma parcela dessas matérias, houve uma sensibilidade em disponibilizar os números em tabelas e gráficos, facilitando a leitura do texto e adequando o conteúdo à forma de exposição (*OESP* 04, *OESP* 17). Ainda assim, a quantidade de estatísticas por matéria é alta e o uso de elementos gráficos é raro.

Média de estatísticas por matéria

UOL	17,96
OESP	16,96

Quantidade total de fotos e gráficos utilizados

UOL	6
OESP	28

Já em outras situações, o jornalista não teve tempo ou, talvez, a sensibilidade para transformar alguns dados estatísticos em gráficos. Exemplos como a matéria *UOL* 11 revelam como a comparação entre dados presentes e anteriores se torna menos atrativa e compreensível quando feita em forma de texto.

i) Falta de fontes

Notou-se a ausência de entrevistados na maior parte das matérias veiculadas pelo *UOL*. Em outros casos, as matérias tinham como única fonte uma personalidade membro do governo, (UOL 03, OESP 04, UOL 04, UOL 06, UOL 07, UOL 09, UOL 10, UOL 12, OESP 15, UOL 15, e muitas outras). No *Estado de S. Paulo*, a maior parte das matérias contava com apenas um entrevistado, o que reflete a prática de não noticiar os dois lados da notícia, sustentando uma ideologia como majoritária.

Com relação às fontes de informação, em 14 das 56 matérias analisadas a fonte de informação foi um único relatório oficial de determinada instituição do governo e 22 matérias não apresentaram qualquer entrevista. Há de se ressaltar, porém, que em pelo menos 17 matérias da amostra total houve uma busca mais consciente de mais de uma fonte de entrevista e 14 notícias apresentaram mais de quatro fontes distintas de informação.

Número de entrevistados por matéria

Quantidade	UOL	OESP
Nenhum	16	6
Um	5	12
Dois	3	8
Três	1	3
Quatro	--	2

Número de fontes por matéria

Quantidade	UOL	OESP
Um	11	3
Dois	8	12
Três	2	5
Quatro	2	5
Cinco	1	3
Seis	--	1
Nove	1	--
Doze	--	1

j) Falsa impressão de cobertura completa

Algumas matérias são bastante simples de se entender, outras possuem quadros explicativos, subtítulos para facilitar a leitura e apostos elucidativos dos termos.

Contudo, não possuem qualquer tipo de análise mais aprofundada, conferindo ao leitor uma falsa impressão de entendimento completo do assunto (UOL 01, UOL 02, UOL 04, OESP10, UOL 13, OESP 21, entre outras).

k) Apuração histórica

Observou-se que as matérias do veículo impresso possuem um acompanhamento histórico em vários casos como (OESP 01, OESP 10, OESP 14, UOL 18, entre outros). As matérias com acompanhamento foram, em sua maioria, mais aprofundadas que as demais, e figuram mais uma exceção que uma regra.

l) Aprofundamento direcionado

Notou-se a ocorrência de matérias mais aprofundadas, que relacionam os índices divulgados nos relatórios oficiais e traçam perspectivas econômicas (OESP 01, OESP 11, OESP 19). Contudo, boa parte dessas matérias se dirige a um público mais seletivo, conhecedor dos termos e mecanismos da lógica econômica (OESP 05, OESP 16, OESP 20).

Observou-se que no *UOL*, algumas matérias com maior aprofundamento foram produzidas em horários mais distantes da divulgação do relatório, o que reflete que o repórter provavelmente teve mais tempo para apurar novas informações e confeccionar um texto mais apurado UOL 03

O *Estadão* apresentou como uma de suas características típicas a fragmentação do assunto em várias notícias separadas, porém, complementares. O jornal inúmeras vezes destacou uma matéria como primária, ou seja, meramente informativa dos dados oficiais, e, em um segundo momento, apresentou notícias de análise, consideradas secundárias ou derivadas da matéria mote (OESP 08, UOL 14, OESP 19, OESP 28). O fato também foi identificado no Universo Online, porém, apenas em casos de divulgação de dados extremamente relevantes, como o PIB nacional.

Quantidade de matérias derivadas e complementares

<i>UOL</i>	8
<i>OESP</i>	12

Outro caso de matérias derivadas e complementares se deu quando a linha editorial seguiu a ética de dar espaço aos dois lados da notícia. Foi o caso das matérias

UOL 29 e UOL 30. A primeira registra a empresa Telefônica como campeã de reclamações dos consumidores; a segunda dá voz à companhia, para que esta possa fazer sua defesa. A matéria semelhante do *Estadão*, OESP 30, deu voz aos dez campeões de reclamações. Contudo, apesar de mais completa, a matéria se mostra menos crítica que a do veículo virtual.

O aprofundamento também foi marcado pela presença de comparações nos textos. Na matéria UOL 08, por exemplo, há um parágrafo que compara a pesquisa agrícola do IBGE com a pesquisa do mesmo setor elaborada pela CONAB. O objetivo foi ressaltar as diferenças entre os índices apurados por cada órgão e a explicação metodológica para a obtenção de resultados diferentes sobre um mesmo assunto.

Em alguns casos, houve aprofundamento a partir de observações opostas às realizadas pelo relatório. A matéria UOL 10 exemplifica essa questão: enquanto o relatório oficial ressalta o excesso de trabalhadores qualificados para a quantidade de empregos gerados a notícia fala sobre o excesso de empregos não preenchidos devido à falta de mão de obra qualificada.

A riqueza das comparações também foi exercida em textos que compararam dados da economia nacional com os de economias internacionais. Foi o caso das matérias UOL 13 e OESP 18.

Uma matéria curiosa foi a OESP 16. A partir da entrevista de fontes especializadas do mercado, o repórter constrói um texto de previsões acerca das contas nacionais - quatro dias antes da divulgação das mesmas dados pelo IBGE – e sobre a taxa básica de juros – cerca de dez dias antes da reunião do Copom. A linguagem do texto em si é simples, porém é necessário conhecer os mecanismos econômicos para compreender a notícia.

No jornal *Estado de S. Paulo* o aprofundamento dos temas também se deu por meio de análises e de entrevistas de estilo ping-pong. Tais textos carregados de jargões sem apostos explicativos e, portanto, são mais técnicos que os demais. Além disso, eles exigem capacidade de inferência e de identificação de ideologias tendenciosas que podem influenciar o leitor. É o caso dos textos OESP 24, OESP 25, OESP 26, OESP 27.

Assim, de um modo geral, o aprofundamento das matérias acompanhou a introdução de mais jargões sem apostos nos textos e o aumento do número de caracteres. As matérias que se enquadraram neste grupo foram, em sua maioria, direcionadas a um público mais seletivo e conhecedor dos temas e mecanismos econômicos mais famosos.

m) Posicionamento político

As matérias analisadas apresentam diferentes pontos de vista, com predominância daquelas favoráveis ao governo.

Esmiuçando um pouco mais a questão, algumas matérias defenderam o ponto de vista monetarista claramente, como OESP 01, que defendeu a alta do juro por conta da inflação. Já em outros casos, a preocupação foi ressaltar os aspectos negativos da economia nacional, como nas matérias OESP 17 e OESP 18, que destoaram de todas as suas semelhantes, otimistas em relação aos dados do PIB.

Uma ocorrência bastante curiosa se deu na notícia OESP 22, a matéria teve como mote principal a análise do ministro da Fazenda sobre o desempenho do PIB nacional. Por se tratar de uma matéria que noticiaria o ponto de vista de um elemento do governo, esperava-se que o texto fosse favorável a este. No entanto, a matéria possui uma tendência a desmerecer o discurso do ministro Mantega e chegou a usar uma fonte em off para contestá-lo. É por meio de casos como este que se torna explícita a tendência opinativa de um jornal.

Outras matérias defenderam a opinião governamental a partir do espaço concedido às fontes oficiais (OESP 02) – e, às vezes, somente à estas, como já se mostrou (UOL 06, OESP 02, UOL 17, UOL 21, OESP 20, OESP 29). Em outros casos, a defesa da política econômica do Estado e/ou da administração governamental se deu por meio da entrevista de fontes de opinião favorável ao mesmo e/ou através de previsões favoráveis sobre a economia nacional (UOL 05, OESP 14, UOL 13, UOL 14, UOL 16, UOL 19). Nesses casos, o jornalista se manteve aparentemente neutro frente ao entusiasmo de defesa governamental demonstrado pelos entrevistados escolhidos.

Média de ocorrência de palavras de cunho adjetivo

Veículo	No texto	Na fala dos entrevistados
UOL	4,6	1,8
OESP	7,54	0,87

Essa falsa impressão de neutralidade ocorreu com mais frequência no *Universo Online*. As matérias do veículo apresentaram uma média inferior a sete adjetivos por texto, enquanto o jornal impresso quase chegou a nove. Além disso, os repórteres do

UOL escondem sua opinião por trás da fala dos entrevistados com mais frequência que os do *Estadão*, que por sua vez, inserem os termos em seus próprios textos.

As matérias com tendências de opinião, quando não acompanhadas por outras complementares e de opinião distinta, influenciam a opinião do leitor a respeito de determinado fenômeno econômico. Em alguns casos, a prática se assemelha a uma manipulação dos fatos, uma vez que nem todos os lados da notícia e nem todas as opiniões foram noticiados pelo veículo jornalístico. Trata-se de uma defesa não aberta, nem explícita, de uma posição, apresentando-se uma análise como única verdade. Tal comportamento dos meios desrespeita o ideário democrático e dificulta a ação da cidadã.

Um caso curioso e, talvez, explícito de defesa das posições governamentais ocorreu nas notícias *UOL* 09 e *UOL* 10. Enquanto o próprio relatório oficial, elaborado pelo IPEA, faz uma crítica ao sistema e cobra do governo atitudes para reverter o problema da falta de empregos para a mão de obra qualificada, as matérias do *UOL* ignoram a crítica para falar sobre a grande quantidade de empregos gerados e a falta de mão de obra para determinados trabalhos. Assim, as matérias isentam o governo e camuflam as cobranças de novas políticas governamentais realizadas pelo IPEA. O fato também ocorreu na matéria *OESP* 13, que tratou do mesmo assunto e preferiu dar destaque as 320 mil vagas de trabalho que sobrariam em vez das 653 mil que faltariam.

De um modo geral, observou-se que na maior parte das matérias prevaleceu a versão oficial dos fatos que, por sua vez, é sustentada pela corrente política oficial (*OESP* 09). As principais causas estão na transcrição dos releases oficiais, na falta de apuração dos fatos, na procura insistente das mesmas fontes para entrevista e na ausência de fontes contrárias à visão oficial.

Antes de partir para o destaque dos modelos de matérias apreciáveis, vale ressaltar algumas recorrências observadas nos textos dos veículos *Universo Online* e *O Estado de São Paulo*. As matérias do *UOL* tiveram 15 assinaturas de repórteres diferentes, enquanto as do *Estadão* tiveram 19. Houve sete casos de matérias sem assinatura no meio virtual e nenhum dos repórteres assinou mais de duas matérias da amostra.

O *Universo Online* publicou matérias de outros 6 veículos de comunicação, que juntos somaram 18 matérias contra sete do *UOL*.

Fontes de matérias no UOL

Assinatura	Quantidade
UOL	7
Valor Online	6
Reuters	3
BBC Brasil	2
Agência Brasil	3
Folha Online	3
Do Agora	1

Matérias do UOL – Assinatura

Assinatura	Quantidade	Tema	Tamanho médio	Órgão de cobertura
Ana Carolina Lourençon Andrade (UOL)	1	PIB	5853	IBGE, BC
Andressa Rovani (UOL)	1	PIB	3346	IBGE
Azelma Rodrigues (Valor Online)	2	Câmbio, PIB	1335	BC, IBGE
Bruno Peres (Reuters)	1	Indústria	3540	IBGE
Daniela Fernandes (BBC Brasil)	1	PIB	2074	IBGE
Ivy Farias (Agência Brasil)	1	Consumo	1883	PROCON
Juliana Cardoso (Valor Online)	2	Indústria, PIB	1162	IBGE
Karin Sato (Valor Online)	1	Consumo	1195	PROCON
Lorena Rodrigues (Folha Online)	1	Inflação	2242	BC
Maurício Savarese (UOL)	1	PIB	2137	IBGE
Rodrigo Viga Gaier (Reuters)	1	PIB	627	IBGE
Sofia Fernandes (Folha Online)	2	Balança comercial	2146,5	MDIC
Thaís Leitão (Agência Brasil)	1	Agricultura	2060	IBGE
Téo Takar (Valor Online)	1	Aviação	2506	ANAC
Vanessa Stelzer (Reuters)	1	Inflação, PIB, juro	1011	BC

Da redação	4	Inflação, emprego, PIB	2805	IBGE, IPEA
BBC Brasil	1	PIB	2363	IBGE
Do Agora	1	PIB	1462	IBGE
Da Agência Brasil	1	Carga tributária	2568	IPEA

Já no *Estadão*, três jornalistas se destacaram por suas matérias e pela quantidade de assinaturas: Fábio Graner, Fernando Dantas e Jacqueline Farid. Esta, de acordo com os dados estudados, aparenta ser responsável pela cobertura dos fatos que envolvem a indústria.

Os repórteres do *Estado de S. Paulo* escreveram matérias com base em diferentes relatórios de instituições distintas, o que pode representar a ausência de setoristas.

Matérias do OESP – Assinatura

Assinatura	Quantidade	Tema do relatório usado	Tamanho médio	Órgão de cobertura
Andrei Netto	1	PIB	3535	PIB
Célia Froufe	1	Agricultura	814	CONAB
Débora Thomé	1	PIB	2898	IBGE
Evandro Fadei	1	PIB	2001	IBGE
Fábio Graner	4	Inflação, câmbio, PIB, carga tributária	2911,5	BC, IBGE, IPEA
Fernando Dantas	4	PIB	3512	IBGE
Fernando Nakagawa	2	Inflação, PIB	1748,5	BC, IBGE
Jacqueline Farid	5	Indústria, inflação, agricultura,	2779,4	BC, IBGE
José Mareio Camargo	1	PIB	3573	IBGE
Leandro Modré	3	Inflação, PIB	4485	BC, IBGE
Lígia Tuon	1	Consumo	3557	PROCON
Marcelo Rehder	2	Juros, empregos	2731,5	BC, IPEA
Michelly Chaves Teixeira	1	Aviação	2764	ANAC
Nalu Fernandes	1	Indústria	2688	IBGE
Paula Pacheco	1	Câmbio	2113	BC
Raquel Landim	1	PIB	3820	IBGE
Renata	2	Balança comercial,	2181,5	MDIC,

Veríssimo		IBGE		IBGE
Ricardo Leopoldo	1	Indústria	2688	IBGE
Sérgio Vale	1	PIB	3104	IBGE

Após diagnosticar alguns problemas relativos à prática do jornalismo econômico, é importante grifar os modelos de matérias e características positivas detectados no conjunto de notícias da amostra. Tais textos, seus relatórios de origem e análise bruta podem ser consultados no CD que acompanha este estudo.

O primeiro exemplo de cobertura positiva ocorreu na junção das matérias OESP 01 e OESP 02. Isoladamente, as matérias se mostram incompletas e tendenciosas: uma defende a alta do juro e a outra, a manutenção da taxa. A união das duas, porém, apresenta visões diferentes a respeito de um mesmo assunto, esmiuçando a opinião do mercado e a opinião do governo. Assim, houve uma contribuição notável ao debate sobre o assunto em questão.

Outra característica louvável detectada diz respeito à análise cuidadosa do relatório pelo repórter, revelada pela presença de fenômenos importantes, anômalos ou destacados dos relatórios oficiais, como em OESP 05.

Foram também identificados exemplos de matérias que refletiram a preocupação na tradução dos termos técnicos, como a OESP 07, que traduziu 100% dos jargões utilizados. A matéria é um dos bons exemplos mais notáveis verificados na análise. Além de esmiuçar os jargões, a repórter faz uma leitura interpretativa do relatório e filtra o excesso de estatísticas. A matéria conta com o apoio de uma foto, um gráfico e uma tabela; e de quatro entrevistados, que colaboram para um debate acerca de previsões positivas e negativas para a indústria nacional. Além disso, a notícia quebra o mito de que uma matéria interessante para o público leigo é desinteressante para o público especializado e vice-versa: o uso de uma linguagem acessível e educativa agradaria os leitores comuns, enquanto as análises em debate contentariam os especialistas.

Houve alguns exemplos de matérias criativas, como a UOL 18, que levantou as instituições que fizeram as previsões que mais se aproximaram do valor do PIB. Inicialmente, a matéria teve como base um acompanhamento histórico de diversas pesquisas; ao longo do texto, foram lançadas dúvidas sobre a confiança nas previsões do governo; por fim, apresentou-se um serviço para o público especializado e

introduziram-se curiosidades a respeito do mundo econômico para os leigos, como o índice baseado na venda de papel ondulado.

Um último modelo apreciável de serviço ao público comum foi demonstrado na matéria UOL 22. Ao contrário de outros meios de comunicação, o *UOL* disponibilizou uma matéria de linguagem bastante acessível relacionando o PIB ao reajuste do salário mínimo. Trata-se de um serviço de alto valor à população, que, a partir das informações, pode exercer seu direito de cidadania.

Partindo para a análise dos releases e relatórios oficiais, foram estudados 14 relatórios das seguintes instituições:

Relatórios analisados

Órgão	Número de relatórios	Matérias sobre o(s) relatório(s) no UOL	Matérias sobre o(s) relatório(s) no OESP	Total de Matérias	Média total de matérias por relatório
ANAC	1	1	1	2	2
BC	3	3	7	10	3,33
CONAB	1	1	1	2	2
IBGE	5	14	19	33	6,6
IPEA	2	3	2	5	2,5
MDIC	1	2	1	3	3
PROCON	1	2	1	3	3

O órgão que mais conseguiu gerar matérias nos veículos de comunicação foi o IBGE, que serviu de base para a confecção de 33 matérias e que alcançou uma taxa superior a 6 matérias publicadas para cada relatório. Outra instituição que possui alto poder de aparecimento na mídia é o Banco Central. Como os dias de seleção da amostra não coincidiram com a reunião do Comitê de Política Monetária, do BC, a quantidade de matérias geradas por relatórios do órgão não se mostra tão expressiva quanto em períodos de reunião do Copom.

Todas as instituições oficiais analisadas contam com uma assessoria de comunicação. Na maior parte dos casos, a assessoria elabora releases para divulgar a publicação do relatório oficial. Com exceção do IBGE e do Ministério do Desenvolvimento, que disponibilizaram releases bastante extensos, a assessoria dos demais órgãos publicam releases com pequenos resumos da pesquisa ou, simplesmente,

com um aviso de disponibilidade de download do arquivo na íntegra. Nesses casos, os textos são pequenos ou médios, apresentam poucos jargões e palavras adjetivadas.

Média de jargões não repetidos e explicações dos mesmos nos textos de assessoria*

Órgão	Número médio de jargões*	Explicações
BC**	3	0
MDIC	5	3
IBGE	6,4	2,2
CONAB	0	0
IPEA	4,5	0
ANAC	2	0
PROCON	1	1

*não são considerados os jargões já repetidos. Assim, se o texto utiliza a palavra “inflação” uma ou cinco vezes, apenas uma das ocorrências foi registrada.

**neste quadro foram desconsiderados os boletins Focus, pois os mesmos não apresentam informações em forma de texto.

Média de ocorrência de palavras de cunho adjetivo nos relatórios

BC*	0
MDIC	1
IBGE	15,8
CONAB	1
IPEA	0
ANAC	8
PROCON	4

*neste quadro foram desconsiderados os boletins Focus, pois os mesmos não apresentam informações em forma de texto.

Média de caracteres e páginas por relatório

Órgão	Texto assessoria (caracteres)	Relatório na íntegra (páginas)
BC*	196,66	3,66
MDIC	6579	12
IBGE	10638,2	35,6
CONAB	1677	--
IPEA	1113	13
ANAC	3328	6
PROCON	2290	22

Em oposição aos textos das assessorias, os relatórios são bem mais extensos, contando, na maior parte dos casos, com mais de dez páginas cada. Outra característica

típica é o uso de inúmeras tabelas, quadros e gráficos estatísticos, quase sempre restritos à interpretação de especialistas.

Quantidade de fotos, gráficos, tabelas e quadros utilizados nos relatórios

Órgão	Texto assessoria	Texto relatório
BC	0	28,33
MDIC	0	33
IBGE	4,8	23,2
CONAB	0	--
IPEA	0	5,5
ANAC	0	3
PROCON	0	16

Assim, alguns órgãos oficiais disponibilizam a informação econômica apenas para economistas e afins. Nesses casos, não há qualquer tipo de auxílio ao público comum para entender os dados apurados pelas pesquisas publicadas. É o caso do Banco Central com o Boletim Focus. A assessoria de imprensa do órgão apenas informa que o boletim foi divulgado sem antecipar qualquer informação do relatório. O relatório por sua vez, não apresenta informações dispostas em texto, quanto menos glossário. Os dados são expostos por meio de uma média de 40 gráficos e tabelas dispostos em quatro páginas. Um jornalista desabituaado com o boletim sequer saberá qual é o gráfico ou tabela que deve ser analisado e que possui maior valor-notícia. Um cidadão leigo no assunto, provavelmente, desconheceria boa parte dos indicadores apresentados e estaria inapto a tirar conclusões e criar correlações sobre os mesmos.

A partir dos dados gerais, pode-se partir, agora, para a análise específica de cada relatório e assessoria de imprensa das sete instituições estudadas.

a) Banco Central:

A assessoria do Banco Central não tem como política a elaboração de um resumo do relatório para divulgar como release. Trata-se da instituição mais problemática para o cidadão e que menos presta contas a este. As notas da assessoria do BC são breves e relatam apenas a disponibilidade de consulta do relatório na íntegra, sem antecipar qualquer dado do mesmo no texto. Outros relatórios oficiais como o de Fluxo Cambial, assim como o Boletim Focus, não possuem qualquer tipo de texto, tendo suas informações dispostas apenas em tabelas.

b) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio:

A assessoria de imprensa do MDIC disponibiliza um texto extenso. No caso analisado, o release do relatório sobre a Balança Comercial Brasileira explica alguns jargões considerados simples, como déficit e superávit, mas, curiosamente, não explica o conceito de balança comercial, seu tema de origem. O excesso de estatísticas em alguns parágrafos deixou a leitura desinteressante. Tais parágrafos, por sua vez, poderiam ter sido facilmente transformados em tabelas. Assim como o relatório na íntegra, o texto da assessoria não apresenta as causas ou as conseqüências dos dados apurados na pesquisa. Como a interpretação fica por conta do leitor, o cidadão precisa ter capacidade de inferência ou, assim como o jornalista, buscar a palavra de pessoas especializadas. O relatório na íntegra é bastante extenso, não tanto em termos de texto, mas devido à quantidade e ao tamanho das tabelas e quadros. A leitura não é tão complexa, porém o excesso de estatísticas no texto requer atenção. A necessidade de conhecimentos mais específicos, contudo, se mostra presente na leitura dos gráficos e tabelas.

c) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:

Os textos disponibilizados pela assessoria de comunicação do IBGE são, em geral, extensos e repletos de estatísticas. Em alguns relatórios, como “Produção Industrial Mensal”, o release é uma verdadeira cópia de um trecho do relatório oficial e, portanto, técnico. Boa parte dos jargões utilizados nos textos não são explicados satisfatoriamente ao público leigo. Desse modo, não houve preocupação em facilitar o acesso dos dados aos jornalistas e aos cidadãos. Mesmo o relatório LSPA, sobre a produção agrícola, que não se mostra uma cópia idêntica do relatório, possui trechos de alta semelhança como o mesmo. As tabelas e gráficos usados nos textos da assessoria têm função de complementaridade, quase nunca de explicação. De um modo geral, há uma prevalência sutil em exaltar os resultados positivos em detrimento dos negativos. Os relatórios na íntegra possuem notas metodológicas, descrição dos índices investigados e elementos gráficos complementares.

No que diz respeito a tais relatórios, eles possuem no mínimo mais de 20 páginas, superando a prática de outros órgãos governamentais, que apresentam relatórios menores. Em geral, os textos dos relatórios do IBGE não destoam dos textos da assessoria: carregados de estatísticas, pouco fluentes, com um número considerável de termos técnicos e apostos pouco educativos.

Média de estatísticas por texto de assessoria

BC*	0
MDIC	118
IBGE	159,2
CONAB	31
IPEA	0
ANAC	43
PROCON	11

*neste quadro foram desconsiderados os boletins Focus, pois os mesmos não apresentam informações em forma de texto.

A leitura de alguns relatórios específicos, como o do IPCA-INPC, são de assimilação mais simples, uma vez que o assunto é mais popular entre os cidadãos comuns. Assim, a transposição do texto com excesso de estatísticas exige mais paciência que especialização.

Vale destacar o caso específico do relatório “Produção Industrial Mensal – Produção Física Regional” do IBGE. O texto disponibilizado pela assessoria de comunicação é excessivamente extenso, com mais de 25 mil caracteres. Permeiam entre estes, mais de 350 estatísticas. Como se isso já não fosse o suficiente para desencorajar qualquer leitura, o texto faz considerações acerca de cada um dos estados brasileiros a partir de um esqueleto textual utilizado inúmeras vezes. Traduzindo, em vez de elaborar novas formas para a exposição dos dados de cada estado, o autor utiliza o mesmo parágrafo de texto para todos, substituindo apenas o nome do estado e as estatísticas diferentes.

É importante ressaltar que não se questiona aqui a adequação da linguagem do relatório na íntegra, mas do texto da assessoria de comunicação, que deveria ser destinado a todos os cidadãos e, na verdade, não é.

d) Companhia Nacional do Abastecimento

O texto da assessoria da CONAB sobre a safra de grãos representa o típico texto de release: é breve, objetivo e traz os aspectos principais sobre o assunto, como um resumo do relatório oficial. Um dado curioso é o fato de o estudo realizado pela companhia não ser apresentado em um arquivo disponível para download.

e) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

A nota oficial sobre a “Oferta e demanda de empregos” elaborada pela assessoria de comunicação IPEA tem por intuito divulgar um novo estudo realizado por um dos membros do instituto. O texto não conta com nenhum tipo de resumo ou adiantamento da informação. Isso pode ser explicado em partes pela facilidade de leitura do relatório oficial. O texto na íntegra é extremamente simples e acessível, quase não há jargões e as estatísticas são colocadas em tópicos em vez de textos, o que confere uma fluência agradável ao relatório. O estudo apresenta tabelas de pesquisa seguidas de análises que expõem causas e conseqüências dos dados apurados. Por fim, o texto faz uma crítica ao governo e faz cobranças por políticas públicas capazes de solver os problemas levantados. Trata-se, sem dúvida, do órgão e do relatório que promoveram a maior contribuição para o debate político-econômico e para o exercício da cidadania.

Já o relatório de “Estimativa de Carga Tributária” não acompanha o exemplo do relatório anterior, também do IPEA. Novamente a assessoria de imprensa do IPEA não adianta nenhuma informação do relatório e este, por sua vez, apresenta um texto mais técnico, exigindo que o leitor conheça fatores econômicos e as siglas dos impostos mais noticiados na imprensa.

f) Agência Nacional de Aviação civil

O texto da assessoria da ANAC é bastante eficiente se comparado ao relatório “Manual de dados comparativos” na íntegra. Contudo, tal texto é bastante carregado por estatísticas que poderiam ser dispostas em tabelas, facilitando as comparações entre os dados. O relatório de base é bastante jargonizado e apresenta a metodologia e os cálculos da pesquisa que requerem especialização para leitura.

g) Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor:

O relatório do PROCON diferencia-se dos demais relatórios publicados pelas instituições econômicas por ser elaborado diretamente para jornalistas em vez de especialistas. Desse modo, o texto é bastante acessível, praticamente sem jargões – mesmo porque o tema não envolve questões tão técnicas – e disposição de dados estatísticos em tabelas e gráficos.

A partir da exposição dos dados das notas e dos relatórios oficiais disponibilizados pelas instituições públicas estudadas, é possível observar que, na maior parte dos casos, a máquina pública falta com seu dever de transparência para com o

cidadão. A ausência de textos, de ferramentas explicativas e, em alguns casos, de qualidade de redação dificultam o acesso do público comum aos dados macroeconômicos, impedindo a ação cidadã. Um indivíduo mal informado sobre a economia de seu país não tem condições de compreender os fatos econômicos cotidianos, protestar contra políticas governamentais e avaliar o desempenho do governo no setor econômico.

É notável que a política da transparência, utilizada como um mérito para o governo, não seja eficiente e se restrinja apenas a uma parcela de representantes da classe dominante especializados em economia.

A comparação das matérias com os releases e relatórios revela que nos casos de temáticas mais complexas e de releases mais especializados, há uma transmissão da dificuldade de leitura do jornalista para o público. A falta de informações completas nos relatórios também atrapalha a elaboração de notícias eficientes.

Embora haja casos de notícias bem fundamentadas e críticas, os exemplos de matérias com problemas de informação, forma e interpretação são mais numerosos. O problema vai novamente chegar ao cidadão, que depende da mediação dos veículos de comunicação para apreender o significado dos fatos econômicos.

Dessa forma, tanto os meios de comunicação privados como as instituições oficiais precisam realizar adaptações e inovar sua forma de exposição da informação para que o cidadão tenha seu direito de informação respeitado e possa, assim, exercer o seu papel e contribuir democraticamente para o desenvolvimento socioeconômico nacional.

7 CONCLUSÃO

A prática do jornalismo econômico se consolidou a partir dos anos 1970, com a vivência brasileira de fenômenos e programas econômicos marcantes no país e no exterior. O exercício profissional nessa editoria ao longo dos últimos 80 anos passou por transformações, melhorias e aprimoramentos.

A disseminação de notícias econômicas a respeito da esfera pública contribuiu para que a população tenha seu direito fundamental de acesso à informação atendido, podendo, assim, exercer sua cidadania.

No passado, o dever de informar a sociedade cabia apenas ao jornalismo. Contudo, a consolidação do ideal democrático levou à criação do princípio da transparência pública, que, em seu sentido amplo, ressalta o dever do Estado de prestar contas e informar suas atividades e resultados de políticas públicas.

Unindo tal princípio ao ramo da economia nacional, entende-se que a esfera governamental tem por obrigação relatar os indicadores econômicos e a conjuntura nacional de forma isenta, obedecendo aos padrões éticos jornalísticos. No entanto, ao contrário da divulgação direcionada praticada pelos meios de imprensa segmentados e/ou especializados, as publicações nos órgãos de comunicação pública devem ser destinadas a todos os cidadãos em sua magnitude geral, uma vez que toda a sociedade tem o direito de ser informada e não apenas a categorias letradas ou especializadas.

O estudo aqui realizado, com auxílio das metodologias de análise de enquadramento e de conteúdo, revelou que a maior parte dos órgãos governamentais não cumpriu plenamente com seu dever de transparência ao publicar a maioria dos relatórios conjunturais de forma direcionada aos indivíduos especializados ou com conhecimentos razoáveis em economia.

Os meios de comunicação analisados também apresentaram algumas falhas, especialmente na mediação, no tratamento e na publicação das informações oficiais. Observou-se que considerável parcela das matérias possuíam ao menos um desses problemas: descontextualização da informação, fragmentação das informações, gatekeeping demasiadamente empregado, pressa na redação da notícia, transcrições de releases, transposição das características negativas dos textos oficiais, distância do leitor comum, linguagem inadequada à temática da notícia, excesso de estatísticas, insuficiência de fontes de informação e entrevista, falsa impressão de cobertura

completa, falta contextualização histórica e aprofundamento, direcionamento e defesa política unilateral.

Os problemas corroboram teorias do jornalismo no que dizem respeito à:

- a) restrição das informações segundo critérios subjetivos e construção enviesada da realidade ao selecionar aleatoriamente os dados dos relatórios que serão publicados (teoria do gatekeeping e teoria construcionista);
- b) influência da dinâmica organizacional das redações, que, por exemplo, define a confecção de matérias em intervalos muito curtos de tempo (teoria organizacional e teoria interacionista);
- c) defesa de orientações complacentes com o pensamento governamental ao distorcer e manipular informações por meio da fragmentação, da ocultação, da inversão e da falsa apresentação completa da realidade (teoria instrumentalista e teoria estruturalista);
- d) manutenção da ideologia dominante por meio da seleção das fontes e dos entrevistados, quase sempre representantes à versão oficial dos fatos (teoria dos definidores primários, teoria estruturalista e teoria instrumentalista);
- e) cópia ou reprodução parcial dos press-releases (teoria do agendamento).

Após a identificação dos casos problemáticos, a pesquisa apontou modelos apreciáveis de notícias e relatórios que prestaram serviços à cidadania e que apontam saídas para as falhas cometidas em outras ocasiões.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luiz. **Objetividade jornalística: realidade ou utopia**. Porto Alegre: Sagra – D. C. Luzzatto, 1996

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Imprensa brasileira: dois séculos de história**. Disponível em <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/historianobrasil/arquivos-em-pdf/Imprensa_Brasileira_dois_seculos_de_historia.pdf>. Acesso em: 11 out. 2010

BARBIERI, Cristiane. Última edição da “Gazeta Mercantil” deve circular hoje. **Folha de S. Paulo**. Mai. 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u573586.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009

BASILE, Sidnei. **Elementos de jornalismo econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2002

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERREZ, Glória Georges. **Guia para apresentação da dissertação**. Bauru: FIB, 2009

BERGER, Charles; CRAIG, Robert. **Teorias da Comunicação: muitas ou poucas?** Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

BETTING, Joelmir. **Na prática a teoria é outra: os fatos e as versões da economia**. São Paulo: Impres, 1973

BRAZ, Douglas Samuel. **Uma experiência de construção de jornalismo especializado na área de economia**. Bauru: [s.n.], 2000. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação.

CAFEO, Reinaldo César. **Jornalismo econômico: análise dos editoriais da Folha de São Paulo**. Bauru: [s.n.], 2002. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação.

CALDAS, Sueli. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Contexto, 2008

CARDOSO, Eliana. **Economia brasileira ao alcance de todos**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CASTRO, Pedro M. de. **Panorama econômico**. Bauru: [s.n.], 2002. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação.

CORRÊA, Luciana Seabra Resende Castro. **Jornalismo econômico para quem não entende economia**. In: INTERCOM - SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO - XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 2006, Brasília. Resumos... Brasília: [s.n.], 2006. P. 15. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0418-1.pdf>>. Acesso em: 27. Set. 2010>.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. 3 ed.

GONÇALVES, Elizabeth Moraes; GUIMARÃES, André Stahler. **Jornalismo econômico: uma análise do discurso**. Almanaque da Comunicação. [s.l]: [s.n.], 2008, Disponível em < <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/noticias/503.html>>. Acesso em: 17 set. 2010.

GRUPO Estado Lança Limão, sua nova ferramenta de web 2.0. **Portal Imprensa**.

Disponível em:

<http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2007/11/08/imprensa15316.shtml>. Acesso em: 12 out. 2010

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Vozes, 2001. 20 ed.

JACOBINI, Maria Lucia. **O jornalismo econômico e a concepção de mercado: uma análise de conteúdo dos cadernos de economia da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo**. Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo. São Paulo: [s.n.], 2008. Disponível em <<http://www.unb.br/ojsdpp/viewarticle.php?id=211&locale=>>>. Acesso em: 20 set. 2010.

KIRSCH, Donald. **Financial and economic journalism: analysis, interpretation and reporting**. New York: New York University Press, 1978.

KOSSA, Pablo. **Comunicação pública enquanto política garantidora da liberdade de expressão cidadã.** In: II ENCONTRO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO E CIDADANIA. 2009, Goiânia. Resumos... Goiânia: [s.n], 2009. Disponível em <http://www.ufg.br/this2/uploads/files/75/comunicacao_publica.pdf>. Acesso em 29 abr. 2010.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo econômico.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000

KUCINSKI, Bernardo. Paradoxos do jornalismo econômico. **Revista Adusp.** São Paulo, n. 12, p. 13-16, dez. 1997. Disponível em <<http://www.adusp.org.br/revista/12/r12a03.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2010.

KURATOMI, Enzo Alexandre. **Economia e grande imprensa: a construção do cenário econômico proposto por veja.** Bauru: [s.n], 2005. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística.** São Paulo: Ática, 1993

LAMOUNIER, Bolívar; WEFFORT, Francisco C.; BENEVIDES, Maria Victoria (Orgs). **Direito, cidadania e participação.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

LENE, H. O jornalismo e a construção do verdadeiro no campo econômico: uma análise à luz das reflexões bakhtiana e foucaultiana sobre discursos. **Revista Fronteiras**, [s.l.], v. 8, n. 2, 2006. Disponível em <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/fronteiras/article/viewArticle/3136>>. Acesso em: 20 set. 2010.

LENE, Hérica. **O risco e a construção da notícia de economia.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. Anais...São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/20016/1/H%C3%A9rica+Lene+Oliveira+Brito.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2010.

LENE, Hérica. **A crise da Gazeta Mercantil: tradição e ruptura no jornalismo econômico brasileiro.** Niterói: [s.n], 2004. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense. Disponível em <http://www.btdt.ndc.uff.br/tde_arquivos/28/TDE-2006-10-04T125654Z-427/Publico/herica.pdf>. Acesso em: 20 set. 2010.

LENE, Hérica. Jornalistas de economia no Brasil: juventude, formação especializada e relações de parentesco no mercado de trabalho. In: FERREIRA, Lucia Maria Alves;

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. (Org.). **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Disponível em <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=t7W06EkBxi0C&oi=fnd&pg=PA155&dq=jornalismo+e+economia&ots=5xN9baJihw&sig=9dfTrRnFO_Vm1xUmCImKYJ9486k#v=onepage&q=jornalismo%20e%20economia&f=false>. Acesso em: 20 set. 2010.

MAIA NETO, Geraldo de Azevedo. **Antecedentes e desenvolvimento histórico dos direitos fundamentais em dimensões (ou gerações)**. Jus Navigandi, 2010. Disponível em <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/14844/antecedentes-e-desenvolvimento-historico-dos-direitos-fundamentais-em-dimensoes-ou-geracoes>>. Acesso em: 28 out. 2010.

MANKIOW, N. Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MEDEIROS, Rodrigo. Teoria econômica e desenvolvimento na América Latina: revisitando o estruturalismo. **Revista Intellectus**, [Rio de Janeiro], ano 5, v. 1, 2006. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/adm/enviadas/doc/17_20060825231847.pdf>. Acesso em: 17 set. 2010

MELO, José Marques de. **Comunicação: direito à informação**. Campinas: Papirus, 1986.

NAPOLITANO, Carlo José. Reflexões sobre comunicação e cidadania. In: VICENTE, Maximiliano Martin. **Comunicação e cidadania**. Bauru: EDUSC, 2009.

PEDRAZZA, Christina. **Comunicação e Mídia: outras práticas de Cidadania**. In: II ENCONTRO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO E CIDADANIA. 2009, Goiânia. Resumos... Goiânia: [s.n], 2009. Disponível em <http://www.ufg.br/this2/uploads/files/75/comunicacao_midia_praticas_cidadania.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2010.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.

PONTES, José Alfredo Vidigal. Resumo histórico do Grupo Estado. **Estadão.com.br**. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>>. Acesso em: 12 out. 2010.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 28 set. 2010

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Páginas de transparência pública**. Disponível em <<http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica>>. Acesso em 28 set. 2010

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Portal da transparência do governo federal**. Disponível em <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em 28 set. 2010

QUINTÃO, Aylê-Salassié Figueiras. *O jornalismo econômico no Brasil depois de 1964*. Rio de Janeiro: Agir, 1987.

RESENDE, José Venâncio de. **Construtores do jornalismo econômico: da cotação do boi ao congelamento de preços**. São Paulo: Ícone, 2005.

RESENDE, José Venâncio de. *Jornalismo econômico: o retrato de uma época*. **Observatório da Imprensa**, 2005. Disponível em <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=342AZL004>>. Acesso em: 12 out. 2010.

ROSA, Silvia Regina. **Jornalismo econômico: uma leitura possível**. Bauru: [s.n.], 2005. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação.

SANDRONI, Paulo. **Traduzindo o Economês: para entender a economia brasileira na época da globalização**, São Paulo: Best Seller, 2000. Disponível em <http://www.fatec.ms.senai.br/site/arquivos/docente/4_56_20029.pdf>. Acesso em: 17 set. 2010.

SOARES, Murilo César. *Jornalismo e cidadania, em duas abordagens*. In: VICENTE, Maximiliano Martin. **Comunicação e cidadania**. Bauru: EDUSC, 2009.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula**. São Paulo: Atlas, 2008. 2 ed.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo porque as notícias são como são*. Florianópolis: insular, 2005. 2ed. Volume 1

TRISTÃO, Gilberto. **Transparência na administração pública. VII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública.** Lisboa, 2002. Disponível em <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0043714.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2010

UNIVERSO ONLINE. **Uol, o melhor conteúdo da internet.** Abr. 2010. Disponível em <<http://sobreuol.noticias.uol.com.br/index.jhtm>>. Acesso em: 11 out. 2010

VERGILI, Rodney. **A edição no jornalismo econômico.** São Paulo: [s.n.], 1978

VICENTE, Maximiliano Martin. **Comunicação e cidadania: tensões e complementaridades.** In: VICENTE, Maximiliano Martin. **Comunicação e cidadania.** Bauru: EDUSC, 2009.

VIEIRA, Fabrício. **Jornalismo econômico: especialização, linguagem e argumentação.** Bauru: [s.n.], 1999. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação.

VILAS BOAS, Sérgio. **Formação e informação econômica: jornalismo para iniciados e leigos.** São Paulo: Summus, 2006.

YAMAMOTO, Eduardo Yuji. **Comunicação popular e cidadania.** In: VICENTE, Maximiliano Martin. **Comunicação e cidadania.** Bauru: EDUSC, 2009.

NOTÍCIAS ANALISADAS

ANDRADE, Ana Carolina Lourençon. Veja quem acertou ou errou a previsão do PIB em 2009. **Universo Online**. São Paulo, mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/03/11/veja-quem-acertou-ou-errou-a-previsao-do-pib-em-2009.jhtm>>. Acesso em: 11 mar. 2010

APESAR de queda do PIB, Brasil mantém posição no ranking das economias. **BBC Brasil**. [s.l], mar 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2010/03/11/apesar-de-queda-do-pib-brasil-mantem-posicao-no-ranking-de-economias.jhtm>>. Acesso em: 11 mar. 2010

CAMARGO, José Mareio. Consumo sustenta PIB, mas poupança limita. **Estado de S. Paulo**. [Rio de Janeiro], 12 mar. 2010. Economia & Negócios, p B6

CARDOSO, Juliana. Taxa de Investimento fica em 16,6% do PIB em 2009. **Valor Online**. São Paulo, mar 2010. Uol economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2010/03/11/taxa-de-investimento-fica-em-167-do-pib-em-2009.jhtm>>. Acesso em: 11 mar. 2010

CARDOSO, Juliana. Produção industrial cresce em 13 de 14 regiões; ES é destaque. **Valor Online**. São Paulo, mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2010/03/10/desempenho-da-industria-do-es-destaca-se-em-janeiro-nota-ibge.jhtm>>. Acesso em: 10 mar. 2010

CARDOSO, Juliana. Balança comercial termina fevereiro com superávit de US\$ 394 milhões. **Valor Online**. [S.l], mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2010/03/01/balanca-comercial-termina-fevereiro-com-superavit-de-u-394-milhoes.jhtm>> Acesso em 1 mar. 2010.

CARGA tributária do país cai para nível de 2007, diz Ipea. **Agência Brasil**. Brasília, mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u706245.shtml>>. Acesso em: 12 mar. 2010

DANTAS, Fernando. Economia roda hoje ao ritmo de até 8% ao ano. **Estado de S. Paulo**. Rio de Janeiro, 7 mar. 2010. Economia & Negócios, p. B8

DANTAS, Fernando. PIB caiu 0,2% em 2009, mas já cresce como antes da crise. **Estado de S. Paulo**. Rio de Janeiro, 12 mar. 2010. Economia & Negócios, p B1

DANTAS, Fernando. Consumo cresce pelo 6º ano seguido. **Estado de S. Paulo**. Rio de Janeiro, 12 mar. 2010. Economia & Negócios, p B3

DANTAS, Fernando. Mais afetados pela crise, indústria e investimento retomam crescimento. **Estado de S. Paulo**. [Rio de Janeiro], 12 mar. 2010. Economia & Negócios, p B1

EDUCAÇÃO pressiona, e IPCA é o maior desde maio de 2008. **Universo Online**. São Paulo, mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/03/05/ipca.jhtm>>. Acesso em: 05 mar. 2010

FADEI, Evandro. Lula diz que viu satisfação na divulgação da queda do PIB. **Estado de S. Paulo**. Curitiba, 13 mar. 2010. Economia & Negócios, p B10

FARIAS, Ivy. Telefônica lidera ranking de reclamações no Procon pelo 4º ano. **Agência Brasil**. São Paulo, mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/03/12/telefonica-lidera-ranking-de-reclamacoes-no-procon-pelo-4-ano.jhtm>>. Acesso em: 12 mar. 2010

FARID, Jacqueline. Indústria e varejo vão crescer no mesmo ritmo. **Estado de S. Paulo**. Rio de Janeiro, 2 mar. 2010. Economia & Negócios, p. B5.

FARID, Jacqueline. IBGE prevê segunda maior safra da história. **Estado de S. Paulo**. Rio de Janeiro, 10 mar. 2010. Economia & Negócios, p. B7.

FARID, Jacqueline. Indústria tem melhor janeiro desde 1995. **Estado de S. Paulo**. Rio de Janeiro, 5 mar. 2010. Economia & Negócios, p. B4

FARID, Jacqueline. IPCA de fevereiro é o mais alto desde 2008. **Estado de S. Paulo**. Rio de Janeiro, 6 mar. 2010. Economia & Negócios, p. B7

FARID, Jacqueline. Indústria de São Paulo retoma nível pré-crise. **Estado de S. Paulo**. Rio de Janeiro, 11 mar. 2010. Economia & Negócios, p. B6

FERNANDES, Daniela. Desempenho do PIB brasileiro é o 6º melhor do G20 em 2009. **BBC Brasil**. Paris, mar 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2010/03/11/desempenho-do-pib-brasileiro-em-2009-e-o-6-melhor-do-g20.jhtm>>. Acesso em 11 mar. 2010

FERNANDES, Nalu; LEOPOLDO, Ricardo. Produção industrial mostrou acomodação, diz economista. **Estado de S. Paulo**. [s.l.], 5 mar. 2010. Economia & Negócios, p. B4

FERNANDES, Sofia. Governo estuda estímulos para elevar exportações, afirma ministério. **Folha Online**, Brasília, mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u700664.shtml>>. Acesso em: 1 mar. 2010

FERNANDES, Sofia. Brasil tem queda de 78% no superávit da balança comercial em fevereiro. **Folha Online**. Brasília, mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u700545.shtml>>. Acesso em: 1 mar. 2010

FROUFE, Célia. Conab eleva estimativa da safra de grãos. **Estado de S. Paulo**. [s.l.], 10 mar. 2010. Economia & Negócios. p.B7

GAIER, Rodrigo Viga. IBGE revisa para cima dados trimestrais do PIB do ano passado. **Reuters**. Rio de Janeiro, mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2010/03/11/ibge-revisa-para-cima-dados-trimestrais-do-pib-do-ano-passado.jhtm>>. Acesso em: 11 mar. 2010

GRANER, Fábio. Fluxo cambial fica negativo pela 1ª vez após 11 meses. **Estado de S. Paulo**. Brasília, 4 mar. 2010. Economia & Negócios, p. B6

GRANER, Fábio; VERÍSSIMO, Renata. Mantega já prevê alta acima de 5,7%. **Estado de S. Paulo**. Brasília, 12 mar. 2010. Economia & Negócios, p B7

GRANER, Fábio. Carga tributária recuou a 34, 28% do PIB em 2009. **Estado de S. Paulo**. Brasília, 13 mar. 2010. Economia & Negócios, p B8

GOLDFAJN, Ilan. 'Alguma desaceleração terá de ocorrer'. [12 mar. 2010]. [s.l.]: **Estado de S. Paulo**. Entrevista concedida a Leandro Modé

GOY, Leonardo. Para CNI, produção não está sob pressão. **Estado de S. Paulo**. Brasília, 5 mar. 2010. Economia & Negócios, p. B4

IPEA: Brasil vai gerar 2 milhões de empregos em 2010; 700 mil serão em SP. **Universo Online**. São Paulo, mar 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/03/10/ipea-brasil-vai-gerar-2-milhoes-de-empregos-em-2010-700-mil-serao-em-sp.jhtm>>. Acesso em 10 mar. 2010

LANDIM, Raquel. Consumo tem alta de R\$ 500 bilhões. **Estado de S. Paulo**. [s.l.], 13 mar. 2010. Economia & Negócios, p B10

LEITÃO, Thaís. Safra de Grãos este ano deve superar em 8,5% a de 2009, estima IBGE. **Agência Brasil**. [s.l.], mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/03/09/safra-de-graos-este-ano-deve-superar-em-85-a-de-2009-estima-ibge.jhtm>>. Acesso em 9 mar. 2010

MODÉ, Leandro; GRANER, Fábio. Mercado põe mais pressão sobre o BC. **Estado de S. Paulo**. Brasília, 02 mar. 2010. Economia & Negócios, p. B1

NAKAGAWA, Fernando. Projeção de inflação sobe do novo. **Estado de S. Paulo**. Brasília, 9 mar. 2010. Economia & Negócios, p. B7

NAKAGAWA, Fernando. Expansão é vigorosa, diz Meirelles. **Estado de S. Paulo**. [s.l.], 12 mar. 2010. Economia & Negócios, p B7

NETTO, Andrei. PIB do Brasil em 2009 foi um dos melhores do G-20. **Estado de S. Paulo**. Paris, 12 mar. 2010. Economia & Negócios, p B6

PACHECO, Paula. Crise da Grécia afetou aplicações. **Estado de S. Paulo**. [s.l.], 04 mar. 2010. Economia & Negócios, p. B6

PARANÁ e Santa Catarina podem sofrer “apagão” de profissionais em 2010, diz Ipea. **Universo Online**. São Paulo, mar 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/03/10/parana-e-santa-catarina-podem-sofrer-apagao-de-profissionais-em-2010-diz-ipea.jhtm>>. Acesso em 10 mar. 2010

PIB do Brasil recua 0,2% em 2009, mas cresce 2% no 4º trimestre. **Universo Online**. São Paulo, mar 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/03/11/economia-brasileira-recua-02-em-2009-mas-cresce-2-no-quarto-trimestre.jhtm>>. Acesso em: 11 mar. 2010

PIB estagnado em 2009 ameaça valorização do salário mínimo. **Folha Online**. [s.l.], mar 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u706399.shtml>>. Acesso em: 13 mar. 2010

PERES, Bruno. Produção industrial tem em janeiro melhor resultado desde 1995. **Reuters**. [s.l.], mar. 2010. Uol Economia. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2010/03/04/producao-industrial-tem-em-janeiro-melhor-resultado-desde-1995.jhtm>> Acesso em 4 mar. 2010

REHDER, Marcelo. Banco Central não dá indicações de alta de juro, diz Mantega. **Estado de S. Paulo**. [S.l.], 02 mar. 2010. Economia & Negócios, p. B3

REHDER, Marcelo. Ipea prevê falta de mão de obra em quatro setores. **Estado de S. Paulo**. [s.l.], 11 mar. 2010. Economia & Negócios, p. B6

RODRIGUES, Azelma. Mantega diz que PIB de 2009 foi “razoável” e vê alta de 5,7% neste ano. **Valor Online**. Brasília, mar 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2010/03/11/mantega-diz-que-pib-de-2009-foi--razoavel--e-ve-alta-de-57-neste-ano.jhtm>>. Acesso em: 11 mar. 2010

RODRIGUES, Azelma. Movimento de câmbio fechou fevereiro negativo em US\$ 399 milhões. **Valor Online**, Brasília, mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2010/03/03/movimento-de-cambio-fechou-fevereiro-negativo-em-us-399-milhoes.jhtm>>. Acesso em: 03 mar. 2010

RODRIGUES, Lorena. Mercado eleva projeção da inflação para 4,9% em 2010, aponta BC. **Folha Online**, Brasília, mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u700474.shtml>>. Acesso em 1 mar. 2010

ROVANI, Andressa. Apesar da queda, PIB aponta para saída brasileira da crise. **Universo Online**. São Paulo, mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/03/11/apesar-da-queda-pib-aponta-para-saida-brasileira-da-crise.jhtm>>. Acesso em: 11 mar. 2010

SATO, Karin. Telefônica diz que reduziu em 78,6% reclamações de clientes. **Valor Online**. São Paulo, mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2010/03/12/telefonica-diz-que-reduziu-em-786-reclamacoes-de-clientes.jhtm>>. Acesso em: 12 mar. 2010

SAVARESE, Maurício. Lula culpa empresas privadas por estagnação do PIB em 2009. **Universo Online**. São Paulo, mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2010/03/12/lula-culpa-empresas-privadas-por-estagnacao-do-pib-em-2009.jhtm>>. Acesso em: 12 mar. 2010

STELZER, Vanessa. Mercado eleva estimativa de inflação neste ano para 4,99%. **Reuters**, São Paulo, mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <
<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2010/03/08/mercado-eleva-estimativa-de-inflacao-neste-ano-para-499.jhtm>>. Acesso em: 08 mar. 2010

TAKAR, Téo. Aviação doméstica registra crescimento recorde de 42,89% em fevereiro. **Valor Online**. São Paulo, 11 mar. 2010. Uol Economia. Disponível em <
<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/valor/2010/03/11/aviacao-domestica-registra-crescimento-recorde-de-4289-em-fevereiro.jhtm>>. Acesso em 11 mar. 2010

TEIXEIRA, Michelly Chaves. Tráfego aéreo tem alta recorde no Brasil em fevereiro. **Estado de S. Paulo**. [s.l.], 12 mar. 2010. Economia & Negócios, p B17

TEIXEIRA, Nilson. 'Provavelmente, a economia vai crescer em ritmo mais acelerado'. . [12 mar. 2010]. [s.l.]: **Estado de S. Paulo**. Entrevista concedida a Leandro Modé

THOMÉ, Débora. Comércio exterior despenca na crise. **Estado de S. Paulo**. Rio de Janeiro, 12 mar. 2010. Economia & Negócios, p B4

TUON, Ligia. Telefônica lidera ranking de queixas pelo 4º ano seguido. **Estado de S. Paulo**. [s.l.], 13 mar. 2010. Economia & Negócios, p B21

VALE, Sérgio. Depois do vendaval. **Estado de S. Paulo**. [s.l.], 12 mar. 2010. Economia & Negócios, p B4

VERÍSSIMO, Renata. Superávit comercial é de US\$ 394 milhões. **Estado de S. Paulo**. Brasília, 02 mar. 2010. Economia & Negócios, p B3

RELATÓRIOS ANALISADOS

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. **Tráfego aéreo dispara em fevereiro: quase 43\$ no doméstico e 14% no internacional.** Brasília: ANAC, 11 mar. 2010. Disponível em < <http://www.anac.gov.br/imprensa/trafego.asp>>. Acesso em: 11 mar. 2010

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **BC divulga fluxo cambial, posição dos bancos e atuação no mercado de câmbio em fevereiro.** Brasília: [s.n], 3 mar. 2010. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/noticias/Noticias.asp?noticia=1&idioma=P>>. Acesso em: 3 mar. 2010

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Focus – Relatório de Mercado.** Brasília: Gerin, 26 fev. 2010. Disponível em <<http://www4.bcb.gov.br/?FOCUSRELMERC>>. Acesso em: 1 mar. 2010

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Focus – Relatório de Mercado.** Brasília: Gerin, 5 mar. 2010. Disponível em < <http://www4.bcb.gov.br/?FOCUSRELMERC>>. Acesso em: 8 mar. 2010

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Focus – Relatório de Mercado.** Brasília: Gerin, 12 mar. 2010. Disponível em < <http://www4.bcb.gov.br/?FOCUSRELMERC>>. Acesso em: 15 mar. 2010

FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR. **Ranking de Reclamações 2009.** São Paulo: Fundação PROCON, mar. 2010. Disponível em < <http://www.procon.sp.gov.br/noticia.asp?id=1454>>. Acesso em: 12 mar. 2010

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Safra de grãos é de quase 144 milhões t.** [s.l]: CONAB, mar. 2010. Disponível em < <http://www.conab.gov.br/imprensa-noticia.php?id=3016>>. Acesso em: 09 mar. 2010

FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR. **Cadastro de reclamações fundamentadas.** São Paulo: PROCON, 2010. Disponível em < <http://www.procon.sp.gov.br/noticia.asp?id=1454>>. Acesso em: 12 mar. 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índice nacional de preços ao consumidor e índice nacional de preços ao consumidor amplo. **IPCA de fevereiro fica em 0,78%.** [s.l]: IBGE, 5 mar. 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1564&id_pagina=1>. Acesso em: 5 mar. 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Levantamento sistemático da produção agrícola. **Em fevereiro, IBGE estima safra de grãos 8,5% maior que a de 2009.** [s.l.]: IBGE, 9 mar. 2010. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1568&id_pagina=1. Acesso em: 9 mar. 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil. **Produção industrial cresce 1,1% de dezembro para janeiro.** [s.l.]: IBGE, 4 mar. 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1563&id_pagina=1>. Acesso em: 4 mar. 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Regional. **Em janeiro, indústria cresce em treze dos quatorze locais pesquisados.** [s.l.]: IBGE, 10 mar. 2010. Disponível em <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1569&id_pagina=1>. Acesso em 10 mar. 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas nacionais trimestrais: indicadores de volume e valores correntes. **Em 2009, PIB varia -0,2% e fica em R\$ 3.143 bilhões.** [s.l.]: IBGE, 11 mar. 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1571&id_pagina=1>. Acesso em: 11 mar. 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Mensal de Emprego. **Em janeiro, desocupação foi de 7,2%**

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipea estima demanda e oferta de mão de obra no pós-crise.** IPEA: [São Paulo], 09 mar. 2010. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=830:ipea-estima-demanda-e-oferta-de-mao-de-obra-no-pos-crise&catid=4:presidencia&Itemid=2>. Acesso em 10 mar. 2010

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Ipea analisa a carga tributária brasileira de 2002 a 2009.** Brasília: Ipea, 12 mar. 2010. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=857:ipea-analisa-a-carga-tributaria-brasileira-de-2002-a-2009&catid=3:dimac&Itemid=3>. Acesso em 12 mar. 2010

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Previsão oficial do PIB para 2010 é de 5,2%, mas pode oscilar entre 5 a 5,7%, diz ministro.** [s.l.]: Ministério da Fazenda, mar. 2010. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/audio/2010/marco/a110310.asp>>. Acesso em: 11 mar. 2010

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR.
Balança comercial fecha fevereiro com superávit de US\$ 394 milhões. [S.l.]: Secex,
01 mar. 2010. Disponível em <
<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=5¬icia=9627>>.
Acesso em: 01 mar. 2010